

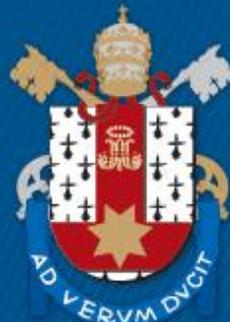
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

RAFAEL GANSTER

**INDUSTRIALIZAÇÃO E IMPRENSA: O DEBATE ACERCA DA INDÚSTRIA  
AUTOMOBILÍSTICA DURANTE O GOVERNO JK (1956-1961)**

Porto Alegre  
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

RAFAEL GANSTER

**INDUSTRIALIZAÇÃO E IMPRENSA: O DEBATE ACERCA DA INDÚSTRIA  
AUTOMOBILÍSTICA DURANTE O GOVERNO JK (1956-1961)**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação da Faculdade de História da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre

2017

RAFAEL GANSTER

**INDUSTRIALIZAÇÃO E IMPRENSA: O DEBATE ACERCA DA INDÚSTRIA  
AUTOMOBILÍSTICA DURANTE O GOVERNO JK (1956-1961)**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação da Faculdade de História da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

---

Prof. Dr. Helder Godin da Silveira

---

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

Porto Alegre

2017

## Ficha Catalográfica

G199i Ganster, Rafael

Industrialização e imprensa : o debate acerca da indústria automobilística durante o governo JK (1956-1961) / Rafael

Ganster . – 2017.

121 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins.

1. Industrialização. 2. Imprensa. 3. Indústria automobilística. 4. Juscelino Kubitschek. I. Martins, Luis Carlos dos Passos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que estiveram ao meu lado nestes últimos dois anos.

Deixo registrado meu agradecimento a todos os funcionários e professores da Escola de Humanidade da PUCRS, e, em especial, ao professor Dr. Luis Carlos dos Passos Martins, por sua amizade e por ter acreditado no potencial deste trabalho. Destaco também o nome dos professores Helder Godin, Luciano Arone, Adão Clóvis e Maria Cristina dos Santos, pois foram e continuam sendo grandes referências no âmbito pessoal e profissional.

Aos amigos que de alguma forma participaram desta jornada, seja tomando um café no bar do prédio 5 ou com indicações e empréstimo de livros, meu muito obrigado. Fazem parte desta história: Alexandre Guilhão, Rafael Lapuente, Tiago Orben, Miguel Souza, Guilherme Andrade, Eduardo Kafer, Eduardo Pacheco, Henrique Perin e Letícia Krilow. Aos que porventura eu tenha esquecido, saibam que minha gratidão será sempre verdadeira

Por último, mas não menos importante, agradeço o apoio e compreensão de meus pais, Rogério e Loiri, por estarem sempre ao meu lado e por terem me motivado ao longo de todos estes anos. A Carol, pelo amor e companheirismo de sempre.

Sem vocês nada disto seria possível.

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar a inserção da grande imprensa carioca no debate acerca do processo de instalação da indústria automobilística durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). O recorte proposto delimita a pesquisa em três jornais de grande circulação e prestígio na sociedade carioca do período, são eles: Última Hora; Jornal do Brasil; O Globo. A escolha destes periódicos leva em consideração os distintos posicionamentos que, segundo a historiografia, foram apresentados pelos mesmos frente à temas relevantes para a sociedade brasileira. Cabe ressaltar que este aspecto fora, por vezes, objeto de uma leitura linear de pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, cristalizando-se ao longo dos anos pela repetição dos argumentos, mas que, segundo buscamos apresentar, não se sustenta após uma pesquisa empírica mais detalhada. Para além de um simples enquadramento de posição em relação a correntes ideológicas (neoliberal, desenvolvimentista, socialista), buscamos apresentar argumentos que permitam embasar a hipótese de que, fugindo a reducionismos, o posicionamento dos grandes jornais deve ser compreendido dentro de um universo mais amplo e, condição fundamental, em relação aos demais veículos envolvidos na disputa pela imposição de uma visão (mais) legítima sobre o assunto. A análise dos argumentos apresentados pela imprensa, no que diz respeito à indústria automobilística, é fundamental para os objetivos aos quais nos propomos, já que esteve no centro de calorosos debates (políticos e econômicos) e constituiu-se como “setor dinamizador” do projeto proposto por Juscelino a partir do plano de Metas. Além do mais, permite acesso à temas essenciais para leitura dos posicionamentos tomados, tais como intervenção estatal, planejamento econômico, regulação de capital estrangeiro, proteção alfandegária, controle cambial, papel dos bancos de fomento, aparato administrativo, entre outros.

Palavras-chave: Industrialização. Imprensa. Indústria automobilística. Juscelino Kubitschek.

## ABSTRACT

The present work seeks to analyze the insertion of the great Rio press in the debate about the process of installation of the automobile industry during the government of Juscelino Kubitschek (1956-1961). The proposed clipping delimits the research in three newspapers of great circulation and prestige in the Carioca society of the period, they are: *Última Hora*; *Jornal do Brasil*; *O Globo*. The choice of these journals takes into account the different positions that, according to historiography, have been presented by them in relation to themes relevant to Brazilian society. It is worth mentioning that this aspect has sometimes been the object of a linear reading of researchers who have studied the subject, crystallizing over the years by the repetition of the arguments, but which, according to what we seek to present, does not hold up after a more detailed empirical research. In addition to a simple framing of position in relation to ideological currents (neoliberal, developmentalist, socialist), we seek to present arguments that support the hypothesis that, avoiding reductionism, the position of the great newspapers must be understood within a broader universe and, fundamental condition, in relation to the other vehicles involved in the dispute for the imposition of a (more) legitimate view on the subject. The analysis of the arguments presented by the press in relation to the automobile industry is fundamental to the objectives we are proposing, since it was at the center of heated debates (political and economic) and constituted as a "revitalizing sector" of the project proposed by Juscelino from the *Plano de Metas (Plan of Goals)*. Moreover, it allows access to essential topics for reading the positions taken, such as state intervention, economic planning, foreign capital regulation, customs protection, exchange control, role of development banks, administrative apparatus, among others.

Key-words: Industrialization. Press. Automobile Industry. Juscelino Kubitschek.

## Sumário

Introdução .....	10
<b>1) Os jornais enquanto objeto de estudo da História .....</b>	<b>18</b>
<b>1.1) O aporte teórico de Pierre Bourdieu: um <i>approach</i> ao estudo da imprensa .....</b>	<b>21</b>
<b>1.1.1) Conhecimento praxiológico .....</b>	<b>22</b>
<b>1.2) <i>Habitus</i>, Campo e o Mundo social.....</b>	<b>25</b>
<b>1.3) Campo de produção ideológica .....</b>	<b>28</b>
1.3.1) Imprensa e o campo de produção ideológico:.....	32
<b>1.3.2) A imprensa brasileira nos anos 1950: tempos de mudança.....</b>	<b>36</b>
<i>Jornal do Brasil</i> .....	41
<i>Última Hora</i> .....	43
<i>O Globo</i> .....	45
<b>2) Planejamento e industrialização: uma abordagem ao governo JK .....</b>	<b>46</b>
<b>2.1) Correntes ideológicas.....</b>	<b>47</b>
2.1.1) <i>Neoliberal</i> .....	48
2.1.2) <i>Desenvolvimentista</i> .....	52
2.1.3) <i>Socialista</i> .....	56
<b>2.2) Industrialização em marcha: o modelo ISI e a expansão do parque fabril nacional... 57</b>	<b>57</b>
2.2.1) Planejamento e intervencionismo: possibilidades e limites de atuação do Estado 61	61
2.2.2) Industrialização no governo de Juscelino Kubitschek .....	65
<b>2.3) O processo de industrialização sob a perspectiva da imprensa .....</b>	<b>67</b>
2.3.1) <i>Última Hora</i> .....	67
2.3.2) <i>Jornal do Brasil</i> .....	69
2.3.3) <i>O Globo</i> .....	74
<b>2.4) Conclusões do capítulo .....</b>	<b>78</b>
<b>3) A indústria automobilística e o desenvolvimento nacional .....</b>	<b>82</b>
<b>3.2) O Grupo Executivo para Indústria Automobilística (GEIA) .....</b>	<b>85</b>
<b>3.3) Eugênio Gudim: um interprete do Brasil .....</b>	<b>89</b>
<b>3.4) Políticas de estabilização e o impasse com o Fundo Monetário Internacional .....</b>	<b>92</b>
<b>3.5) As intemperes do desenvolvimento: a ruptura com o FMI nas páginas dos jornais 97</b>	<b>97</b>
3.5.1) <i>Última Hora</i> .....	97
3.5.2) <i>Jornal do Brasil</i> .....	99
3.5.3) <i>O Globo</i> .....	101
<b>3.6) A indústria automobilística sob a ótica da imprensa.....</b>	<b>104</b>

3.6.3) Última Hora .....	104
3.6.2) Jornal do Brasil .....	106
3.6.1) O Globo.....	108
<b>3.7) Considerações Finais .....</b>	<b>111</b>
REFERÊNCIAS .....	118

## Introdução

O objetivo deste trabalho é buscar analisar o posicionamento adotado pelos jornais frente ao processo de instalação da indústria automobilística no Brasil durante os anos de governo de Juscelino Kubitschek. Tendo em vista a conjuntura nacional e internacional no qual o governo de JK esteve envolvido, nos interessa, aqui, analisar o papel desempenhado pela imprensa nos debates acerca do assunto. Muito além do que um mero reprodutor de discursos, entendemos os periódicos como agentes com grande visibilidade no meio público, fato que pode ser medido objetivamente pela grande tiragem que os principais jornais cariocas apresentavam durante os anos 1950, e também por critérios subjetivos, como pela pressão exercida por estes veículos sobre o campo político.

Para justificar esta escolha, iremos nos deter um pouco no governo de Juscelino Kubitschek, com ênfase especial em seu Plano de Metas e na indústria automobilística como alternativa para o desenvolvimento do país.

Segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes (2002), a retomada dos estudos acerca do governo de Juscelino Kubitschek está ligada à crise ocorrida no Brasil a partir do final dos anos 80, período que marca a retomada de estudos e publicações sobre o tema. Além disso, a autora levanta questões sobre a chamada nostalgia dos “bons tempos”, ou seja, aquilo que pode vir a ser, quando em desacordo com dados empíricos, apenas uma idealização de um passado que se apresenta como glorioso frente às intemperes do presente.

De início, é importante lembrarmos o contexto internacional no qual o período estudado está compreendido. Sem dúvida o período pós-guerra foi de grande agitação e expectativa em todos os países do globo. Os chamados “Anos dourados”, que durariam até a década de 70, foram marcados por altos índices de desenvolvimento, principalmente nos países capitalistas desenvolvidos que, por esta época, eram responsáveis por cerca de três quartos da produção mundial (HOBSBAWM, 2013). O processo de industrialização se alastrou por diferentes partes do mundo, trazendo consigo os benefícios materiais e o entusiasmo de países como Brasil, México e Japão, entre outros. Segundo Jeffry Frieden (2006), ainda na década de 1950 alguns países latino-americanos abandonaram a resposta meramente emergencial ao colapso dos mercados mundiais e, como um todo “se engajou

em um esforço consciente para restringir o comércio externo. Tal política, conhecida como Industrialização por substituição de importações (ISI), visava à produção doméstica de bens antes importados” (FRIEDEN, 2006, p. 327).

Durante os anos 50, sobretudo nos países “desenvolvidos” cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Um primeiro-ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 como o slogan “Você nunca esteve tão bem”, uma afirmação sem dúvida correta (HOBSBAWM, 2013, p. 253).

No âmbito nacional, cabe ressaltar o conturbado contexto político e econômico no qual o país estava submerso. A morte de Getúlio Vargas, em 1954, acirrou ainda mais os ânimos políticos no Brasil, opondo os chamados “nacionalistas” e “entreguistas” nas discussões públicas do período. O pano de fundo deste ambiente político era o de uma sociedade em acentuada transformação. O acelerado processo de urbanização pelo qual o país passou entre os anos de 1930 e 1970 deixaria profundas marcas na configuração social do Brasil. Se em 1940 a população total da cidade do Rio de Janeiro era de 1.764.141 habitantes, em 1950 alcançaria a marca de 2.377.451 habitantes e, em 1960, 3.307.163. Pode-se constatar o acelerado processo de crescimento populacional da então Capital Federal, tomada aqui como exemplo, com um aumento de 87% em apenas duas décadas<sup>1</sup>.

Mesmo estando atrelado, de certa forma, a todo este processo, o governo de Juscelino Kubitschek é tido pela historiografia como um período de estabilidade política (BENEVIDES, LAFER). Como isto foi possível? Segundo Maria Benevides, o sucesso de Juscelino esteve calcado em três pilares: união entre PSD e PTB; Apoio dos Exército; e Projeto Econômico. No que se refere ao primeiro ponto, sem dúvida a aliança entre os dois partidos no âmbito nacional foi decisiva para a manutenção dos planos de Kubitschek. Tendo sido firmada a divisão de algumas pastas entre ambos partidos (Ministério da Fazenda com o PSD e Ministério do Trabalho com o PTB, por exemplo), os interesses representados por estas agremiações viram-se identificados no programa de

---

<sup>1</sup> Dados obtidos em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Dados Históricos do Censo. População Residente, por situação do domicílio e por sexo - 1940-1996. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940\\_1996.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm).

governo do então presidente, evitando o desgaste de sua figura em prol do diálogo e acordos. No que se refere ao Exército, nas palavras da autora:

*Daí decorre diretamente nossa hipótese central para a pesquisa: a estabilidade do Governo Kubitscheck foi produto de uma conjuntura especial, na qual o Exército e o Congresso atuaram de maneira convergente. Esse equilíbrio funcional entre os partidos e o Exército significava que o governo não estava bloqueado no Congresso (graças à maioria conseguida com a aliança PSD/PTB) e contava com o apoio do setor majoritário do Congresso. Para um estudo mais abrangente do período consideramos necessário aprofundar aquela hipótese inicial, incluindo a política econômica como a variável explicativa para a convergência Forças Armadas e Congresso nos seguintes termos: a aliança PSD PTB e o Exército atuaram de maneira convergente no sentido de apoiar a política econômica do governo, cujo núcleo era o Programa de Metas (BENEVIDES, 1976, p. 49).*

Alguns estudos buscaram aprofundar a relação entre o projeto econômico de JK e a estabilidade de seu governo. A autora Vânia Moreira (2003), por exemplo, buscou explicar as relações políticas que se estabeleceram no seio do governo JK a partir das inter-relações desenvolvidas entre a bandeira nacional-desenvolvimentista e dois outros projetos: o ruralista, entendido como conservador e autoritário; e o nacionalista econômico, cujo apoio popular sempre fora de grande expressão (MOREIRA, 2003). Assim como Moreira, Benevides e Lafer também ressaltam o papel decisivo desempenhado pelo plano de metas na concretização dos planos de governo, devido, principalmente, ao papel aglutinador de interesses, o qual foi possível ao plano econômico desempenhar.

Como conceito político, um plano representa, de fato, não apenas aspectos da experiência real de determinados grupos, mas também a visão e as expectativas de um futuro no qual acreditam. Portanto, a decisão de planejar, pela primeira vez proposta em uma campanha eleitoral, consistiu em uma tentativa de reduzir a incerteza sobre as novas políticas, na medida em que a visão do futuro não revelava, de antemão, incompatibilidade entre as aspirações das massas (expansão das oportunidades de emprego) e das elites (tradicional estilo conciliatório) (LAFER, 2002, p. 49).

Segundo Gomes (2002), “na verdade, cada vez vem ficando mais claro o grau de tensão que marcou o governo JK, que, mesmo antes de ter início, foi garantido por um ‘contragolpe preventivo’ pelo qual o ministro do Exército depôs o então presidente Carlos Luz” (GOMES, 2002, p. 11). O contragolpe ao qual Gomes se refere é a ação

desenvolvida pelo Marechal Lott, em novembro de 1955, buscando garantir a tomada de posse de Juscelino, ameaçada por movimentos da Marinha, principalmente, que buscavam deslegitimar a eleição de JK devido ao seu resultado eleitoral, já que o Juscelino fora eleito com uma soma inferior à 50% dos votos. Segue o quadro com os resultados obtidos por Juscelino e seus adversários.

Entre outubro de 1955 e janeiro de 1956, os militares antigetulistas, ligados à UDN e liderados pelos ministros Eduardo Gomes, da Aeronáutica, e Amorim do Vale, da Marinha, sofreram sérias derrotas. A primeira foi quando viram Juscelino Kubitschek e João Goulart, apoiados pela aliança PSD-PTB, serem eleitos presidente e vice-presidente da República em 3 de outubro de 1955. A segunda, quando o Movimento do 11 de Novembro, liderado pelo ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, depôs o presidente em exercício Carlos Luz, substituiu Eduardo Gomes por Vasco Alves Seco, Amorim do Vale por Antônio Alves Câmara, e garantiu as condições necessárias à posse dos eleitos. A terceira, quando os eleitos efetivamente foram empossados, em 31 de janeiro de 1956<sup>2</sup>

Além deste contragolpe, o governo passaria ainda por mais dois momentos de tensão com setores das forças armadas. Ainda em fevereiro de 1956, no primeiro mês do novo governo, oficiais da Aeronáutica insatisfeitos, liderados por Haroldo Veloso e José Chaves Lameirão, instalaram-se na base aérea de Jacareacanga, no sul do Pará, organizando ali um quartel-general opositor ao então presidente. Nas palavras de Celia Costa “apesar da anistia concedida por JK aos militares envolvidos na Revolta de Jacareacanga em fevereiro de 1956, o clima de insatisfação e de conspiração contra o governo continuou, sobretudo na Aeronáutica<sup>3</sup>”. Já em 1957 começava a se desenhar o movimento que viria a ser conhecido como “Revolta de Aragarças”, episódio que teve início já no quarto ano de governo de Juscelino. Um dos principais articuladores deste movimento por Haroldo Veloso, um dos líderes de Jacareacanga e que, com apoio de outros militares, busca iniciar um movimento revolucionário contra aqueles que identificavam como comprometidos com o comunismo internacional e que estariam ocupando postos de poder no cenário nacional. Quanto ao seu desenrolar:

Partindo do Rio de Janeiro, com três aviões Douglas C-47 e um avião comercial da Panair seqüestrado, e de Belo Horizonte, com um

---

<sup>2</sup> COSTA, Célia Maria. Recurso eletrônico. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Jacareacanga>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

<sup>3</sup> *Idem*.

Beechcraft particular, os rebeldes rumaram para Aragarças, em Goiás. Pretendiam bombardear os palácios Laranjeiras e do Catete, no Rio, e ocupar também as bases de Santarém e Jacareacanga, no Pará, entre outras. Na realidade, nem o bombardeio aos palácios, nem a ocupação das bases chegaram a ocorrer, e a rebelião ficou restrita a Aragarças. A revolta durou apenas 36 horas. Seus líderes fugiram nos aviões para o Paraguai, Bolívia e Argentina, e só retornaram ao Brasil no governo Jânio Quadros<sup>4</sup>.

Os episódios relatados acima apenas vêm a reforçar a ideia central a partir da qual elaboramos este trabalho, qual seja, a ideia de conflitos (diversos) no interior da administração de um dos presidentes mais imprevisíveis de então. Ainda que os exemplos listados abordem movimentos armados e ligados ao exército, é necessário atentarmos para os demais atores sociais envolvidos nos debates do período.

Conforme demonstrado por Martins (2010), a imprensa surge como um agente com grande força no debate público, devido, principalmente, ao seu processo de transformação e ampliação – iniciado ainda nos primeiros anos da década de 1950. Segundo o referido autor, os jornais passam a atuar com força igual, ou mesmo superior, à dos membros do jogo político. Como analisar o dissenso (se este existiu) no governo de Juscelino Kubitschek? A opção adotada neste trabalho consiste em explorar a discussão acerca de um dos setores chave para o desenvolvimento do plano econômico de JK: o setor automobilístico.

Tendo desempenhado papel de destaque no desenvolvimento industrial dos Estados Unidos no período pós-Primeira Guerra, no Brasil o setor apenas começaria a caminhar com mais vigor como o início da década de 1950. Até este período, o país apenas importava veículos, ficando as montadoras responsáveis somente pelo fornecimento de peças de reposição – atividade que começaria a ser substituída, em grande parte, pelo setor de autopeças nacional, um dos grandes responsáveis por levar adiante um projeto de consolidação do setor automobilístico no país, principalmente pela influência de alguns dos seus principais líderes em entidades como a FIESP<sup>5</sup>. O período de governo de Juscelino Kubitschek é compreendido como fase de consolidação do setor automotivo no Brasil, pois marca a entrada de grandes montadoras no país assim como a fabricação nacional de veículos automotores, estimulada pelas audaciosas metas de nacionalização estabelecidas pelo então presidente. No que se refere ao Plano de Metas,

---

<sup>4</sup> *Ibidem*.

<sup>5</sup> Ver: (LATINI, 2007)

dedicou-se espaço tanto à instalação do parque industrial (meta 27) como também à ampliação e melhoria da malha rodoviária nacional, fundamental para o desenvolvimento do transporte rodoviário e que, impulsionada pelo chamado “Cruzeiro rodoviário” proposto por Kubitschek, se cristalizaria como um marco naquilo que podemos entender como a transformação da matriz de transportes nacional. Iremos retomar estes aspectos no capítulo III, dedicado às discussões acerca do setor automobilístico.

Diante deste quadro e tendo em vista o nosso objetivo de pesquisa, quando pensamos o papel da imprensa, surgem algumas dúvidas: Qual o posicionamento dos jornais acerca do processo de industrialização? E no que se refere ao setor automobilístico, tido como peça central do plano econômico de Juscelino, qual foi o posicionamento dos periódicos? Além disto, é possível identificar os jornais com alguma corrente de pensamento econômico? Como entender as opções tomadas pelos referentes veículos em relação aos temas em questão?

Analisando a historiografia pertinente ao tema, porém, essas perguntas poucos se esclarecem: existe, acima de tudo, uma carência de pesquisas específicas sobre o tema e, além disso, as parcas e esparsas abordagens tendem a ser simplificadoras e altamente redutoras, na medida em que colocam a imprensa como mero suporte do discurso dos “poderes constituinte”<sup>6</sup>, notadamente o “governo” e/ou os interesses econômicos envolvidos nas mudanças em curso (RIBEIRO, 2007). Ademais, subjaz a estas análises uma visão bastante simplificadora das disputas do período, no geral, circunscrita à dicotomia entre “entreguistas” *versus* “nacionalistas”, a qual, como já demonstraram outras pesquisas, são insuficientes para dar conta do posicionamento de atores econômicos, políticos e mesmo a imprensa. Diante disso, este trabalho pretende problematizar estas análises, que tenderam a cristalizar estas visões simplificadoras sobre os jornais, obscurecendo mais do que esclarecendo aspectos fundamentais para compreendermos o papel desempenhado pela imprensa no âmbito dos debates públicos e como veículo difusor de ideias, potencializado pelo processo de expansão dos meios de comunicação brasileiros na década de 1950.

Para que possamos analisar o posicionamento dos jornais selecionados frente ao debate sobre a instalação da indústria automobilística no governo JK, optamos por trabalhar com o material opinativo presente nestes periódicos, os quais dividimos em duas

---

<sup>6</sup> Ver (SANTOS, 2002)

áreas: editoriais e colunas não assinadas. Estes dois tipos de materiais foram selecionados por expressarem de maneira mais objetiva o posicionamento do jornal frente aos temas abordados, possibilitando a utilização da metodologia a ser empregada. Nosso foco, porém, será os editoriais publicados por estes periódicos, o qual acreditamos serem mais profícuas ao tipo de análise que pretendemos empreender.

Visando aprofundar a compreensão dos fenômenos a serem estudados, buscou-se desenvolver uma pesquisa qualitativa, baseada na análise rigorosa e criteriosa do textos vinculados pelos jornais, não pretendendo apenas testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa, mas sim com a intenção de compreender a dinâmica própria dos objetos pesquisados. Utilizaremos a metodologia conhecida como Análise Textual Discursiva (ATD)<sup>7</sup>, que consiste em uma ordenação dos argumentos em torno de um processo organizacional, compondo um ciclo constituído pela unitarização, categorização e a produção de um metatexto.

Para dar conta destes propósitos, a exposição desta pesquisa será dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, serão discutidos aspectos teóricos referentes a utilização da imprensa enquanto fonte de pesquisa, com destaque para a contribuição teórica de Pierre Bourdieu, o qual utilizaremos como base da análise a ser realizada. Ademais, buscaremos abordar aspectos referentes ao enquadramento ideológico a partir do qual cada jornal é entendido pela historiografia. Sendo assim, justificaremos a escolha dos jornais Última Hora, Jornal do Brasil e O Globo, bem como as singularidades que dizem respeito a cada um destes veículos.

No capítulo dois, a análise será direcionada às fontes recolhidas durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa, com foco em uma perspectiva mais ampla do governo JK. A atenção estará concentrada em dois pontos que considera-se essenciais para compreender-se o período em questão: a industrialização e planejamento econômico. Sendo assim, realizamos um breve apanhado geral acerca do tema, que nos permita contextualizar o leitor antes de adentrarmos no trabalho com as fontes.

No terceiro e último capítulo, iremos abordar questões mais específicas e ligadas diretamente à indústria automobilística, tema que norteia a proposta deste trabalho. Desde

---

<sup>7</sup> Ver: (MORAES, 2007).

o processo de criação do Grupo Executivo para Indústria Automobilística (GEIA) até o rompimento das relações do governo de Kubitschek com o Fundo Monetário Internacional, iremos nos permitir, segundo acreditamos, aprofundar a análise no que diz respeito ao posicionamento dos jornais em relação ao setor automobilístico, assim como, em termos mais gerais, de seus respectivos alinhamentos com determinadas correntes de pensamento econômico. O pano de fundo deste trabalho consiste no questionamento de uma leitura linear acerca do posicionamento dos jornais em questão frente à política econômica, ou em outras palavras, buscamos demonstrar as nuances dos argumentos defendidos pelos jornais na tentativa de reinterpretarmos suas tomadas de posição. Partimos ao primeiro capítulo.

## 1) Os jornais enquanto objeto de estudo da História

Desconsiderado enquanto possibilidade de estudo do passado, os jornais foram entendidos como fonte ilegítima para o historiador até meados do século passado, não sendo considerados uma fonte “confiável” devido a seu caráter partidário. Foram, assim, banidos do campo de análise científica, dado que, a partir da concepção positivista, exigia-se objetividade na leitura dos documentos através dos quais se pretendia chegar à “verdade do fato”, ou seja, o documento era considerado como “sacrário do templo dos fatos”, cabendo ao historiador uma rigorosa análise crítica buscando comprovar a autenticidade e veracidade.

As primeiras críticas à esta concepção da História começam a aparecer por volta de 1930, na França, com a Escola dos *Annales*, liderada por March Bloch e Lucien Febvre. Não abandonando o preceito da crítica documental, o pesquisador passa a não mais estar submetido às regras do documento, “ressignificando a distinção entre falso e verdadeiro que, embora necessária, passa a ser encarada de outra forma, ou seja, o documento falso passou a ser considerado um documento histórico tão relevante quanto o ‘verdadeiro’ cabendo averiguar por qual motivo e como foi produzido” (CAPELATO, 2015, p. 115).

Apenas a partir da década de 1970, porém, é que a suspeita em relação à utilização dos jornais enquanto fonte começam a se esvaír, resultado de revisões teóricas e metodológicas que a história e outras disciplinas das ciências humanas começam a sofrer e que levam a colocação de novos problemas, novas abordagens e utilização e de novos objetos e fontes para a pesquisa. No seio das discussões acerca do significado dos documentos, os jornais passam a ser ressignificados em seu estatuto de fonte (CAPELATO, 2015). Segundo Tânia Regina de Luca, “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2008, p. 181). Este deslocamento da abordagem em relação à imprensa ocorre na esteira do processo de renovação da historiografia francesa, movimento conhecido como a terceira geração dos *Annales*, cuja a face mais evidente diz respeito ao alargamento do campo de preocupação dos historiadores com uma renovação temática e alteração da

própria concepção de documento e, por conseguinte, de sua crítica<sup>8</sup>. Segundo Maria Helena:

O filósofo Michel Foucault contribuiu, significativamente, para a mudança de concepção sobre o documento ao interpretá-lo como resultado de uma montagem (consciente ou inconsciente) produzida na sociedade de uma determinada época e reproduzida em épocas posteriores. Esse passado reconstruído, também a partir de relações de poder, permite a construção de memórias que acabam sendo impostas para gerações futuras (CAPELATO, 2015, p.115).

Neste mesmo sentido,

A utilização da imprensa como fonte de pesquisa para o ofício do historiador é um fenômeno recente dentro da historiografia. Pode-se dizer que é um reflexo da rebelião historiográfica contra a velha Escola Metódica. A “rebelião” buscou não apenas uma nova interpretação do conhecimento histórico, mas também novas fontes de pesquisa para o historiador. O novo olhar também levou o historiador a uma nova leitura das suas fontes - que deixaram de “falar por si” e se tornaram passíveis de interpretação (OLIVEIRA, 2011, p. 125-6).

O que se buscou foi uma ampliação da seara de atuação do historiador, partindo da premissa de que a fonte ao qual concentra sua análise é resultado de um processo de construção, ou seja, deve ser entendida não como um fim em si mesma – como argumentavam, por exemplo, os seguidores da tradição positivista<sup>9</sup> - mas sim como produto da ação humana e inserida em seu contexto de produção. Conforme Capelato, “a distinção entre falso e verdadeiro é necessária, mas hoje se entende que o documento falso é um documento histórico tão relevante quanto o verdadeiro, cabendo averiguar porquê e como foi produzido. A concepção de documento modificou-se” (CAPELATO, 1988, p. 23-24). No que se refere especificamente à imprensa, passou-se a valorizar os aspectos conflitivos tanto da produção quanto da circulação no meio social, levando-se em consideração a pluralidade de interesses envolvidos na produção e circulação de suas páginas.

---

<sup>8</sup> Ver: LE GOFF, J. NORA, P. *História: novas abordagens*. 3ª Ed. Editora: F. Alvez, Rio de Janeiro, 1988.

<sup>9</sup> Ver: BOURDÉ, G. HERVÉ, M. *As Escolas Históricas*. Editora: Europa-América, Mem Martins, 2003.

O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver esquecido ou manipulado. Esse produto resulta das relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem da sociedade. (CAPELATO, 1988, p. 24)

Esta nova abordagem abriu espaço para novas leituras acerca do papel desempenhado pelos jornais enquanto ator social, atuando enquanto veiculado propagador de ideias e espaço de disputa entre diferentes grupos políticos. O horizonte de análise do historiador tornara-se mais amplo, pondo em primeiro plano o caráter interpretativo a partir do qual opera-se o trabalho historiográfico. “Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo da subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 254).

No Brasil, as pesquisas sobre a imprensa começam a ter destaque na produção acadêmica a partir das décadas de 1970-80, com os trabalhos precursores de Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato, embora os jornais já fossem utilizados como fonte em alguns trabalhos, as autoras buscam objetivar a própria atuação do jornal “O Estado de São Paulo”. O objetivo das autoras, nas palavras da própria Maria Helena, “não era fazer uma história da imprensa, mas situar o jornal como ator de destaque na vida política do país num determinado período de sua existência, ou seja, nas décadas de 1920-30” (CAPELATO, 2015, p.116).

Ressaltamos, porém, a ínfima quantidade de trabalhos publicados acerca do período em que nos debruçamos neste trabalho. Existe, sem dúvida, uma lacuna a ser preenchida por historiadores no que diz respeito às relações entre imprensa e disputas políticas durante o governo Juscelino Kubitschek, período de grande efervescência intelectual, mas que tem ficado ao largo de análises mais aprofundadas neste aspecto. Embora, como tenha escrito Benevides, o governo de Kubitschek tenha sido marcado por certa estabilidade política, ao nos determos mais cuidadosamente a este período, percebemos a pluralidade de projetos em disputa e os diferentes espaços onde estas tiveram expressão. Voltando-nos à imprensa, fica evidente o caráter privilegiado dado às revistas semanais, inovação do período e que tem sido objeto de atenção frequente dos historiadores.

O trabalho de Santos (2002), dissertação publicada pela EDIPUCRS com o título “A classe média vai ao paraíso”, busca analisar o papel desempenhado pela revista Manchete a luz do conceito althusseriano de aparelho ideológico de Estado. Segundo o autor, este semanário foi responsável por difundir os ideais do governo de Juscelino, inculcando em seus leitores a ideologia defendida pelo governo. Conforme Santos: “Tomando, implicitamente, o lugar da escola, Manchete vai fazer com que cada leitor seja incorporado ao projeto do nacional-desenvolvimentismo, com informações detalhadas sobre o andamento das realizações do governo (...)” (SANTOS, 2002, p. 101).

Outro trabalho que busca analisar o papel desempenhado pela mídia impressa durante o a década de 50, envolvendo, assim, o governo de Juscelino Kubitschek, é a tese defendida por Kellen Bammann (2016), cuja proposta é avaliar a importação do chamado *american way of life* para o Brasil a partir dos anúncios de Coca-Cola vinculados pelas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*.

Maria Barreras (2002), em sua tese de doutorado, analisou o papel dos publicitários e os anúncios de automóvel no Brasil dos anos 1956-1973. Em sua abordagem, a autora busca compreender como, através dos anúncios publicitários, são constituídos consensos acerca de determinados temas, como sobre o que é ser cidadão brasileiro e, em um segundo momento, cidadão indivíduo cosmopolita.

Diferindo da abordagem adotada pelos trabalhos apresentados, buscamos analisar o posicionamento dos jornais *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* frente ao processo de instalação do setor automobilístico durante o governo de Kubitschek. Para isto, utilizaremos o conceito de campo de produção ideológica (CPI) na tentativa de problematizar e compreender a atuação destes veículos no debate sobre o tema proposto. A fim de apresentarmos de maneira mais detalhada a estrutura teórica deste trabalho, passemos a abordar o aporte teórico de Pierre Bourdieu, cujo conceito orienta a construção de nossa análise.

### **1.1) O aporte teórico de Pierre Bourdieu: um *approach* ao estudo da imprensa**

Nascido em 1930, em Denguin, no interior da França, Bourdieu se tornou um dos grandes nomes da sociologia no século XX. Tendo publicado uma grande quantidade de livros e artigos, o autor foi editor da revista *Actes de la recherche* e professor titular de

sociologia no *Collège de France* (1982-2001), posição de extremo prestígio no meio intelectual francês. Embora tenha estudado diferentes temas ao longo de sua carreira, como as instituições de ensino, dominação masculina, o universo da arte e tribos cabilas na Argélia, por exemplo, o intuito, aqui, ao utilizar-se de seu trabalho, é buscar compreender o universo de relações no qual estão inseridos os jornais periódicos.

A utilização de sua obra se dá com o intuito de analisar a complexa teia de relações no qual os meios impressos estão imbricados. Superando um simples jogo de poder que encerraria a pesquisa no microcosmo particular de cada jornal, o aporte teórico de Bourdieu nos permite tentar apreender as relações – também chamadas de constrangimentos estruturais – com os demais campos no espaço social (campo político, campo econômico, etc.), sem perdermos de vista as lutas internas do próprio campo – e dentro, também, de cada veículo.

Nos tópicos que seguem, buscaremos apresentar uma visão geral do aparato teórico desenvolvido pelo autor, focando principalmente suas considerações sobre o tema de pesquisa deste trabalho, qual seja, o do jornalismo. O conceito que orienta nossa pesquisa é o de Campo de Produção Ideológica, a partir do qual buscamos apreender o papel desempenhado pelos agentes do campo jornalístico. Começaremos, porém, apresentando as premissas teóricas do autor, com as quais acreditamos se tornará mais claro a compreensão do conceito.

### **1.1.1) Conhecimento praxiológico**

Para compreendermos a obra de Pierre Bourdieu, é necessário termos em mente as premissas com as quais seu modelo teórico dialoga e se opõe. Denominado, segundo Ortiz, como conhecimento praxiológico, o aporte teórico do autor visa se colocar como alternativa à dualidade entre o pensamento objetivista, calcado nas relações objetivas que estruturam as práticas individuais, e o pensamento fenomenológico – ou subjetivista – que busca compreender o real como construção subjetiva dos sujeitos e suas interações no meio social. Bourdieu procura construir um “outro gênero de conhecimento, distinto dos anteriores que pretende articular dialeticamente o ator social e a estrutura social” (ORTIZ, 1983, p. 8).

Enfim, o conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objetivo não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 1983 p. 47).

Do ponto de vista sociológico, a controvérsia objetivismo/fenomenologia se traduz pela oposição de dois clássicos: Durkheim e Weber. Durkheim apresenta o conceito de “consciência coletiva”, a partir do qual supõe a existência de uma essência transcendental exterior aos indivíduos e que os enquadra coercitivamente na dimensão da norma. Toda a ação social é, desta forma, deduzida a partir de um sistema objetivo de representações que se encontra fora do alcance do ator social. Para Max Weber, não existe um “mundo objetivo” no sentido em que Marx se refere à sociedade global ou Marcel Mauss aos fenômenos sociais totais, pois a objetividade do social só pode ser apreendida através de ações individuais. Segundo Alfred Schutz, discípulo de Weber, “o mundo objetivo aparece, dessa forma, como uma rede de intersubjetividade, enquanto resultado de ações dirigidas para o “outro” e que adquirem significado na medida em que o “outro” compartilha comigo o mesmo mundo social no qual tais ações se desenrolam” (ORTIZ, 1983, p. 12). “A ação não é mais considerada como simples execução, mas sim como núcleo de significação do mundo; a sociedade não existe como totalidade, mas como intersubjetividade que tem origem na ação primeira do sujeito” (ORTIZ, 1983, p. 12).

A obra de Bourdieu busca analisar a ação dos agentes individuais levando em consideração o papel ativo das estruturas e dos constrangimentos objetivos os quais, determinando o modo de percepção e apreciação da realidade do agente, estão suscetíveis a mudanças frente a novas situações com as quais se depara, reatualizando, assim, as disposições que mediam o contato do agente com o mundo social<sup>10</sup>.

Todo empreendimento científico de classificação deve considerar que os agentes sociais aparecem como objetivamente caracterizados por duas espécies diferentes de propriedades: de um lado, propriedades

---

<sup>10</sup> “Os grupos sociais, e notadamente as classes sociais, existem de algum modo duas vezes, e isso antes mesmo de qualquer intervenção do olhar científico: na objetividade de primeira ordem, aquela registrada pela distribuição das propriedades materiais; e na objetividade de segunda ordem, aquela das classificações e das representações contrastantes que são produzidas pelos agentes na base de um conhecimento prático das distribuições tal como se manifestam nos estilos de vida” (BOURDIEU, 2013, p. 111).

materiais que, começando pelo corpo, se deixam denominar e medir como qualquer outro objeto do mundo físico; de outro, propriedades simbólicas adquiridas na relação com sujeitos que os percebem e apreciam, propriedades essas que precisam ser interpretadas segundo sua lógica específica. Isso significa que a realidade social admite duas leituras diferentes: de um lado, aquela armada de um uso objetivista da estatística para estabelecer distribuições (no sentido estatístico e também econômico), expressões quantificadas da repartição de uma quantidade finita de energia social entre um grande número de indivíduos em concorrência, apreendidas por meio de “indicadores objetivos” (ou seja, de propriedades materiais); de outro, a leitura voltada a decifrar significações e a lançar luz sobre as operações cognitivas pelas quais os agentes as produzem e decifram (BOURDIEU, 2013, p. 106).

Buscando ultrapassar os limites da abordagem estruturalista, Bourdieu insere o recorte fenomenológico como complementariedade para uma abordagem dialética, que busca interpretar as atualizações das estruturas interiorizadas, ou seja, das relações objetivas que estruturam as práticas individuais, a partir das interações das quais o indivíduo faz parte e que, com base nestas experiências individuais, tendem a alterar suas formas de apreensão e percepção do mundo social<sup>11</sup>. Conforme o trecho:

A ruptura objetivista com as prenoções, com as ideologias, com a sociologia espontânea, com as folk theories, é um momento inevitável, necessário, do trabalho científico – não se pode dispensá-lo, como fazem o interacionismo, a etnometodologia e todas as formas de psicologia social. Que se apegam a uma visão fenomenal do mundo social sem se expor a graves erros. Mas é preciso operar uma segunda ruptura, mais difícil, com o objetivismo reintroduzindo, num segundo momento, o que se precisou descartar para construir a realidade objetiva (BOURDIEU, 2004, p. 157)

Mas, e quanto à essa mediação entre estruturas e experiência individual, como podemos compreendê-la? Os conceitos de *habitus* e campo, os quais são assunto do próximo tópico, nos ajudam a entender a proposta teórica do autor, assim como a oposição entre a abordagem estruturalista e subjetivista que o mesmo visou superar.

---

<sup>11</sup> “Não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas, entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las” (BOURDIEU, 2010, p. 345).

## 1.2) *Habitus*, Campo e o Mundo social

Para compreendermos a mediação proposta por Bourdieu entre agentes e estruturas, é necessário analisarmos o conceito de *habitus*. Originário da filosofia antiga, mais precisamente no pensamento aristotélico e na escolástica medieval, o conceito foi recuperado e retrabalhado por Bourdieu com o objetivo de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes, evitando, todavia, adotar uma abordagem subjetivista da ação social e diferindo-se do interacionismo simbólico (WACQUANT, 2007).

O conceito de *habitus* pode ser definido, segundo Bourdieu, como:

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas e funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, p.15).

O *habitus* representa a internalização das estruturas externas ao indivíduo, funcionando como princípio gerador de ações e tomadas de posição, ou melhor, definindo os modos de percepção, apreciação e ação na realidade. Bourdieu desenvolve o conceito buscando transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo, portanto “*habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (WACQUANT, 2007, p. 65-6).

A inserção de tal conceito se dá pela busca do autor em desenvolver uma teoria que abra espaço para a ação individual, porém, sem relegar a segundo plano o efeito exercido pelas estruturas sobre a prática, ou seja, das “estruturas estruturadas e estruturantes” a partir das quais os indivíduos passam a compreender e a agir objetivamente em um determinado contexto. Deste modo, “a prática pode, assim, ser definida como “produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*, isto é, o *habitus* enquanto sistema de disposições duráveis e matriz de percepção, de apreciação e de ação, que se realiza em determinadas condições sociais” (ORTIZ, 1983, p. 19).

Segundo Ortiz, “a situação particular que enfrente um ator social específico se encontra, portanto, objetivamente estruturada; a adequação entre o *habitus* e essa situação permite, dessa maneira, fundar uma teoria da prática que leve em consideração tanto as necessidades dos agentes, quanto a objetividade da sociedade” (ORTIZ, 1983, p.19).

Seria inútil, neste domínio como alhures, procurar o princípio explicativo das respostas em um fator ou em uma pura adição de fatores: de fato, na unidade originalmente sintética de um princípio gerador, o *habitus* integra o conjunto dos efeitos das determinações impostas pelas condições materiais de existência (cuja eficácia se encontra cada vez mais subordinada ao efeito da ação de formação e de informação previamente suportada à medida que se avança no tempo). Ele é a *classe incorporada* – incluindo propriedades biológicas socialmente modeladas, tais como o sexo ou a idade – e, em todos os casos de deslocamento intergeracional ou intrageracional, distingue-se (em seus efeitos) da classe objetivada em determinado momento (sob a forma de propriedades, diplomas, etc.), no sentido em que ele perpetua um estado diferente das condições materiais de existência, aquelas de que ele é o produto e, neste caso, diferem mais ou menos das condições de sua atualização. As determinações que, ao longo de toda a existência, se exercem sobre os agentes constituem um sistema no interior do qual um peso predominante cabe, por uma lado, a fatores, tais como o capital possuído, definido em seu volume global e, também, em sua estrutura, e, por outro, à posição correlata nas relações de produção (identificada através da profissão, com todas as determinações que lhe estão associadas, tais como a influência das condições de trabalho, do meio profissional, etc.) (BOURDIEU, 2008, p. 410).

Diferindo da corrente do interacionismo simbólico, Bourdieu percebe na assimetria das relações um dos dados principais para compreendermos a teia de relações nas quais os agentes encontram-se inseridos. A relação de poder, que reproduz a distribuição desigual de bens simbólicos, pode ser exemplificada através da comunicação<sup>12</sup>, já que esta se dá enquanto “interação socialmente estruturada”, isto é, os agentes da “fala” entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. Tal preocupação com questões estruturais, porém, não deve ser supervalorizada. Embora exerça um importante papel como base sobre as quais se funda a ação, seria um erro menosprezar o respectivo papel de experiências outras que o indivíduo terá ao longo do tempo. Segundo Bourdieu:

---

<sup>12</sup> Ver os comentários de Bourdieu acerca da obra Noam Chomsky (BOURDIEU, 2004)..

Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da ação que, implícita na noção Levi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com o seu agente reduzido ao papel de suporte – *Trager* – da estrutura (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Pode-se concluir que as práticas se desenvolvem sobre uma estrutura estruturada do meio social, porém diferente em suas particularidades e dinâmica. Buscando compreender o espaço onde se desenrolaram os conflitos e a concorrência no meio social, Bourdieu insere o conceito de campo<sup>13</sup> como alternativa para analisar a realidade própria de cada espaço e sua respectiva estrutura. O conceito de campo é definido como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam o espaço em questão.

Segundo Bourdieu:

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas de pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. (...) é preciso pensar *relacionalmente* (BOURDIEU, 1989, p. 27-8).

Fato importante a se destacar é a preocupação do autor ao longo de sua obra em dar ênfase à teia de relações no qual o objeto de pesquisa está envolvido, levando-nos a uma análise relacional do objeto de pesquisa, ou seja, deve-se estabelecer com quem e contra quem o objeto está dialogando se quisermos compreender a sua tomada de posição em determinada situação. “Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu

---

<sup>13</sup> “A mesma atitude esteve na origem do emprego do conceito de campo. Também aqui a noção serviu primeiro para indicar uma direção à pesquisa, definida negativamente como à recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa, perante à qual se achavam colocadas todas as ciências das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária: nestas matérias, a oposição entre um formalismo nascido da teorização de uma arte que chegara a um alto grau de autonomia e um reducionismo empenhado em relacionar diretamente as formas artísticas com formas sociais – como qual o marxismo, apesar da noção de autonomia relativa, tendia a identificar-se, especialmente com Lukács e Goldmann – encobria o que as duas correntes tinham de comum, a saber o fato de ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objetivas” (BOURDIEU, p. 64, Poder simbólico).

nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo” (BOURDIEU, 1989, p. 31).

A utilização do conceito de campo busca analisar o espaço onde determinadas relações se desenvolvem como um espaço autônomo de relações específicas. Embora tenda-se a se sobrevalorizar as relações imediatamente visíveis entre os indivíduos, estas disfarçam as relações objetivas entre as posições ocupadas por estes agentes, o que determina a forma de tais relações (BOURDIEU, 1989). Sendo assim, “o campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio” (ORTIZ, 1983, p. 21).

A estrutura interna do campo corresponde à oposição de dois polos: dominantes e dominados. Quanto à distribuição das posições, esta se dá pela distribuição desigual de capital entre os agentes de cada campo: dominantes (ortodoxia) possuem um máximo de capital social; dominados (heterodoxia) se definem pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão.

Buscando compreender as relações que se desenrolam entre agentes de diferentes campos, o conceito de espaço social nos permite mapear a distribuição dos indivíduos segundo a proximidade e estrutura do seu capital, ultrapassando os limites do(s) campo(s), para compreendê-lo enquanto agente inserido no mundo social. Segundo Bourdieu, a sociologia, em seu momento objetivista, é uma topologia social, espécie de mapa do terreno (termo tomada em empréstimo à geografia) social onde se busca analisar a distribuições das posições objetivas, ou seja, uma análise das posições relativas e das relações objetivas entre essas posições (BOURDIEU, 2004).

É possível, a esta altura da exposição, comparar o espaço social a um espaço geográfico no interior do qual se recortam regiões. Mas esse espaço é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão. As distâncias espaciais – no papel – coincidem com as distâncias sociais (BOURDIEU, 2004, p. 153).

### **1.3) Campo de produção ideológica**

Segundo Bourdieu, existem campos de produção simbólica especializados na produção de visões elaboradas sobre o mundo social. A estes, o autor insere uma categoria maior que ele chama de campo de produção ideológica, que são responsáveis por produzir – em concorrência dentro de cada campo e dos campos em si – as ideologias.

Para uma definição mais precisa, temos que:

*(...)campo de produção ideológica, universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente ou, se quisermos, a problemática legítima* (BOURDIEU, 2007, p. 372).

Porém, o autor procura retirar desse conceito qualquer significação mais usual, no sentido que seriam produzidos direta ou exclusivamente para a produção da legitimação social. “O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção” (BOURDIEU, 1989, p. 12).

O campo de produção ideológica é o espaço de disputa entre diferentes produtores que buscam impor uma visão do mundo social, ou seja, procuram obter o monopólio da imposição de categorias de percepção e apreciação legítimas. Todavia, estas apenas passam a exercer um efeito propriamente ideológico, nas palavras de Bourdieu, a partir do momento em que são apropriadas por agentes sociais de fora deste espaço, e passam a serem utilizadas como forma de dominação, ou melhor, como forma de encobrir e legitimar a arbitrariedade das relações de dominação.

Cabe ressaltarmos que ao utilizar o conceito de ideologia<sup>14</sup>, Bourdieu não se expressa nos termos de Marx<sup>15</sup>, para quem esta é vista como uma distorção do real, que busca encobrir uma relação arbitrária contrapondo-se à uma análise científica, a qual

---

<sup>14</sup> Ao longo das obras de Marx é possível encontrar diferentes usos do conceito de ideologia. Em seu livro “A Ideologia Alemã” (2007), o conceito busca revelar as distorções da realidade que permitem a manutenção da ordem social e da dominação burguesa, ou melhor, uma visão de mundo arbitrária que legitima essa ordem. Sendo assim, Marx o opõe a ciência, pretendida em seu trabalho, e que permitiria desvendar a realidade além de qualquer ideologia. Em escritos posteriores, como em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, o conceito assume um novo sentido, desta vez “neutro” ao falar em ideologia do proletariado.

<sup>15</sup> Ver: (MARX & ENGELS, 2007).

Marx se propõe, que buscaria demonstrar a realidade “desnudada” de seu fetichismo. Bourdieu, por sua vez, utiliza o conceito de ideologia em um sentido mais amplo, entendido como todo sistema social que permita a legitimação social, ou seja, que vise tornar legítimas relações sociais hierárquicas e arbitrárias. Ao reconhecer como legítimo um sistema arbitrário e naturalizar relações de hierarquia totalmente artificiais, produto do trabalho de imposição de um modo de percepção e apreciação da ordem social, se desconheceM os fundamentos sociais que permitem a aceitação desta realidade.

O CPI é o espaço no qual se constituem e delimitam a problemática legítima – efeito de imposição de problemática – no e pelo conflito entre os diferentes produtores que participam deste espaço de produção. Estes agentes investem seu capital na produção de bens simbólicos que serão apropriados por outros campos, embora produzidos a partir do conflito interno deste espaço, e que são utilizados para legitimar um ponto de vista, desconsiderando sua arbitrariedade.

Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos (BOURDIEU, 2004, p. 166). Para Bourdieu, o poder político, em seu sentido mais estrito, refere-se à capacidade de fazer ver e fazer crer divisões até então inexistentes, ou seja, criar novas formas de percepção e apreciação do mundo social pelas quais este mesmo mundo será percebido pelos indivíduos<sup>16</sup>.

Retomando a crítica à abordagem objetivista, Bourdieu acrescenta: “A sociologia deve incluir uma sociologia da percepção do mundo social, isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo” (BOURDIEU, 2004, p. 157). A imposição dos princípios de percepção do mundo social constitui-se como a **problemática política** por excelência, debatida e confrontada não apenas nas disputas internas ao CPI, mas também nas disputas de outros campos os quais, apropriando-se dos bens produzidos pelo primeiro, buscam impor uma representação legítima do mundo social. Segue:

---

<sup>16</sup> A “sinceridade (que é uma das condições da eficácia simbólica) é possível – e efetiva – apenas no caso de um acordo perfeito, imediato, entre as expectativas inscritas na posição ocupada e as disposições do ocupante. Não se pode compreender como esse acordo se estabelece, por exemplo, entre a maior parte dos jornalistas e seu jornal (e, ao mesmo tempo, o público desse jornal), sem levar em conta o fato de que as estruturas objetivas do campo de produção estão no princípio das categorias de percepção e apreciação que estruturam a percepção e a apreciação das diferentes posições oferecidas pelo campo e de seus produtos” (BOURDIEU, 1999, p. 190).

Ora, essa problemática não é outra coisa senão o campo de produção ideológica quanto tal, ou seja, o universo das relações objetivas, automaticamente retraduzidas em tomadas de posição definidas em seu conteúdo pelo lugar de onde provêm, entre as posições ocupadas e defendidas nesse campo pelos agentes e pelas instituições em concorrência para o monopólio da produção e da imposição da representação legítima do mundo social e da ação legítima sobre esse mundo (BOURDIEU, 2007, p. 402).

O poder simbólico é um poder de fazer as coisas com palavras (BOURDIEU, 2004, p. 166). Uma das questões centrais deste debate diz respeito ao **trabalho de enunciação** destes problemas, ou seja, a passagem da ação para expressão organizada e que consiste no trabalho dos produtores de bens simbólicos, tendo em vista que os dominados são despossuídos dos meios necessários para participar do debate propriamente dito, haja vista sua incapacidade de produzir, a partir de uma fala autorizada, bens simbólicos a serem mobilizados nestas disputas.

Na passagem entre experiência e expressão é que se situa a intervenção dos produtores profissionais de discurso. Nesse ponto, se instauram as relações entre os profissionais e os profanos, os significantes e os significados: os dominados que estão comprometidos com a consciência, ou seja, com a linguagem, encontram-se à mercê dos discursos que lhes são propostos, correndo o risco de sair da doxa para cair forçosamente na alodoxia, em todos os falsos reconhecimentos, aliás, favorecidos pelo discurso dominante; e, no melhor dos casos, a mercê de seu porta-voz a quem compete fornecer-lhes os instrumentos de sua própria experiência. A indeterminação essencial da relação entre experiência e expressão é acompanhada pelo efeito e imposição de legitimidade e de censura, exercido pelo uso dominante da linguagem, tacitamente reconhecido, até mesmo, pelos porta-vozes dos dominados, como o modo de expressão legítimo da opinião política (BOURDIEU, 2007, p. 429-30,).

Não podemos pensar o CPI de forma reificada, ou seja, tomá-lo de maneira estanque e homogênea na tentativa de compreender seu funcionamento e delimitação. Para além de universo fechado, o CPI é composto por agentes oriundos de diferentes espaços do mundo social, portadores de capitais assimétricos, mas que investem (em tempo integral ou não) na produção de discursos ideológicos e participam do conflito

interno deste microcosmo, o qual encontra-se perpassado por outros campos e que fornece bens simbólicos para suas disputas internas<sup>17</sup>.

### **1.3.1) Imprensa e o campo de produção ideológico:**

Embora Bourdieu nunca tenha realizado uma pesquisa de maior fôlego com relação ao tema, podemos tentar construir algumas aproximações entre o aporte teórico do autor e o assunto em questão. O livro mais diretamente focado ao assunto surgiu a partir de um programa televisivo gravado por Bourdieu ainda na década de 1990. Intitulado “Sobre a televisão”, o livro aborda aspectos da produção midiática, a dinâmica interna de produção e significação das notícias, porém com foco nas modificações causadas no campo cultural francês a partir da massificação da televisão e da penetração da lógica econômica no âmbito do mundo erudito. Algumas passagens, todavia, nos oferecem um rico material que permite explorar as considerações feitas pelo autor em relação àquilo que chamamos campo jornalístico. Segue o trecho:

(...) a noção de campo jornalístico. O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos (BOURDIEU, 1997, p. 55).

De maneira mais direta, pode-se dizer que o autor utilizou o aparato teórico-metodológico que já vinha utilizando em outros trabalhos para buscar compreender a dinâmica própria do campo jornalístico – denominado também de mundo do jornalismo. Cabe-se notar que não houve uma pesquisa em que se apresentam dados tão relevantes quanto aos apresentados em “As regras da arte”, por exemplo, para explicar o processo de mutação do campo e sua estrutura de poder – nota-se também que o autor apresenta o

---

<sup>17</sup> Segundo Bourdieu: “Pelo fato de se organizarem todos em torno da mesma oposição fundamental no que se refere à relação com a demanda (a do “comercial” e do “não-comercial), os campos de produção e de difusão das diferentes espécies de bens culturais – pintura, teatro, literatura, música – são entre si estrutural e funcionalmente homólogos, e mantêm além do mais uma relação de homologia estrutural com o campo do poder onde se recruta o essencial de sua clientela” (BOURDIEU, 1999, p. 186).

campo jornalístico como um universo autônomo, sem se prender em apresentar e/ou problematizar este processo.

No que se refere à produção simbólica deste espaço, a grande novidade diz respeito à amplitude abarcada pelas novas mídias que, conservando na luta pelo monopólio da visão (mais) legítima sobre o mundo social e seu poder simbólico, apresenta-se como um veículo exponencial de difusão e propagação dos bens produzidos. Nas palavras do autor:

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão. (Bourdieu, 1997, p. 65)

Dentro da lógica de funcionamento do CPI, os jornais desempenham uma função de extrema importância ao disseminar uma problemática (entendido como legítima) e um discurso a seu respeito, utilizando-se do seu capital simbólico para impor como legítima sua visão acerca do assunto. Vale lembrar que a produção de um discurso autorizado que faça ver e crer, para utilizar as palavras de Bourdieu, não é algo disponível a todos no mundo social. A produção de um discurso performativo é a essência do poder de dominação e manutenção da ordem estabelecida pelo qual os dominantes tendem a se impor sobre os dominados. Conforme o autor:

No ponto de passagem entre experiência e expressão é que se situa a intervenção dos produtores profissionais de discursos. Nesse ponto, se instauram as relações entre os profissionais e os profanos, os significantes e os significados: os dominados que estão comprometidos com a consciência, ou seja, com a linguagem, encontram-se à mercê dos discursos que lhes são propostos, correndo o risco de sair da doxa para cair forçosamente na alodoxia, em todos os falsos reconhecimentos, aliás, favorecido pelo discurso dominante; e, no melhor dos casos, à mercê de seu porta-voz a quem compete fornecer-lhes os instrumentos de reapropriação de sua própria experiência. A indeterminação essencial da relação entre experiência e expressão é acompanhada pelo efeito de imposição de legitimidade e de censura, exercido pelo uso dominante da linguagem, tacitamente reconhecido, até mesmo, pelos porta-vozes dos dominados, como o modo de

expressão legítima da opinião política. A linguagem dominante destrói, desacreditando-o, o discurso político espontâneo dos dominados (...) (BOURDIEU, 2008, p. 431).

Quanto ao grau de autonomia de cada empreendimento jornalístico, assim como a liberdade de ação dos profissionais deste campo, Bourdieu comenta em seu artigo intitulado “*L'emprise du journalisme*”:

Le champ journalistique fait peser sur les différents champs de production culturelle un ensemble d'effets qui sont liés, dans leur forme et leur efficacité, à sa structure propre, c'est-à-dire à la distribution des différents journaux et journalistes selon leur autonomie par rapport aux forces externes, celles du marché des lecteurs et celles du marché des annonceurs. Le degré d'autonomie d'un organe de diffusion se mesure sans doute à la part de ses recettes qui proviennent de la publicité et de l'aide de l'État (sous forme de publicité ou de subventions) et aussi au degré de concentration des annonceurs. Quant au degré d'autonomie d'un journaliste particulier, il dépend d'abord du degré de concentration de la presse (qui, en réduisant le nombre d'employeurs potentiels, accroît l'insécurité de l'emploi) ; ensuite, de la position de son journal dans l'espace des journaux, c'est-à-dire plus ou moins près du pôle « intellectuel » ou du pôle « commercial » ; puis, de sa position dans le journal ou l'organe de presse (titulaire, pigiste, etc.), qui détermine les différentes garanties statutaires (liées notamment à la notoriété) dont il dispose et aussi son salaire (facteur de moindre vulnérabilité aux formes douces de relations publiques et de moindre dépendance envers les travaux alimentaires ou mercenaires à travers lesquels s'exerce l'emprise des commanditaires) ; et enfin de sa capacité de production autonome de l'information (certains journalistes, comme les vulgarisateurs scientifiques ou les journalistes économiques, étant particulièrement dépendants)<sup>18</sup> (BOURDIEU, 1994, p. 3-4).

Referindo-se a um caso específico, a análise do autor é de o “Le Monde estava bem situado sob os dois aspectos: era suficientemente grande por sua tiragem para ser um

---

<sup>18</sup> O campo jornalístico representa para os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão relacionados na sua forma e eficácia, sua própria estrutura, ou seja, na distribuição de vários jornais e jornalistas de acordo com sua autonomia de forças externas, e esses intervenientes no mercado e os anunciantes do mercado. O grau de autonomia de um dispositivo de transmissão é medido provavelmente a parte das suas receitas de publicidade e apoio do Estado (sob a forma de publicidade ou subsídios) e também para o grau de concentração anunciantes. Quanto ao grau de autonomia de um jornalista particular, que depende principalmente do grau de concentração da imprensa (que, ao reduzir o número de potenciais empregadores, aumenta a insegurança no emprego); Em seguida, a posição do jornal no espaço dos jornais é, mais ou menos perto do pólo "intelectual" ou do pólo "comercial"; em seguida, a sua posição no jornal ou organização de mídia (proprietário, freelancer, etc.), que determina as diferentes garantias legais (especialmente relacionados à reputação) que tem e também o seu salário (formas de fator de menor vulnerabilidade relações públicas doces e redução da dependência de alimentos ou de trabalho mercenário através da qual exerce o controle dos patrocinadores); e, finalmente, a sua capacidade autónoma de informação (alguns jornalistas, como trabalhadores de extensão ou jornalistas económicos, sendo particularmente dependentes [tradução do autor]).

poder do ponto de vista dos anunciantes e suficientemente dotado de capital simbólico para ser uma autoridade. Acumulava os dois fatores do poder nesse campo” (BOURDIEU, 1996, p. 61).

Embora o foco de análise deste trabalho - e também da breve análise realizada por Bourdieu – esteja no século XX, o processo de consolidação da imprensa enquanto veículo privilegiado de difusão de informação no meio social nos remete ao século XIX. No que tange à própria França, Gabriel Tarde buscou demonstrar a importância da imprensa do processo de difusão das informações e como esta, em última instância, foi a responsável pelo aparecimento daquilo que o autor chamou de *opinião pública*, no sentido de uma comunidade unida por espíritos e que, através dos jornais diários, que passavam a chegar a lugares mais remotos da França sob os trilhos que então se expandiam, tornava possível com que os assuntos fossem debatidos simultaneamente

Segundo Gabriel Tarde, a própria noção de público é alterada a partir do advento da imprensa, que, desde a Idade Moderna, fez surgir uma espécie de público bem diferente, que não cessa de crescer e cuja expansão indefinida é um dos traços mais marcantes desde então. Esta noção de público de Tarde difere da ideia de multidão, utilizada quando nos referimos ao público de um teatro, o público de uma assembleia, etc., ou seja, da ideia de um grupo fisicamente reunido. A imprensa possibilitou o surgimento de um público, nas palavras de Tarde, no sentido de uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental. Ao contrário de períodos anteriores, as reuniões físicas, corpo a corpo, já não se fazem mais necessárias para que se formem correntes de opiniões, pois a difusão de ideias e informações passam a ser realizadas pela imprensa, que consegue atingir um número muito maior de indivíduos mesmo que estes estejam localizados em lugares distantes<sup>19</sup>.

Outro autor a abordar a importância da imprensa na constituição de um espaço de debate na sociedade foi Habermas. A partir do conceito de esfera pública o autor busca analisar o surgimento de um espaço de debate, possível a partir da circulação.

---

<sup>19</sup> “Mas o público é indefinidamente extensível, e como sua vida particular torna-se mais intensa, à medida que ele se estende, é impossível negar que ele seja o grupo social do futuro. Formou-se assim, por um feixe de três invenções mutuamente auxiliares – tipografia, estrada de ferro, telégrafo – o formidável poder da imprensa, esse prodigioso telefone que ampliou desmesuradamente a antiga audiência dos tribunais e dos pregadores” (TARDE, 1992, p. 37).

Diferente dos preceitos de uma teoria hipodérmica<sup>20</sup>, que entende como direto (*magic bullet*) o efeito exercido pelos meios de comunicação impresso sobre seus leitores, a abordagem proposta busca apreender a influência da imprensa a partir do seu efeito de delimitação não de como pensar, mas sim sobre o que pensar. A *teoria da agenda*, elaborada por Maxell McCombs<sup>21</sup>, busca compreender os efeitos exercidos pela imprensa – e pelo papel ativo dos jornalistas na sua elaboração – sobre seus leitores. Porém,

Isso não é uma influência deliberada e premeditada – como na expressão “ter uma agenda” – mas uma influência inadvertida que resulta da necessidade dos veículos noticiosos de selecionar e destacar alguns poucos tópicos em seus relatos como sendo as notícias mais salientes do momento (McCOMBS, 2009, p. 19).

A teoria proposta por McCombs atribui um papel central aos veículos noticiosos por serem capazes de definir itens para a agenda pública.

### **1.3.2) A imprensa brasileira nos anos 1950: tempos de mudança**

No Brasil, os primeiros jornais impressos surgem no século XIX, após a vinda da família Real. O responsável pelo primeiro periódico a circular no país fora Hipólito da Costa, imprimindo o *Correio Braziliense* desde a Inglaterra. Embora tenha apresentado admirável expansão, é apenas após a Segunda Guerra Mundial que o jornalismo irá se transformar em empresa comercial, seguindo a tradição americana de grande empresa não mais ligada, ao menos diretamente, a partidos políticos.

Ainda antes de 1945, em linhas gerais, a imprensa sempre esteve diretamente ligada aos partidos políticos durante a primeira metade do século XX, passando por períodos de censura sob o primeiro governo de Vargas. Segundo Nelson Werneck Sodré (2011): “Se, com o pós-guerra, profundas alterações se denunciam na vida brasileira, tais alterações, para a imprensa, acentuam rapidamente o acabamento de sua fase industrial,

---

<sup>20</sup> Ver (WOLF, 2005). Segundo Wright: “A posição sustentada por esse modelo pode ser sintetizado com a afirmação de que “todo membro do público de massa é pessoal e diretamente ‘atacado’ pela mensagem” (WRIGHT, apud. WOLF, 2005, p. 3).

<sup>21</sup> Segundo o autor, “Walter Lippmann é o pai intelectual da ideia agora denominada, em breve, como agendamento. O capítulo de abertura de seu clássico de 1922, *Opinião Pública*, tem como título “O mundo exterior e as imagens em nossas mentes” e resume a ideia do agendamento muito embora Lippmann não tenha usado aquela expressão. Sua tese é de que os veículos noticiosos, nossas janelas ao vasto mundo além da nossa experiência direta, determinam nossos mapas cognitivos daquele mundo. A opinião pública argumenta Lippmann, responde não ao ambiente, mas ao pseudoambiente construídos pelos veículos noticiosos” (McCOMBS, 2009, p. 19).

relegando ao esquecimento sua fase artesanal: um periódico será, daí por diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas” (SODRÉ, 2011, p. 520).

A imprensa brasileira neste período, principalmente nos anos cinquenta, é caracterizada por um rápido processo de transformação. “O slogan do Governo Juscelino Kubitschek, que pretendia modernizar o Brasil, fazendo o trabalho de construção do país que levaria cinquenta anos em apenas cinco, resume o processo que tomou conta das redações dos principais jornais do Rio de Janeiro na década de 1950” (BARBOSA, 2007, p. 149).

Período de extrema efervescência, “No início da década de 1950 circulam no Rio de Janeiro 18 jornais diários, sendo 13 matutinos e 5 vespertinos, com uma tiragem global de 1.245.335 exemplares. Em todo o Brasil existem 230 jornais diários, com uma tiragem global de 5.750.000 exemplares” (Unesco, 1951 *apud* Barbosa, p. 154).

O jornalismo passa a ser encarado sob a ótica empresarial, buscando maximizar seu capital econômico e simbólico. Diferente dos periódicos ligados a partidos políticos, o novo jornalismo empresarial passa a depender dos mecanismos de mercado para a manutenção de sua existência. Segundo Ana Paula Ribeiro, “um periódico poderia contar basicamente com quatro fontes de recurso no Rio de Janeiro dos anos 50: a venda avulsa ou por assinatura, a publicidade comercial ou pública, empréstimos e privilégios públicos e apoio de grupos privados” (RIBEIRO, 2001, p. 1).

Neste cenário, a renda oriunda dos anúncios passa a ser, ao lado da venda de edições diárias – que representava, todavia, uma pequena parcela do montante total da renda regular dos jornais - as principais fontes de receita das empresas jornalísticas. Interligados em sua dinâmica, o aumento da tiragem de um periódico é fundamental para atrair anunciantes, levando os jornais a adotarem estratégias distintas na tentativa de cooptar novos leitores, como, por exemplo, uma certa “generalização” de assuntos abordados<sup>22</sup>, além, é claro, de elementos de diagramação e construção textual.

Neste sentido, após a Segunda Guerra Mundial a publicidade ganhou forte impulso no Brasil em decorrência do crescimento do setor industrial. “Ao longo da década de 50, houve um incrível aumento no orçamento publicitário. O crescimento em valor

---

<sup>22</sup> Bourdieu utiliza a expressão “notícias omnibus” para se referir à este conteúdo generalizante adotado pelos grandes jornais na busca de atingir um maior número possível de leitores. Ver: Bourdieu, sobre a televisão

correspondeu a um aumento físico, isto é, a um aumento de contrimetagem de anúncios nos jornais, principalmente naqueles localizados em grandes cidades, como Rio e São Paulo” (RIBEIRO, 2002, p. 6). O aumento da publicidade iria alterar também a estrutura do mercado jornalístico carioca, favorecendo a modernização e a expansão dos veículos impressos ao passo que surgiam novos incrementos em suas receitas oriundos, sobretudo, de empresas interessadas em divulgar anúncios em suas páginas<sup>23</sup>.

No que diz respeito ao aspecto material do jornal, a utilização de máquinas de impressão mais modernas permitiram a ampliação da tiragem diária dos periódicos como também agilizou deveras o processo, permitindo maior velocidade na manufatura dos jornais e, por consequência, sua difusão na cidade<sup>24</sup>.

**Tabela 1 – Tiragem dos principais jornais cariocas na década de 1950**

<b>Tiragem dos matutinos cariocas (em mil exemplares)</b>							
<b>Matutinos/ano</b>	<b>1951</b>	<b>1952</b>	<b>1953</b>	<b>1954</b>	<b>1955</b>	<b>1958</b>	<b>1960</b>
<b>Jornal do Brasil</b>	60	70	45	40	40	57	59
<b>O Dia</b>	--	60	90	90	115	240	230
<b>O Jornal</b>	70	60	60	60	60	?	27
<b>Diário Carioca</b>	45	35	40	40	40	17	17
<b>Correio da Manhã</b>	56	70	70	72	72	57	53
<b>Diário de Notícias</b>	64	65	63	?	54	47	47
<b>Luta Democrática</b>	--	--	--	20	30	117	130
<b>Jornal do Commercio</b>	33	60	20	32	32	?	?

**Tiragem dos vespertinos cariocas (em mil exemplares)**

<sup>23</sup> Tomemos como exemplo: “Na edição de 12/04/1956, O Globo declarou, na primeira página, que os anúncios em um ano contribuíram para os seus cofres com 92 milhões de cruzeiros (920% a mais do que em 1949). Em 1957 o jornal faturou cerca de 212 milhões de cruzeiros em publicidade, superando muito o volume de 1956, que foi de 141 milhões” (RIBEIRO, 2002).

<sup>24</sup> Assunto polêmico no período em questão, o financiamento público concedido aos jornais para modernização do seu parque gráfico foi alvo de grande debate, principalmente em 1953. Após alegações de que o jornal Última Hora havia sido fundado com dinheiro público – o que levou a abertura de uma CPI, em 1953 – veio à tona a história de que o jornal O Globo houvera hipotecado uma mesma antiga impressora em diferentes empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil. Ver: (SODRÉ, 2011, P.)

Matutinos/ano	1951	1952	1953	1954	1955	1958	1960
Última Hora	--	70	85	92	92	105	117
O Globo	100	120	100	110	110	187	218
A Notícia	120	130	130	95	60	58	56
Diário da Noite	95	129	88	75	90	70	40
Tribuna da Imprensa	30	25	25	40	40	24	18

Fonte: Anuário Brasileiro de Imprensa (de 1950 a 1957) e Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão (de 1958 a 1960) (apud. RIBEIRO, 2007, p.60) [Grifos do autor].

Ao passo que se distanciavam do jornalismo político, os jornais buscavam também se diferenciar em sua construção textual da narrativa literária, que havia imperado como estilo de escrita entre os principais jornalistas até então. Pode-se perceber esta influência, contudo, com a presença de grandes escritores entre as redações dos jornais, tornando ainda mais direta a relação entre literatura e jornalismo, traço da tradição jornalística brasileira até então. “No caso do jornalismo carioca, em busca de um certo distanciamento em relação à literatura e à política, passou pela incorporação de uma série de práticas discursivas advindas sobretudo do jornalismo norte-americano” (RIBEIRO, 2002, p. 7). Do ponto de vista interno, a adoção de novas técnicas de diagramação, como o *lead*, alterou a estruturação da notícia, abandonando os textos introdutórios longos e rebuscados, frequentemente opinativos, conhecido como “nariz de cera”, tornando o texto mais objetivo e dinâmico. No que tange ao *lead*, esta prática consistia em responder já na abertura do texto (primeiro parágrafo) a seis perguntas básicas: quem? Fez o quê? Quando? Onde? Como? E por quê? Dessa forma buscava-se atrair o leitor ao conteúdo da notícia e deixá-lo informado mesmo com uma leitura rápida das páginas do jornal.

Outro aspecto interessante a se ressaltar é a construção de uma perspectiva “neutra” em relação ao conteúdo apresentado.

Os jornais, ao priorizarem, a partir daí, um conteúdo enfeixado pela ideia de imparcialidade contida nos parâmetros do lide e na edição, no qual o corpo do copy-desk ganha destaque, a ao promoverem a padronização da linguagem, constroem para a imprensa o espaço da neutralidade absoluta. Com isso, passam a ter o reconhecimento do

público como lugares emblemáticos para a difusão da informação, ainda que a carga opinativa não tenha sido alijada das publicações. A campanha da imprensa, em 1954, quando do suicídio do presidente Getúlio Vargas, talvez seja o exemplo mais emblemático da sua vinculação ao campo político e de seu reconhecimento como força dirigente superior mesmo aos partidos e as facções políticas (BARBOSA, 2007, p. 151).

Segundo Barbosa, porém, esta narrativa de neutralidade é muito mais uma estratégia dos jornalistas com vista a tornarem-se um espaço legítimo de discussões de assuntos políticos e econômicos, constituindo-se, assim, como porta-vozes da população e levando adiante o processo de autonomização do campo jornalístico<sup>25</sup> em relação aos demais. Ainda segundo a autora:

O que os jornais pretendem não é apenas atuar no campo político, lugar onde se geram problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, entre os quais os “consumidores” devem escolher, mas, sobretudo, conseguir mobilização cada vez maior do público. Quanto maior a sua audiência, maior o seu poder de divulgação e a lógica da conquista do próprio poder. E nada mais condizente com o momento social da década de 1950 do que se transformar mais do que em porta-voz da modernização, mas em seu próprio emblema, produzindo um jornalismo em padrões completamente diversos do que fora feito até então, pelo menos no discurso com que referendam esse processo. Nada melhor também para conseguir audiência do que divulgar ao extremo que produzem um discurso que apenas espelha o mundo. O conseguir audiência é sempre conseguir poder” (BARBOSA, 2007, p. 153).

---

<sup>25</sup> Como apresentado, o fazer jornalístico foi profundamente impactado pelas mudanças introduzidas nos principais jornais e pela transformação pela qual a sociedade brasileira passava, com intenso processo de industrialização e urbanização. Segundo Ana Ribeiro, embora os jornais tenham se profissionalizado, o campo jornalístico não conquistou autonomia frente aos demais espaços sócias, permanecendo submetido ao campo político e econômico embora houvera ganhado espaço e independência em relação a produção do bem produzido. Através desse modelo, a linguagem jornalística começou a adquirir uma sistematização interna, e o jornalismo obteve uma certa dose de autonomização, se transformando numa comunidade discursiva própria” (Ana Ribeiro, *Jornalismo, literatura e política*). Diferindo desta abordagem, Marialva Barbosa encara o processo de transformação do campo jornalístico como inversão da relação de forças com o campo político, por exemplo, que, se outrora exercia pressões sobre o campo jornalístico, a partir da década de 50 encontrar-se-ia influenciado diretamente pela dinâmica dos grandes jornais, adotando, inclusive, a utilização de instrumentos próprios desse espaço na luta política. O jornalismo também inverte a utilização dos meios legítimos de fazer político contra o corpo político profissional, ou seja, apresenta-se como portador da “opinião pública” para legitimar seu papel como “vigilante” do corpo político do país. “As reformas da década de 1950, introduzindo no dizer dos jornalistas – a partir da técnica – a mítica da neutralidade e da objetividade, a rigor, servem para impor uma dada representação dos jornalistas para si mesmos, investindo naquilo que Bourdieu afirma ser lutas por classificação. Cada vez mais procuram produzir representações em que buscam a construção de uma identidade gratificante e que trazem para eles o reconhecimento social” (BARBOSA, 2007, p. 158-9).

Tendo em vista o horizonte vislumbrado até aqui, passemos a apresentar os jornais que serem analisados. São estes, respectivamente, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, e *O Globo*.

### *Jornal do Brasil*

Fundado em 1891, o *Jornal do Brasil* é o mais antigo dentre os jornais aqui pesquisados. Dividido em dois cadernos, dedicava o primeiro para o noticiário nacional e internacional, e o segundo para assuntos do cotidiano, lazer e esportes. Algo peculiar em sua composição gráfica diz respeito à presença de classificados populares ao longo das quatro primeiras páginas, contrastando com o conteúdo erudito das páginas de cultura e sua linguagem rebuscada.

A estratégia de ocupar as quatro primeiras páginas do jornal com anúncios classificados foi adotada nos anos 30, como uma alternativa para superar a crise financeira pela qual passava o JB. Esta prática iria perdurar até 1956, quando o jornal irá sofrer uma profunda reforma que se tornou uma das experiências pioneiras de introdução do modelo norte-americano de jornalismo no país.

A adoção do esquema de classificados, inovador para os anos 30, vai conseguir manter o JB com relativa autonomia financeira, sendo apontado, pelos especialistas, como o único dos grandes diários que, nos anos 50, não dependia de publicidade para o seu financiamento, sendo bancado pelos classificados e pela venda aos leitores. Esse aspecto pode ter tornado este jornal um dos raros periódicos, no universo jornalístico do período, pouco dependente das pressões externas vindas dos anunciantes, embora, nos dados apresentados por Ana Ribeiro sobre a divisão da publicidade em 1950, ele ocupe o quarto lugar como captador desses recursos, o que não era uma posição a ser desconsiderada.

De qualquer maneira, segundo os analistas, as opções editoriais e comerciais do JB vão fazer este impresso perder prestígio na condição de órgão noticioso e de influência nos acontecimentos políticos. Além disso, durante os anos 50, ele começa a apresentar uma sensível queda em sua tiragem, que vai passar de 60 mil exemplares/dia, em 1951, para 40 mil, em 1954. Ou seja, em termos de campo jornalístico, percebemos que o jornal transcorre uma trajetória bastante descendente, que só vai reverter a partir da reforma introduzida no jornal em meados de 1956. Este ponto, aliás, é de fundamental importância

para compreendermos o posicionamento do JB no período que iremos analisar, haja vista as alterações na redação que iriam alterar, aos poucos, a linha editorial seguida pelo mesmo. A reforma iniciada em 1956 pode ser entendida como fim de um ciclo, marca pela introdução de novas técnicas e também pela atuação de novos personagens no seio deste veículo. Conforme Marieta de Moraes Ferreira:

As primeiras ideias de mudança surgiram a partir do afastamento de duas figuras-chaves que até então tinham sido os principais responsáveis pela administração e orientação do jornal. Pires do Rio faleceu em 1950, e a seguir o conde Pereira Carneiro afastou-se, vindo a falecer em 1953. Com isso fechou-se um ciclo de administração do jornal, abrindo-se espaço para maior atuação da Condessa Pereira Carneiro e de seu genro, Manuel Francisco de Nascimento Brito. Iniciava-se aí uma fase de transição, onde o processo de tomada de decisões assumia um papel-chave. As ideias de mudança estavam na mesa, mas não havia uma visão clara do que mudar e de como mudar (FERREIRA, 1996, p.151).

Dentre as primeiras atitudes tomadas pela Condessa, destacam-se duas: a compra de novos equipamentos gráficos, dando lastro a fase de expansão que se pretendia iniciar; e a viagem feita pela nova proprietária aos Estados Unidos, com o objetivo de buscar novas ideias e técnicas a serem aplicadas ao jornal. Desde cedo, fica clara a nova face que se queria dar ao jornal abandonando o antigo modelo já desgastado e ultrapassado frente às inovações que vinha sendo introduzidas por jornais como o *Última Hora* e o *Diário Carioca*<sup>26</sup>.

A direção do jornal passou a ser composta pela Condessa Pereira Carneiro, Nascimento Brito e Anibal Feire. Diante da proposta de reformulação que se propunha, decidiu-se por convidar Odilo Costa Filho para coordená-la. “A primeira providência tomada por Odilo foi a organização de uma nova equipe, composta de jornalista jovens, egressos do Diário Carioca e da Tribuna da Imprensa (...)” (FERREIRA, 1996, p. 152).

Segundo bibliografia disponível, o JB manteve severa oposição ao governo de Kubitschek, tecendo críticas constantes a sua administração e acusando-o de corrupção e

---

<sup>26</sup> “Deve ser mencionada igualmente a importância do *Diário Carioca* nesse movimento de renovação da imprensa do Rio de Janeiro. Embora não contasse com recursos técnicos expressivos, o *Diário Carioca* reuniu ao longo dos anos 50 uma equipe de jornalistas de grande talento – liderados por Luís Paulistano e Pompeu de Souza -, que inaugurou o uso do lead e utilizou pela primeira vez um corpo de copidesques na redação” (FERREIRA, 1996, p. 144).

de ser responsável por desmandos na construção de Brasília. No que diz respeito a sua posição frente à política econômica de governo, temos que:

O *Jornal do Brasil* condenava também a política econômica de Juscelino, chegando a defender as pressões do Fundo Monetário Internacional sobre o governo para que este contivesse a inflação. Por ocasião dos debates entre Lucas Lopes, ministro da Fazenda, e Sebastião Pais de Almeida, presidente do Banco do Brasil, em torno da escolha de fórmulas adequadas de combate à inflação, a atitude do jornal foi de apoio ao ministro da Fazenda, que advogava uma política de austeridade. Defensor da livre iniciativa, o *Jornal do Brasil* demonstrou ainda não ver com simpatia a existência da Petrobrás e do monopólio estatal (FERREIRA, 1996 p. 153).

Embora tenha passado por um profundo processo de reformulação, as pesquisas realizadas acerca do tema identificam uma constância em algumas características essenciais do jornal. “Apesar de tudo, o Jornal do Brasil manteve os quatro atributos que sempre nortearam sua atuação, definindo-se como um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada” (FERREIRA, 1996, P. 154).

### *Última Hora*

Jornal diário e vespertino fundado no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1951 por Samuel Wainer. Desde o início de suas atividades, o UH foi um jornal que causou grande impacto no mercado jornalístico do Rio de Janeiro. Buscando incorporar novas técnicas e inovações gráficas, o jornal encontrou nestas mudanças sua principal arma na conquista de espaço em um mercado já dominado por grandes órgãos de imprensa<sup>27</sup>. Para Paulo Silveira, redator e que mais tarde viria a ser diretor do jornal, “a grande contribuição de *Última Hora* foi ter estabelecido uma nova forma de comunicação entre o leitor e o jornal, fruto da necessidade de fugir à concorrência que o rádio e a televisão vinham impondo ao levar ao público com maior rapidez o acontecimento e sua imagem” (ABREU, 2010).

---

<sup>27</sup> “A apresentação da mensagem foi também objeto de inovações. Recorrendo aos empréstimos de um especialista argentino, fez uma diagramação moderna, uma paginação acessível, com grandes coberturas fotográficas ainda não usadas na época pela imprensa brasileira. A valorização das notícias através do jogo de espaços e das fotos fazia com que o jornal não tivesse o ar *highbrow* da imprensa tradicional e se apresentasse de maneira mais digestiva” (GOLDENSTEIN, 1887, p. 46)

*Última Hora* revolucionou a imprensa brasileira de sua época, introduzindo uma série de técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil. A importância desse aspecto técnico do jornal é ressaltada nos depoimentos de sua antiga equipe, segundo a qual *Última Hora* foi fundada para ser “a Volta Redonda da imprensa brasileira” (FERREIRA, 1996, p. 142-3).

“*Última Hora* não se dirigiu exclusivamente, mas especialmente, às classes de trabalhadores urbanos operários e não operários. Foi um elo entre Vargas e elas, forjado de cima para baixo, mas que se apresentou como porta-voz popular (...)” (GOLDENSTEIN, 1987, p. 44). Buscando atrair e reforçar sua vinculação com o público, o jornal empreendeu campanhas pouco comuns aos demais veículos do período – ao menos no Brasil –, entre as quais uma série de concursos, prêmios e promoções.

*Última Hora* foi fundada ainda para servir de respaldo ao getulismo junto à opinião pública. Segundo o próprio Samuel Wainer, seu objetivo era romper com “a formação oligárquica da imprensa brasileira e dar início a um tipo de imprensa popular e independente” (ABREU, 2010).

Os financiadores do valor necessário à compra das ações foram três: Walter Moreira Salles, cujo banco era o maior credor da Érica; Ricardo Jefet, presidente do Banco do Brasil e “cabeça de um dos mais importantes grupos econômicos de São Paulo”; e Evaldo Lodi, “poderoso industrial mineiro, presidente da Confederação Nacional das Industrias”. Os dois últimos tinham profundas ligações políticas com o Governo Vargas e “alimentavam razoáveis ambições de ascensão na vida pública (Goldenstein 1987, p. 41).

Segundo consta no DHBB, já no primeiro número em circulação do UH eram apresentados os pressupostos políticos que iriam nortear o jornal durante todo o período em que Samuel Wainer esteve à sua frente: “*Última Hora* propunha-se a lutar pela soberania nacional e pelo desenvolvimento econômico, combatendo a intromissão de interesses estrangeiros na economia brasileira”. A própria prática de apoio às massas encontrava explicação na visão política de Wainer, que em depoimentos posteriores confessou associar o “nacional” ao “popular”.

## *O Globo*

No que se refere a sua história, o **O Globo** foi fundado em 1925, por Irineu Marinho, e tendo à sua frente, desde 1931, o seu filho mais velho, Roberto Marinho – caracterizou-se, até os anos 50, como um jornal de pouco envolvimento político, procurando assumir uma posição de discrição, sem muita interferência em assuntos públicos. Conforme o DHBB, OG teria dado apoio discreto à Revolução de 1930 e ofereceu ampla cobertura à Revolução Constitucionalista de 1932. Mas, durante o Estado Novo, o jornal teria cedido às pressões do governo, sendo que Marinho chegou a participar do conselho do DIP.

Em termo de posicionamento doutrinário, temos afirmações mais categóricas. Thomas Skidmore classifica o Globo como um jornal neoliberal, defensor do capital estrangeiro e do comércio de importação e exportação. O DHBB corrobora para essa impressão, afirmando que durante o debate sobre desenvolvimento do Brasil, “era o principal porta-voz da linha neoliberal”, embora cite como fonte o próprio brasilianista.

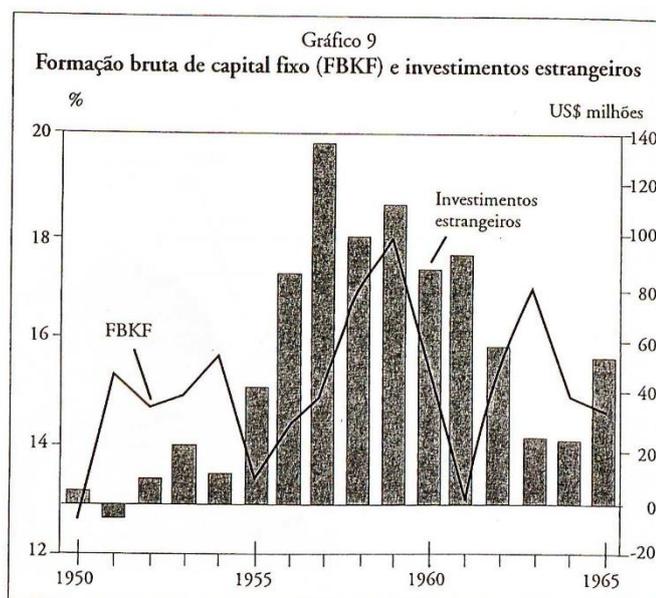
Um ponto importante a considerar é que, nos anos 50, ao contrário do JB, O Globo é um jornal em plena trajetória ascendente no campo jornalístico que se constitui no período. Sua tiragem é uma das que mais cresce no pós-guerra, atingindo a média de 100 mil exemplares/dia, em 1951, e chegando a 120 mil, em 1952, voltando a cair um pouco nos anos de 1953 (100 mil) e de 1954 (110 mil), muito provavelmente pela ascensão do vespertino Última Hora que lhe passa a fazer uma competição acirrada nesse momento. De qualquer maneira, o diário de Roberto Marinho é um dos que mais se modernizam investindo em renovação do parque gráfico e, como vimos, também em termos editoriais, embora não esteja entre os jornais pioneiros na introdução do modelo de jornalismo norte-americano.

## 2) Planejamento e industrialização: uma abordagem ao governo JK

O presente capítulo visa analisar o posicionamento dos jornais pesquisados (OG, UH, JB) acerca de dois pontos principais: industrialização nacional e planejamento econômico. Ambos aspectos são essências para compreendermos o período em questão, pois são considerados como traços marcantes do governo de Juscelino Kubistchek – e do período pós-guerra, porém com mesma intensidade. A partir destes, buscaremos analisar alguns aspectos decorrentes, tais como o papel do capital estrangeiro nas inversões necessárias para execução do Plano de Metas, a importância conferida ao setor primário e a posição adotada frente à reforma do sistema cambial.

O gráfico a seguir nos fornece algumas informações relevantes para embasarmos a escolha dos temas a serem analisados. Sem dúvida, o investimento cresceu em proporções significativas durante o governo de Juscelino. A atração do capital necessário para execução do empreendimento ao qual Kubitschek se propôs, em sua maioria oriunda do exterior, só foi possível através de uma estratégia deliberada de atração de novos investidores, baseada em facilidades de movimentação de capitais e desonerações fiscais para importação de tecnologia.

**Gráfico 1 – Formação bruta de capital fixo**



Fonte: Banco de Dados/Ibre/FGV.

Disponível em: (GOMES, 2002)

Para iniciarmos, porém, buscaremos apresentar brevemente a cena do debate econômico na década de 50, no Brasil, através das três principais correntes identificadas pela historiografia como as de maior amplitude no período: neoliberal, desenvolvimentista e socialista. A análise é centrada na expressão nacional destas correntes, tendo em vista a riqueza deste debate e a singularidade da apropriação feita na tentativa de interpretar os fenômenos econômicos à sombra da experiência brasileira.

## **2.1) Correntes ideológicas**

Para nos auxiliar na análise do material recolhido dos jornais, cabe atentarmos para a discussão econômica propriamente dita, enriquecida ainda mais na América Latina frente ao florescimento de pensadores locais que tentaram avaliar o processo de desenvolvimento do continente à luz de suas especificidades.

Embora após o século XVIII e XIX a economia tenha dado um grande salto no caminho da sua emancipação enquanto área específica do saber, sua consolidação viria a ocorrer apenas na primeira metade do século XX. Sem dúvida, as inquietações do período de guerra e suas consequências levaram os economistas a buscarem novas explicações para os fenômenos que vinham ocorrendo no mundo pós-guerra. A crise que viria a ocorrer em 1929, porém, marcara profundamente esta disciplina, pondo em cheque antigos dogmas e dando espaço para o surgimento de novas abordagens sobre o tema. Destaca-se, sem dúvida, a contribuição da chamada Escola Institucionalista Americana, responsável pela formulação do plano de recuperação econômica do governo Roosevelt, e, com maior peso, as formulações teóricas apresentadas por John Maynard Keynes em sua obra “Teoria Geral”, publicada originalmente em 1936, e que iria provocar uma ruptura profunda no debate econômico até os dias atuais.

Na América Latina, a fundação da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) iria impulsionar as reflexões sobre a pertinência (ou não) de teorias produzidas com base na experiência dos países de capitalismo maduro. O texto publicado por Raúl Prebisch, em 1948, sob o título “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*” foi a primeira tentativa de teorização dos problemas específicos do continente, servindo de marco, ou nas palavras de Hirschmann, como o manifesto desta corrente de pensamento heterodoxo que começa a tomar lugar no cenário latino-americano. A partir do método histórico-estrutural e da teoria do

subdesenvolvimento periférico, a CEPAL elaborou toda uma análise sobre a especificidade da realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos, propondo um conjunto de políticas visando à superação do atraso pela via da industrialização. Sua denúncia da assimetria existente nas relações econômicas internacionais, apoiada na tendência secular à deterioração dos termos de troca, e suas propostas de caráter reformista encontrariam a resistência de setores conservadores das elites latino-americanas e de alguns membros da comunidade internacional.

Por outro lado, as tentativas de compreensão dos fenômenos econômicos ocorridos nos anos anteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial suscitaram as formulações neoliberais<sup>28</sup>, surgidas a partir da chamada “Sociedade de Mont Pèlerin”, dentre os quais seus principais expoentes constam Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, todos inimigos ferrenhos do New Deal norte-americano. “Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Iremos focar a apresentação na expressão nacional das correntes desenvolvimentista, neoliberal e socialista, tendo em vista que o debate no qual se insere nosso objeto de pesquisa tem lugar no seio desta disputa e de seus principais representantes, como Celso Furtado, Eugênio Gudin, Roberto Campos, entre outros.

### 2.1.1) *Neoliberal*

Os trabalhos de Perry Anderson (2003) e David Harvey (2007) encontram os momentos inaugurais do neoliberalismo no movimento conhecido como *Mont Pèlerin*

---

<sup>28</sup> “Começamos com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria” (ANDERSON, 1995, p. 9).

*Society*, iniciado em 1947, na Suíça<sup>29</sup>. Segundo definição de Harvey<sup>30</sup>, “o neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria de práticas de políticas econômicas que propõe que o bem-estar da humanidade pode se desenvolver melhor a partir da liberalização de habilidades empresariais individuais dentro de um quadro institucional caracterizado por fortes direitos de propriedade privada, livre-mercado e livre-comércio” [tradução livre do autor do presente trabalho] (HARVEY, 2007, p. 2)<sup>31</sup>.

No Brasil a corrente neoliberal foi, juntamente com a corrente desenvolvimentista, a mais importante expressão do pensamento econômico brasileiro no período 1945-1964. Sempre atuante nos debates do período, seus adeptos formulam diversas políticas econômicas adotadas pelo governo e também exercem papel de relevância na crítica às teorias desenvolvimentistas. Segundo Bielschowsky, a origem do pensamento neoliberal no Brasil remete-se à crise dos anos 1930. Tradicionalmente liberal em sua posição político-econômica, o pensamento econômico nacional teria de se reformular após os terríveis efeitos da queda do nível econômico mundial e, principalmente, do mercado de *commodities* – fundamental para manutenção do setor exportador brasileiro<sup>32</sup>.

Segundo Bielschowsky, destacam-se três aspectos fundamentais do pensamento neoliberal em âmbito nacional:

- a) eram partidários do princípio de redução da intervenção do Estado na economia brasileira; b) manifestavam-se continuamente a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos

---

<sup>29</sup> Outros autores, como Michel Foucault e François Denord, entendem como marco fundador e parte integrante deste processo de conformação neoliberal em escala mundial a organização do Colóquio Walter Lippman, ocorrido em 1938, ainda antes da Segunda Guerra Mundial. Ver: (BUREN, 2013)

<sup>30</sup> Em sua versão original: “Neoliberalism is in the first instance a theory of political economic practices that proposes that human well-being can best be advanced by liberating individual entrepreneurial freedoms and skills within an institutional framework characterized by strong private property rights, free markets, and free trade”.

<sup>31</sup> Quanto ao papel do Estado, segue o autor: “The role of the state is to create and preserve an institutional framework appropriate to such practices. The state has to guarantee, for example, the quality and integrity of money. It must also set up those military, defence, police, and legal structures and functions required to secure private property rights and to guarantee, by force if need be, the proper functioning of markets. Furthermore, if markets do not exist (in areas such as land, water, education, health care, social security, or environmental pollution) then they must be created, by state action if necessary. But beyond these tasks the state should not venture. State interventions in markets (once created) must be kept to a bare minimum because, according to the theory, the state cannot possibly possess enough information to second-guess market signals (prices) and because powerful interest groups will inevitably distort and bias state interventions (particularly in democracies) for their own benefit” (HARVEY, 2007, p.2).

<sup>32</sup> Segundo Bielschowsky: “O prefixo *neo* tem um significado muito preciso: representa o fato de que os liberais brasileiros, em sua maioria, passaram a admitir, na nova realidade pós-30, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições de mercado, as quais, segundo reconheciam, afetavam economias subdesenvolvidas como a brasileira” (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 91).

seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; e, c) não propunham medidas de suporte ao projeto de industrialização e eram frequentemente contrários a essas medidas (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 37-8).

E linhas gerais, o neoliberalismo, em sua expressão nacional, pode ser entendido como:

Define-se por contraste com os desenvolvimentistas e compreende os economistas que defendiam a prioridade da livre movimentação das forças de mercado como meio para atingir a eficiência econômica. Não necessariamente se opunham abertamente à industrialização e, muitas vezes, diziam-se favoráveis a alguma diversificação industrial. Sua marca característica, contudo, era a oposição, ou pelo menos a omissão, quanto a propostas desenvolvimentistas. Sua participação no debate econômico está fundamentalmente ligada à proposta de estabelecer as condições do equilíbrio monetário e financeiro, que, segundo diziam, seria indispensável à maximização da eficiência dos mecanismos de mercado. Para tanto, admitiam inclusive alguma intervenção estatal, saneadora de desajustes, identificados como ocorrências comuns em economias subdesenvolvidas (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 33).

O principal representante das ideias neoliberais foi, sem dúvida, Eugênio Gudin, embora não se possa esquecer o papel atuante desempenhado por Octavio Gouveia de Bulhões<sup>33</sup>. Ambos tiveram papel de suma importância em algumas das principais instituições econômicas do país, chegando a participar da conferência de Bretton Woods, em 1944, junto à delegação brasileira. Também foram responsáveis pela instituição do primeiro curso de economia no país, importando o currículo de economia empregado em Harvard.

O trabalho de Maria Angélica Borges (1996) define o pensamento de Gudin como *Capitalismo Caboclo*, devido a interpretação e adaptação das ideias neoliberais ao contexto dos países subdesenvolvidos, ou melhor, economias reflexas – para utilizar as palavras do autor.

---

<sup>33</sup> Outros nomes também se destacaram no cenário nacional, como Denio Nogueira, Daniel de Carvalho e Alexandre Kafka. Roberto Campos, um dos maiores economistas brasileiros do século XX e conhecido neoliberal, ainda não havia abandonado algumas premissas como o planejamento e intervenção estatal, embora concordasse com a manutenção de políticas de estabilização monetária.

Como pensador liberal, uma das principais preocupações de Gudin sobre a economia brasileira era a inflação. Neste aspecto, porém, há controvérsias a respeito do seu posicionamento, tendo em vista que Eugênio Gudin ficou conhecido – ou melhor, rotulado – como defensor de uma visão monetarista do fenômeno inflacionário, o que é criticado por autores como Bielschowsky<sup>34</sup> (2001; 2007).

A hipótese central dos trabalhos de Gudin era a da existência de pleno-emprego na economia brasileira. Segundo Bielschowsky:

Este era um ponto indispensável à consistência de suas formulações, Tinha Gudin plena consciência disto – e total convicção da existência do pleno-emprego. Poucos são seus textos mais importantes sobre a economia brasileira em que não repetiu enfaticamente a ideia de que a mesma sofre de baixa produtividade e de “hiperemprego” – e não, como diziam os desenvolvimentistas, de desemprego (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 92).

Sua visão acerca do fenômeno inflacionário e do pleno emprego são alguns dos pontos que colocam em xeque a associação do autor à uma linha de pensamento mais estrita. Embora tenha sido profundamente influenciado pela obra de autores como Jacob Viner e Gott Fried Haberler, dois dos maiores livre-cambistas de sua época, os textos de Gudin, produzidos com o intuito de interpretar a experiência brasileira à luz da teoria econômica clássica, apresenta contribuições teóricas distintas, desde postulados keynesianos até argumentos anti-intervencionistas da Escola Austríaca.

Por fim, destacamos que Eugênio Gudin, expoente da corrente neoliberal brasileira, foi um grande opositor à instalação da indústria automobilística no país durante o governo de Juscelino Kubitschek, classificando como artificial o modelo de fabricação então adotado, com subsídios e desonerações proporcionadas pelo Estado ao setor. Segundo o autor, criava-se, assim, uma indústria sem condições de competir no mercado internacional, oferecendo veículos de menor qualidade e com custo mais elevado – crítica recorrente entre os opositores deste empreendimento – sendo, em última instância, prejudicial à economia brasileira, embora houvesse poupança de divisas com a importação de veículos. Este ponto, porém, iremos abordar com maior profundidade no

---

<sup>34</sup> Para este autor, embora Gudin aceitasse que o aumento da oferta de moeda acima da oferta de bens de consumo devesse causar inflação, o seu entendimento do fenômeno era mais complexo e envolvia elementos da própria teoria keynesiana, como a explicação da inflação como por “excesso de demanda” e por “aumento de custo (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 44).

próximo capítulo, dedicado à análise específica das discussões em torno do setor automotivo.

### 2.1.2) *Desenvolvimentista*

O Desenvolvimentismo pode ser entendido, de maneira simples, como a ideologia de desenvolvimento a partir da industrialização coordenada pelo Estado. Emergido nos anos 1930, principalmente como resposta à crise de 1929, ganhou maiores proporções após o término da segunda guerra mundial e, mais especificamente, após o surgimento da Cepal, organização responsável pela sistematização e formalização teórica deste conceito<sup>35</sup>. Embora tenha sido concebido junto ao pensamento estruturalista, este último abarca uma gama maior de aspectos a serem analisados, como teorias de inflação, comércio exterior, formação de mercados comuns, entre outros. Enquanto isso, o conceito de desenvolvimento é utilizado de maneira mais restrita, referindo-se à atuação do Estado com vista a superar o subdesenvolvimento, situação característica das economias latino-americanas neste período. Apresentaremos as principais formulações teóricas acerca do conceito, tendo em vista a relevância do mesmo para o debate público de então.

Começamos com a obra de Bresser-Pereira<sup>36</sup> (2016), que, em artigo recente, utiliza a expressão desenvolvimentismo “clássico” para se referir ao surgimento desta corrente não apenas na América Latina, mas na esteira das teorias do desenvolvimento como um todo:

Esta tarefa coube originalmente ao desenvolvimentismo clássico. Ele surge no Reino Unido, nos anos 1940, na transição da Liga das Nações para as Nações Unidas, com o nome de *development economics*, e, na América Latina, com o nome de “estruturalismo latino-americano” porque definiu o desenvolvimento econômico como “mudança estrutural”. Eu, hoje, prefiro chamá-lo de desenvolvimentismo clássico. Foi a teoria do desenvolvimento econômico dominante entre os anos 1940 e 1960, e teve entre seus economistas, Rosenstein-Rodan, Raúl Prebisch, Arthur Lewis, Albert Hirschman e Celso Furtado. Seu

---

<sup>35</sup> O trabalho de Ivan Salomão (2013) busca traçar o gérmen das políticas desenvolvimentistas ainda no final do século XIX.

<sup>36</sup> “A principal contribuição do desenvolvimentismo clássico foi, no plano político, o entendimento do desenvolvimento econômico como resultado de uma coalizão de classes envolvendo a burguesia nacional, a burocracia pública e os trabalhadores urbanos; e, no plano econômico, foi definir o desenvolvimento econômico como “mudança estrutural”, ou seja, como industrialização que transforma as estruturas da sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 150).

objetivo era promover o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos ou periféricos, que não haviam ainda realizado sua revolução industrial e capitalista (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 150).

A definição de Bielschowsky, por outro lado, busca apresentar as características básicas do desenvolvimentismo em sua expressão nacional, delimitando o conceito a partir de quatro premissas:

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY, p. 7, 2007).

No mesmo caminho, Pedro Fonseca buscou delimitar, a partir da bibliografia sobre o tema, um possível “núcleo principal comum”, ou, de maneira mais sucinta, o *core* do conceito. Sua definição está calcada em três aspectos indispensáveis, segundo o autor, para pensarmos o conceito de desenvolvimentismo:

a) a existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a Nação e seu futuro. [...] b) a intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado, com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade. c) a industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário (FONSECA, 2015, p. 29).

Segundo Bielschowsky, é possível identificar três correntes distintas do fenômeno do desenvolvimentismo no Brasil entre os anos de 1930 e 1964. São elas: setor privado; setor público não-nacionalista; e setor público nacionalista. Na primeira (setor privado) encontram-se economistas que assumiam uma posição antiliberal e desenvolvimentista,

mas que, por outro lado, tinham posições variadas a respeito do grau de intervenção estatal na economia. No que tange à segunda e terceira (setor público não nacionalista e setor público nacionalista, respectivamente), a principal divergência diz respeito à opção por investimentos em determinados setores, ou seja, na preferência por investimento estatal – em detrimento de investimentos estrangeiros – ou em investimentos privados. Os não nacionalistas tinha clara preferência por soluções privadas em casos de disputas de inversões estatais, além disso apresentavam inclinação favorável a políticas de estabilização monetária, traço que por vezes os aproximava da corrente neoliberal. Ainda segundo Bielschowsky, os “traços de união fundamentais [entre as três correntes] eram o projeto comum de formar um capitalismo industrial moderno no país e a perspectiva comum de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental” (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 77).

No que se refere à atuação na cena política brasileira, dois autores se destacam enquanto representantes do pensamento desenvolvimentista: Roberto Campos e Celso Furtado. Roberto Campos, que mais tarde adotaria posicionamento distinto em relação a diversas questões que lhe eram caras no período em questão, esteve presente nos principais órgãos de planejamento durante os anos 1950. Ainda em 1952, teve expressiva atuação nas formulações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e na elaboração do seu relatório final, documento que se tornaria símbolo do planejamento econômico no país e que serviria de base na elaboração do Plano de Metas. Este último, aliás, fora elaborado por Roberto Campos em parceria com Lucas Lopes, mas deixaremos para aprofundarmos este tema nos tópicos seguintes.

Quanto à Celso Furtado, é interessante ressaltarmos sua percepção acerca do conceito de desenvolvimentismo, haja vista que o autor é identificado como um dos principais expoentes do desenvolvimentismo, não só no país, mas na América Latina. Em suas obras, Furtado utilizou o termo apenas esporadicamente<sup>37</sup>, e em carta a Ricardo Campa, datada de 22 de junho de 1970, o autor esclarece suas razões:

O desenvolvimentismo é uma forma de conservadorismo, pois parte da premissa de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa a partir da Revolução Industrial e que estão indissolúvelmente ligadas ao capitalismo podem ser transplantadas para a América Latina.

---

<sup>37</sup> O autor utiliza o conceito, principalmente, em sua obra “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, publicado originalmente em 1961. Ver: (FURTADO, 2009).

Se não se considera o estruturalismo, a classificação que me parece corresponder ao meu pensamento é a de “nacional reformista”, embora meu reformismo esteja ligado à ideia de sociedade aberta e que meu ponto de vista seja de que a sociedade brasileira jamais foi aberta em seu setor rural. Esse ponto de vista o expus em minha “Pré-revolução brasileira” (FURTADO, apud. FONSECA, 2015, p. 23-24).

Embora sua concepção sobre o conceito de desenvolvimentismo não seja igual à cristalizada pela historiografia, a obra de Furtado pode ser entendida como um dos pilares sobre o qual está estruturado o aporte teórico desenvolvimentista. A originalidade da abordagem do autor na tentativa de compreender a singularidade do desenvolvimento dos países periféricos viria tornar-se um marco no pensamento econômico latino-americano, abrindo um novo rumo de investigações a partir de uma abordagem teórica própria, não apenas reproduzida a partir da experiência dos países de capitalismo maduro. O conceito de desenvolvimento, consolidado ao longo de sua obra, é a chave de leitura com a qual buscou-se interpretar o significado do processo de desenvolvimento que teve lugar a partir da Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Furtado:

O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento, como um dos aspectos da propagação da revolução industrial. Desta forma, o seu estudo não pode realizar-se isoladamente, como uma “fase” do processo de desenvolvimento, fase esta que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneos das economias desenvolvidas, isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias. É em confronto com o desenvolvimento que temos que captar o que é específico ao subdesenvolvimento (FURTADO, apud. MORAES, 1995, p. 39).

Para finalizar, destacamos que esta corrente foi, sem dúvida, a de maior influência na composição de políticas-econômicas no país. O governo de Juscelino é considerado um dos grandes exemplos de aplicação do receituário econômico desenvolvimentista, embora não tenha havido mudanças no setor agrário e nem mesmo a absorção de mão-de-obra ociosa oriunda do campo. Estes aspectos, assim como o aprofundamento da dependência externa, tendo em vista que o processo de substituição de importação apenas veio a alterar a estrutura da pauta de exportações, incentivaram as críticas ao modelo e

sua atualização a partir dos anos 1960.

### 2.1.3) *Socialista*

Corrente de forte expressão no cenário internacional, impulsionada pelos avanços da União Soviética e pelo acirramento da Guerra Fria em meandros da década de 1950, não obteve no Brasil a mesma expressão. O socialismo, segundo a historiografia, não esteve associado a nenhum jornal de grande circulação no país dentre os anos pesquisados, embora alguns opositores do jornal UH acusassem este veículo de defender, por vezes, ideias comuns ao pensamento comunista.

Em sua expressão nacional, temos que:

Compreende os intelectuais e economistas que, de um modo geral, tinham algum tipo de vinculação com o Partido Comunista Brasileiro. Os socialistas também eram, em certo sentido, “desenvolvimentistas”, porque defendiam a industrialização e a intervenção estatal. Eram também os mais radicais dentre os nacionalistas. Seu projeto básico não era, contudo, pura e simplesmente a industrialização, mas a transição para o socialismo. A industrialização correspondia, a visão dessa corrente, ao desenvolvimento das forças produtivas necessárias ao processo de transição para o socialismo (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 34).

Conforme o autor, embora a corrente tenha defendido amplamente a industrialização do país, entendiam-na apenas com um passo em direção ao seu objetivo final. Este assunto esteve em debate no próprio seio da corrente, já que para alguns o país ainda precisaria passar por sua fase feudal para, então, alcançar a fase capitalista.

Apesar da pouca expressão no cenário político nacional, a formulação de um ideário socialista contou com o apoio de diversos intelectuais ligados ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). O ISEB foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura, e seu principal objetivo era o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais no Brasil, entendida como condição necessária para a promoção de análises que permitissem a compreensão crítica da sociedade e fomentasse o desenvolvimento nacional<sup>38</sup>. Dentre os principais intelectuais ligados ao Instituto temos Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido

---

<sup>38</sup> Ver: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>.

Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. A proposta destes autores, conhecidos como isebianos devido à sua vinculação, era a construção de uma ideologia genuinamente nacional, que visasse superar o subdesenvolvimento. Tal como os desenvolvimentistas, estes intelectuais entendiam como fundamental o desenvolvimento das forças produtivas nacionais para que se alcançasse o desenvolvimento nacional, isto é, a industrialização como superação do subdesenvolvimento. Segundo Pécault (1990), nos escritos dos intelectuais do ISEB na década de 1950 podemos encontrar a síntese do nacional-desenvolvimentismo (PÉCAULT, 1990, p.107).

## **2.2) Industrialização em marcha: o modelo ISI e a expansão do parque fabril nacional**

A crise ocorrida em 1929 alterou profundamente a dinâmica de crescimento da maioria dos países do globo. Os anos que se seguiram ao crash da bolsa de Nova York foram de tentativa de manutenção do sistema econômico vigente ao mesmo tempo em que novos atores surgiam. No Brasil, assim como e outros países da América Latina, dependentes da exportação de produtos primários aos grandes centros industrializados, a paralisação do comércio internacional e as crescentes políticas protecionistas da década de 30 abriram espaço para o desenvolvimento das atividades industriais, ainda que de modo secundário à atividade agrícola (CEPEDA, 2010).

Assim como havia ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial, quando os países europeus estiveram envolvidos no conflito, a dificuldade de importar fez com que os empresários nacionais buscassem alternativas para atender a demanda por produtos outrora comprados no exterior. Aos poucos as atividades ligadas ao mercado interno começam a ganhar espaço, obtendo grande relevância em um momento de paralisia das importações, fato ocorrido em circunstância dos esforços despendidos pelos países fabricantes de produtos manufaturados.

Embora os países de capitalismo central tenham sido afetados pela crise, a presença de um mercado interno estruturado e capaz de manter um certo nível de demanda, embora muito abaixo dos níveis anteriores, possibilitava a manutenção do sistema industrial. Segundo Tavares (1973), “já na América Latina, não só as exportações

era praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia (TAVARES, 1973, p. 30).

Frente à queda da demanda por produtos primários, iniciou-se em alguns países da América Latina, como Brasil, México, Argentina e Chile, embora em diferente grau de profundidade, um processo de substituição de produtos importados por produtos fabricados internamente. Utilizando-se da capacidade industrial ociosa, foi possível atender à uma demanda contida de bens industriais, ao passo que a dinamização do mercado interno passou a ser o fator determinante do crescimento destes países no período. Segundo Maria da Conceição Tavares:

Inicialmente utilizando e mesmo sobreutilizando a capacidade existente foi possível substituir uma parte dos bens que antes se importavam. Posteriormente, mediante uma redistribuição de fatores e, particularmente, do recurso escasso, as divisas, utilizou-se a capacidade para importar disponível com o fim de obter do exterior os bens de capital e as matérias-primas indispensáveis à instalação de novas unidades destinadas a continuar o processo de substituição (TAVARES, 1973, p. 33).

Vale Ressaltar a importância dos equipamentos industriais com os quais os países em questão podiam contar. Foi apenas a partir desta indústria já instalada que se pode levar adiante a fabricação de produtos manufaturados com o objetivo de atender a demanda existente no mercado nacional e que já não poderia mais ser suprida através de importações. Segundo a autora, pode-se concluir que:

Em suma, o “processo de substituição das importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 1973, p. 35).

Sonia Draibe (1985), porém, identifica três fases no processo de substituição de importações. Uma primeira, alinhada com processo que temos descrito e compreendida entre o início da década de 1930 e a metade da década de 1950, em que o objetivo principal fora suprir um mercado já existente de produtos manufaturados leves, ou, para

usar as palavras de Maria da Conceição Tavares (1973), um processo de industrialização horizontal. Conforme Sonia Draibe:

As características da dinâmica da industrialização, entre 1930 e 1961, implicam a delimitação de duas fases específicas. Na primeira, entre 1933 e 1955, “há industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas, a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implantem, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial”. Na segunda, entre 1956 e 1961, o surgimento de um bloco de investimentos altamente complementares e concentrados no tempo promove uma alteração radical na estrutura do sistema produtivo, ao mesmo tempo que a capacidade produtiva se amplia muito além dos horizontes determinados pela demanda preexistente (...)” (DRAIBE, 1985, p. 13).

A segunda fase deste processo, empreendida a partir do governo de Juscelino Kubitschek, conforme contido no trecho citado, refere-se à ampliação do processo de industrialização nacional, com a ampliação da produção de bens de capital responsáveis por abastecer e ampliar o parque fabril. Em outras palavras, em um primeiro momento a substituição de importações atingia a indústria leve, porém necessitava ainda da importação de maquinário para ampliação e reposição da produção industrial. Esperava-se que com o aprofundamento deste processo e a fabricação de bens de capital o país iria conquistar maior independência e espaço no mercado internacional, além, é claro, de economizar as escassas divisas que então eram gastas com este tipo de importação. Conforme Gremaud (2010):

O processo de industrialização por substituição de importação caracterizava-se pela ideia de “construção nacional”, ou seja, alcançar o desenvolvimento e a autonomia com base na industrialização, de forma a superar as restrições externas e a tendência à especialização na exportação de produtos primários. Nesse processo, a indústria vai-se diversificando e diminuem as necessidades de importação em relação ao abastecimento doméstico (GREMAUD, 2010, p. 356).

Tais expectativas, contudo, acabariam não se concretizando. Conforme viria a se confirmar ainda no início dos anos 1960, o aprofundamento do processo de ISI levaria a uma dependência equivalente a que se registrava anteriormente, porém agora com outra configuração. Problemas como a subutilização de recursos locais, tamanho de mercado e necessidade de se manter um nível de importações elevado são algumas das barreiras encontradas neste processo<sup>39</sup>. Conforme Tavares (1973), o fato é que se alterou apenas a estrutura das importações, destinadas agora a atender outra demanda, porém sem reduzir efetivamente seu valor global.

De ponto de vista mais amplo, Gabriel Palma (2005) define o período:

As principais características desse período foram o pessimismo (justificado mas exagerado) com que a região encarou as perspectivas de exportação dos produtos primários tradicionais e seu acesso aos mercados financeiros internacionais e o otimismo (também justificado mas exagerado) com relação às perspectivas do ISI. Em consequência, o período caracterizou-se por uma progressiva desvinculação da economia internacional e pela implementação de ambiciosos programas de industrialização (PALMA, 2005, p. 143).

As dificuldades encontradas na tentativa de levar a cabo o processo de industrialização no país, bem como a escassez de recursos com a qual se deparavam as economias subdesenvolvidas, fizeram com que um tema ganhasse extrema importância neste período: o planejamento econômico. Segundo Tavares (1973), “na realidade, mesmo do ponto de vista ‘estrito’ da substituição de importações, o planejamento vai-se tornando cada vez mais necessário à medida que o processo avança” (TAVARES, 1973, p. 57). O surgimento da CEPAL em 1948, tal como a formação de comissões mistas e a criação do BNDE no Brasil, iriam dar uma ênfase cada vez maior a necessidade de se planejar a economia caso se quisesse superar a condição de país subdesenvolvido. Como incentivar o crescimento da indústria nacional frente à falta de recursos necessários e ao tamanho relativamente pequeno do mercado interno – em relação ao mercado necessário

---

<sup>39</sup> Um dos aspectos que mais se tem acentuado é o fato de que os países subdesenvolvidos importam tecnologia que foi concebida pelas economias líderes de acordo com as suas constelações de recursos totalmente diversos das nossas. A necessidade de importar essa tecnologia estaria dada pelo próprio caráter substitutivo da industrialização, e pela impossibilidade de criarmos técnicas novas mais adequadas às nossas condições peculiares (TAVARES, 1973, p. 50).

para justificar os investimentos em indústrias de grande porte? Buscaremos abordar alguns destes aspectos no tópico que segue.

### **2.2.1) Planejamento e intervencionismo: possibilidades e limites de atuação do Estado**

Questão central na análise do governo de Juscelino Kubitschek, a ideia de planejamento econômico como meio para atingir o desenvolvimento em países periféricos, esteve no centro do debate econômico durante toda a década de 50. Embora a intervenção do Governo na economia não fosse novidade no país<sup>40</sup>, “é muito provável que a técnica de planejamento, enquanto instrumento de política econômica estatal, tenha começado a ser incorporada pelo poder público, no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial”<sup>41</sup> (IANNI, 1991, p. 54). Ainda segundo o autor:

Em face dessa problemática, isto é, das perspectivas e dilemas criados com a Segunda Guerra Mundial e a mobilização econômica no Brasil, Roberto Simonsen considerou que o setor privado não estava preparado para fazer face às novas exigências de capital, tecnologia, *Know-how*, capacidade organização, liderança, etc. Por isso, as novas perspectivas de desenvolvimento econômico e, em especial, industrial, exigiam a formulação e utilização de novos instrumentos de ação, incluindo-se o planejamento técnico-científico (IANNI, p. 66, 1991).

Algumas tentativas de planificação já haviam sido realizadas no país antes da década de 50, como o Plano Quinquenal de Obras e Reparcelhamento da Defesa Nacional, que data de 1942, e o Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia), que foi elaborado entre 1946 e 1947. “Deve ainda ser mencionado o conjunto de recomendações das chamadas Missão Cook, de 1943, e Missão Abbink, de 1948. Esta última pode ser considerada representativa do primeiro enfoque de formulação de político

---

<sup>40</sup> Ver: (FURTADO, 2001)

<sup>41</sup> “Ao menos, foi nessa época que a planificação passou a fazer parte do pensamento e da prática dos governantes, como técnica “mais racional” de organização das informações análise de problemas, tomadas de decisões e controle da execução de políticas econômico-financeiras. De fato, nesses anos discutiram-se (em âmbito governamental e empresarial, em termos técnico-científico e políticos) a conveniência, os limites e os riscos da adoção dessa técnica” (IANNI, 1991, p. 54).

macroeconômica” (Faro, Silva, 2002, p. 81). Um grande salto no desenvolvimento do tema foi dado com os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), reunida em 1952, contando com técnicos de ambos os países. O relatório produzido pela comissão apresentava o conceito de pontos de germinação e pontos de estrangulamento<sup>42</sup>, essenciais para a elaboração do Plano de Metas durante o governo de Kubitschek, apontando as áreas em que os investimentos estatais deveriam ser priorizados, além de ter sido o primeiro levantamento profundo de dados sobre a economia nacional, algo escasso até então e era de extrema importância para a tomada de decisão dos *policymakers*. A dissolução da CMBEU se dá por conta de um impasse diplomático causado pela vitória do candidato republicano nas eleições americanas de 1952, Dwight D. Eisenhower.

O documento produzido pela CEPAL para a conferência de 1953, no Rio de Janeiro, marca o início de uma nova fase no debate sobre o assunto, tendo em vista a estreita vinculação que o tema vinha tendo com a experiência soviética e seus planos quinquenais. Intitulado “Técnicas de Planificação”, o documento continha uma visão de planejamento amplo sobre a economia, com a necessidade de levantamento de um volume grande de dados sobre o desempenho do país e projeções sobre questões macroeconômicas, fato que gerou crítica de muitos que se opunham a esta ideia<sup>43</sup>.

Conforme Gumiero (2013), os relatórios apresentados por ambas as comissões podem ser entendidos como “projetos de desenvolvimento em disputa”, ainda que apresentem alguns pontos em comum, como o diagnóstico do subdesenvolvimento e a recomendação da industrialização como única via para o progresso. Segue o trecho:

Os relatórios da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto Cepal-BNDE apresentam diagnósticos semelhantes da economia brasileira, determinados pela ausência de poupança, dificuldade na formação de capital como resultado do feito de demonstração e assimilação e adaptação da técnica produtiva de países industrializados. Também há concordância entre os relatórios na alternativa apresentada no prognóstico, a industrialização. No entanto, é no método adotado por

---

<sup>42</sup>“A Comissão Mista estabeleceu dois campos prioritários: transportes e energia, que correspondiam às tendências indicadas pelos estudos realizados na década de 1940 e também às prioridades já estabelecidas por Kubitschek no governo de Minas Gerais. Esses dois setores foram identificados pela Comissão Mista por meio do conceito de pontos de estrangulamento (*bottlenecks*) da economia, conceito que o Programa de Metas haveria de ampliar e enriquecer. De acordo com esse conceito, existiam certas áreas críticas na economia brasileira que obstruíam seu pleno desempenho” (LAFER, 2002, p. 55-56).

<sup>43</sup> Ver: Gudín “A mítica do planejamento” (1953).

essas comissões de estudos que podemos apontar uma distinção, revelando dois projetos de desenvolvimento em disputa no Brasil. A CMBEU é adepta da tese de pontos de germinação e o Grupo Misto Cepal-BNDE da tese do crescimento equilibrado (GUMIERO, 2013, p 145).

Embora recomendasse a adoção de um plano de investimento global, a CEPAL reconhecia em seu relatório a insuficiência de capital disponível para conduzir um programa de investimentos em todos os setores. “Por conta disso, a ausência de capital conduziu o Grupo Misto a sugerir como proposta para o projeto de industrialização investimentos em setores estratégicos da economia.

Ainda em 1955, Juscelino publica “Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento”. Segue trecho:

Como nunca se consideram esses problemas sob a devida perspectiva histórica, o malogro das tentativas levadas a cabo para resolvê-los decorre do fato de não serem enfrentados nas condições apropriadas. Transportaram-se para o nosso país, mecânica e acriticamente, técnicas e instituições que, ou não correspondiam mais às condições de nossa época -- como é o caso das correspondentes ao liberalismo europeu do século XIX, ou não se ajustaram à nossa realidade - como é o caso das que insistem em dar tratamento monetário a fenômenos que são basicamente econômicos. Isto significa, em outros termos, que o desenvolvimento econômico do Brasil só pode ser promovido mediante uma contínua e eficaz assistência do Estado às necessidades da produção, do empresário e do trabalhador nacional. Entregue ao seu próprio destino, ela nem consegue expandir-se, em virtude da heterogeneidade e descontinuidade do nosso meio econômico, nem logra vencer a competição internacional, devido a circunstâncias em que sobressaem a deficiência de capitais e a incipiência dos recursos tecnológicos que dominamos (KUBITSCHKE, 1955, p.13-14).

Logo após sua posse, Juscelino instituiu o Conselho de Desenvolvimento (Decreto nº 38.744, de 12 de fevereiro de 1956), diretamente subordinado ao presidente da República, que se constituiu no primeiro órgão central de planejamento de caráter permanente no Brasil. Para o cargo de secretário do órgão recém criado, JK designou Lucas Lopes, que exercia, então, a presidência do BNDE. O documento elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento, conhecido como Plano de Metas, constitui-se como um

conjunto de 30 objetivos específicos, distribuído em cinco setores<sup>44</sup>: energia (1-5), transportes (6-12), alimentação (13-18), indústria de base (19-29), e educação (30).

Em 1958, o governo publica um novo documento apresentando uma visão mais acabada do Plano de Metas, esboçando os resultados já alcançados e projetando dados para os diferentes setores no ano de 1961. Intitulado “Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek: estado do plano de desenvolvimento econômico em 30 de junho de 1958”, este documento traz também uma definição mais apurada do seu programa econômico, conforme no trecho:

A política de desenvolvimento econômico do Presidente Juscelino Kubitschek consubstancia-se em seu programa de metas, que abrange projetos a serem executados com recursos públicos e privados. O programa traduz, um conjunto dinâmico e progressivo de obras e empreendimentos realizáveis em diversas etapas, algumas das quais deverão ser ultimadas até o fim do atual quinquênio de Governo (1961) e outras de conclusão prevista de 5 a 10 anos, como é só da meta de energia elétrica, na qual cerca e 40% dos investimentos em curso só serão consumados entre 1961 e 1965. Ainda que objetivando a realização de novos investimentos em setores-chaves da economia brasileira, o programa de metas também diz respeito à coordenação de diversos projetos de investimentos que já se vinham processando há algum tempo, de maneira improdutiva e onerosa, com recursos orçamentários normais (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1958, p. 9).

Segundo Celso Lafer, “o Programa de Metas não visava o planejamento global, mas concentrava-se em certos setores-chave da economia brasileira, tanto públicos como privados, que englobavam cerca de ¼ da produção nacional” (LAFER, 2002, p. 52).

No campo político, o estudo de referência produzido acerca do tema, de Celso Lafer (2002), busca identificar o PM como “resultado concreto de uma decisão sobre a qual o consenso poderia ser realisticamente auferido, uma vez que seus objetivos eram compatíveis com os interesses das elites e das massas urbanas” (LAFER, 2002, p. 60). Segue o trecho:

Uma das inovações do Programa de Metas foi, portanto, ampliar a racionalidade do sistema administrativo brasileiro planejando, pela

---

<sup>44</sup> Ver anexos (Plano de Metas).

primeira vez de forma consistente, o processo de substituição de importações para enfrentar eficientemente a nova situação dilemática causada pelo crescimento do eleitorado, ou seja, para atender à dinâmica do populismo (LAFER, 2002, p. 51).

## 2.2.2) Industrialização no governo de Juscelino Kubitschek

O período Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas, e é daí que devemos começar analisando a presidência. O dinâmico presidente prometeu “cinquenta anos de progresso em cinco de governo” e não há dúvida de que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão industrial. Já no seu programa de campanha, Juscelino deixava clara sua opinião sobre a necessidade de industrializar o país para superar a condição de atraso da economia brasileira<sup>45</sup>:

A industrialização é a diretriz correta para o desenvolvimento econômico de um país de população crescente, com um grande mercado potencial e dotado de adequados recursos naturais. Além de representar, em si, um estágio econômico evoluído, ela permite a substituição de importações e a diversificação dos artigos de exportação. Mais ainda, ela determina o progresso da agricultura, e pela valorização dos mercados de alimentos e matérias-primas, pelo estímulo à introdução de tecnologia agrícola avançada e pela absorção dos excedentes de mão-de-obra que se formam nos campos (KUBITSCHKEK, 1955, p. 18).

Conforme prometido, durante seu governo o país conheceu índices surpreendentes de expansão do parque industrial, como ênfase para a indústria de base (metas 19 a 29):

Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias

---

<sup>45</sup> “Conforme lembrou em mensagem ao Congresso, a produção brasileira “que antes de 1930 era quase inteiramente representada por produtos primários, diversificou-se de tal sorte que, em 1954, 28,9% corresponde à agricultura, 21,6% à indústria e os restantes 49,5% aos serviços, considerando-se a produção real”. Kubitschek reconhecia o peso do setor agrícola em relação ao setor industrial no PNB, mas salientava que o Brasil não deveria mais ser considerado “um produtor de bens primários por ineludível vocação hereditária. A aceleração do desenvolvimento econômico, acrescentavam exige uma enérgica política de industrialização, a solução mais eficiente para resolver os problemas de um país populoso, com grande mercado interno em potencial e dotado de adequados recursos naturais” (LAFER, 2002, p. 48).

de aço (100%), indústrias mecânicas e (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% per capita. Para a década de 1950, o crescimento per capita efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o do resto da América Latina (SKIDMORE, 1985, p. 204).

Às firmas estrangeiras foi dado incentivo especial para investir na indústria brasileira. A fim de encorajá-las a trazerem equipamentos industriais para o Brasil, o que era extremamente necessário, o governo fez uso liberal da Instrução 113 da SUMOC, baixada durante o governo Café Filho<sup>46</sup>. Essa regulamentação isentava as firmas estrangeiras da necessidade de providenciar “cobertura” cambial externa para importar maquinaria, desde que estivessem associadas a empresas brasileiras – vantagem não gozada por firmas inteiramente nacionais. O governo Kubitschek deu também repetidas vezes atenção especial a problemas tais como remessa de lucros e impostos (SKIDMORE, 1985, p. 206).

Segundo Maria Antonieta Leopoldi:

Efetivamente, a burguesia local perdia na competição pelo subsídio cambial representado pela Instrução nº 113. Mas por outro lado, ela ganhava com a dinâmica da industrialização, com a tarifa de 1957, a ampliação do mercado interno, as políticas de crédito do Banco do Brasil e a criação de novos setores industriais restritos aos empresários locais (o exemplo mais comum sendo o da indústria de autopeças) (LEOPOLDI, 2002, p. 122).

Entramos aqui em um importantíssimo ponto da política econômica do governo Kubitschek: a política cambial. O sistema de taxas múltiplas, criado ainda em 1953 (Instrução nº 70 da Sumoc), fora mantido por Juscelino até 1957, tendo as taxas de ágio e de bonificação sofrido sucessivos reajustes neste período. Ao agir como principal instrumento de proteção à indústria, a política cambial foi o centro nervoso da política

---

<sup>46</sup> “A Instrução nº 113 da Sumoc, de 1955, que teve em seu mentor Eugênio Gudín, ministro da Fazenda, permitiu o ingresso de equipamentos estrangeiros no país sem dispêndio de divisas. Muitos empresários brasileiros sentiram-se discriminados com a medida. Enquanto empresas genuinamente nacionais precisavam frequentar os leilões de câmbio para conseguir importar, outras, associadas a capitais estrangeiros, o faziam diretamente pela Instrução nº 113. Como o setor automobilístico” (SALOMÃO & SILVA, 2002, p. 70).

econômica até o estabelecimento do novo regime de tarifas, cumprindo uma série de funções na política macroeconômica do governo (LEOPOLDI, 2002). Iremos abordar estes aspectos referentes à política econômica no capítulo seguinte, onde nos deteremos com maior atenção as decisões tomadas por Juscelino no campo econômico e sua relação com o Fundo Monetário Internacional.

A partir do que descrevemos até aqui cabe nos perguntarmos: como o acelerado processo de industrialização levado a cabo por Juscelino foi entendido e (re)significado pela grande imprensa? E como tais jornais se posicionaram frente à decisão do presidente de planificar o crescimento econômico do país (Plano de Metas), adotando uma política amplamente intervencionista? Buscaremos responder a estas questões no tópico seguinte.

### **2.3) O processo de industrialização sob a perspectiva da imprensa**

#### **2.3.1) Última Hora**

Devido ao fato de sua fundação estar profundamente atrelada ao nome de Getúlio Vargas, não é incomum tendermos a encará-lo como defensor do ex-presidente e de seus sucessores. Esta associação mecanicista em muito diminui nossas possibilidades de êxito se pretendermos avaliar o posicionamento do jornal UH frente à outras situações, pois torna-se uma barreira ao invés de uma possibilidade o fato de pré-concebermos, ou então inferirmos, uma determinada posição política ao jornal. Com o intuito de levar a prova as interpretações já realizadas acerca deste periódico, buscaremos analisar seu posicionamento frente a algumas questões centrais ao governo JK.

No que se refere ao período em questão, sua postura frente ao plano econômico de Juscelino foi constante ao longo dos anos de mandato do presidente. Em 1958, quando do lançamento do “Programa de Metas”, refere-se este periódico à Presidência de Juscelino como “o primeiro governo que se propõe a um programa de obras definidas, destinado a alterar a fisionomia econômica e social do país e acelerar o seu progresso<sup>47</sup>”. Entusiasta das propostas apresentadas por Juscelino, argumenta o jornal:

---

<sup>47</sup> “O que são as metas do presidente Juscelino Kubitschek”, Última Hora, 3/02/58, p. 13.

O homem da instrução 113 – que tanto mal vem causando à indústria nacional – investe, igualmente, contra a tarifa atual, considerando-a altamente exagerada em seus efeitos de proteção ao parque manufatureiro do país. Reclama, pois, a sua redução a “níveis razoáveis”, tudo dentro de sua teoria segundo a qual “é muito melhor importar barato que produzir no país a preço caro”, fazendo, num simples jogo de palavras, tábua rasa do significado histórico que tem, para o Brasil todo o seu atual processo de industrialização condição básica para a emancipação econômica do país, há tanto sonhada<sup>48</sup>.

No trecho em questão, o jornal faz referência ao economista Eugenio Gudín, deixando clara sua postura crítica às proposta do referido *scholar*. Em linhas gerais, o argumento de Gudín diz respeito à necessidade de controlarmos as importações e buscarmos nos beneficiar da chamada “lei das vantagens comparativas” (que será retomada mais adiante), produzindo com maior afinco os produtos nos quais o país possui melhor condições estratégicas (fatores produtivos). O argumento do jornal, em contrapartida, busca enaltecer o processo de industrialização em voga no país, bem como o de situar este processo como um marca de transformação social no país. Cabe analisarmos, porém, a viabilidade do projeto em questão.

Embora tenha sido por diversos vezes rotulado como um jornal nacionalista e avesso ao capital internacional, algumas passagens de seus editoriais nos permitem tecer algumas considerações. Segue o trecho:

O “antiestatismo” é outra tecla dos inimigos do progresso do Brasil. Os entreguistas são contra as empresas do Estado, em geral, porque estas envolvem empreendimentos com os quais o capital privado brasileiro ainda não podem arcar, e que portanto seriam um campo aberto à penetração do “big business” estrangeiro. O que o entreguismo reacionário deseja essencialmente, no fundo e em última análise, é que produzamos o máximo de produtos primários, que nos industrializemos o mínimo, e que esse mínimo seja estrangeiro, porque ao estrangeiro é que ele está ligado. A industrialização ao mínimo, ainda, para que a classe trabalhadora não cresça e não se fortaleça, porque assim, ameaça os seus privilégios<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> “Radical Liberalismo econômico e cambial: aponta a conferência de comércio Exterior”, Última Hora, 13/6/58, p. 5.

<sup>49</sup> “Derrotar o entreguismo a 3 de outubro, imperativo da sobrevivência nacional”, Última Hora, 27/11/1958, p. 3.

Podemos perceber a ênfase dada pelo jornal ao papel a ser desempenhado pelo Estado para que se possa promover a industrialização o país. Este esforço, porém, não necessariamente tem de ser em sentido contrário aos da iniciativa privada. Esta, aliás, apenas não é requerida em empreendimentos onde ela ainda não pode atuar, seja devido ao aporte de capital necessário ou a viabilidade técnica e de mercado.

O posicionamento do jornal em muito se alinha às ideias da corrente desenvolvimentista do setor público nacionalista, pois entende o papel importante a ser desempenhado pelo capital estrangeiro contanto que este se faça sob estrita coordenação estatal, atuando em áreas de interesse específico no cenário nacional.

Segundo podemos constatar, o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, mais especificamente a industrialização, é entendida pelo jornal como a única alternativa para superação dos problemas que país atravessa devido à sua condição de atraso.

A carestia, entre nós, decorre da política de desenvolvimento: sabe-o toda a gente e, melhor do que ninguém, o Sr. Juscelino Kubitschek. Mas significa isto que para ser posto um paradeiro à carestia deva sacrificar-se o desenvolvimento? Assim pensam, de fato, alguns economistas e teóricos cuja função consiste em encontrar argumentos ao progresso e à emancipação do País. Querem eles, como no provérbio chinês, “ajustar o pé ao sapato”. O contrário é que se deve fazer. O desenvolvimento não pode ser de maneira alguma sacrificado, pois isto implicaria sacrificar o próprio futuro do país<sup>50</sup>.

Este é mais um ponto onde é possível identificar extrema convergência com os postulados desenvolvimentistas. Cabe nos perguntarmos se este posicionamento era restrito ao jornal UH ou se houvera consonância com algum outro veículo. Esta pergunta é o que tentaremos responder nos tópicos seguintes.

### 2.3.2) Jornal do Brasil

A partir da análise dos editoriais publicados pelo **JB**, é possível mapearmos o posicionamento deste veículo acerca do processo de industrialização ocorrido durante o governo de Juscelino Kubitschek. É de suma importância

---

<sup>50</sup> “O que a nação espera de JK: operação custo de vida”, Última Hora, 23/02/59, p. 13.

termos em mente as mudanças pelas quais este periódico viria a passar a partir de 1956, conforme já abordado no capítulo anterior. As interrogações que norteiam nossa abordagem baseiam-se em uma reflexão crítica sobre o posicionamento apresentado pelo JB anos anteriores ao período estudado. Entendido como um jornal conservador, católico e liberal, cabe nos indagarmos se estas posições foram mantidas após a remodelação do seu corpo editorial, bem como em relação a nova estrutura administrativa.

No que se refere ao desenvolvimento do setor industrial brasileiro, segundo os argumentos apresentados em seus editoriais, este deve estar lastreado – para utilizar as palavras do jornal – em uma consolidada estrutura agrária, garantindo, assim, matéria prima para o setor de transformação e garantindo a elasticidade dos produtos primários em relação ao crescimento populacional urbano (vegetativo e absoluto). Conforme o editorial publicado ainda em 1956:

Hoje, não raro, somos forçados a apelar para o concurso dos mercados exteriores para nosso abastecimento. Esses fatos revelam que o desenvolvimento agrícola decresce à medida que aumenta a preocupação de criar o parque industrial. Já lembramos, destas colunas, inúmeras vezes, que não se constrói um parque industrial sem lastro agrícola. O exemplo dos Estados Unidos deve ser posto sempre à frente de nossos olhos. A solidez de sua expansão agrária serve de fundamento de sua gigantesca estrutura industrial. Até os investimentos de capital são canalizados em somas maiores para os trabalhos agrícolas<sup>51</sup>.

No material coletado referente ao ano de 1956, percebe-se ainda o descompasso que, segundo a ótica do jornal, se dá entre os avanços do setor industrial e do setor agrícola. Os Estados Unidos são retomados por diversas vezes como o exemplo a ser seguido no caminho do desenvolvimento. A expansão do setor agrícola norte-americano teria propiciado o florescimento de um setor industrial competitivo sem que houvesse distorções ou escassez de recursos, desviados de outros setores. Ao contrário, o setor primário sempre fora responsável pela entrada de preciosas divisas a serem utilizadas na manutenção do saldo positivo na balança de pagamentos.

---

<sup>51</sup> “**Base do desenvolvimento econômico**”, Jornal do Brasil, 20/06/1956, p. 3.

As mudanças empreendidas no corpo editorial do JB refletem-se, segundo o que se pode constatar, no tratamento dado à questão de complementariedade – ou não – dos avanços industriais e do setor primário. Já em 1957, o jornal apresenta um tom mais ameno em relação a este aspecto, reclamando, porém, maior atenção ao desenvolvimento de técnicas para a agricultura:

É preciso não esquecer que na época dos foguetes e satélites, que tanto empolgam a atenção contemporânea, há muita coisa de capital importância e que não deve ser relegada a plano secundário. Não se deve esquecer que nossa técnica em questões agrícolas está regredindo, em vez de progredir. Isto constitui um fato impressionante. Esse aspecto é essencial, porque todo o sistema industrial e científico não pode prescindir de uma base agrícola. (...). Nós, que somos um país há séculos considerado essencialmente agrícola, não temos aprendido a lição dos povos mais avançados em técnica agrária, encontrando-nos nos nossos dias, com sinais evidentes de retrocesso no campo em que havíamos criado alguma coisa que nos dava certa segurança econômica<sup>52</sup>.

Embora utilize algumas expressões que nos leve à pensá-lo ainda como um veículo defensor *stricto sensu* da vocação agrícola do país, uma leitura mais ampla nos permite ver mudanças substanciais em seu discurso. Na realidade, o argumento apresentado pelo JB a partir de então passa a estar muito próximo das ideias defendidas pela CEPAL, e principalmente por Raúl Prebisch, no que diz respeito à necessidade de modernização do setor agrário e a correlata introdução de técnicas para o aumento da produtividade deste setor, tendo em vista a pressão causada nos preços pelas dificuldades de produzir e transportado insumos e produtos nos países latino americanos. Outro ponto em comum diz respeito à necessidade de ampliar as exportações, já que estas se constituíam, então, como a principal fonte de divisas, capaz de permitir a manutenção do nível de importação sem acarretar déficits na balança comercial<sup>53</sup>.

Neste mesmo sentido, destaca-se a necessidade de uma política creditícia que viabilize a expansão da produção agrícola, prejudicada em detrimento de

---

<sup>52</sup> “**Decréscimo da atividade agrícola**”, *Jornal do Brasil*, 8/12/57, p.3.

<sup>53</sup> “O café é, para o Brasil, um problema de comércio exterior, como fonte principal de divisas de que carecemos para importar o necessário à manutenção da nossa atividade econômica, e ainda para esse desenvolvimento que devia ser levado a sério, mas em cujo nome se dá cobertura aos negócios de todos os amigos e à lorpice de todos os burocratas. (...) Como fonte de divisas, o café precisa é ser exportado, sob pena de não termos, dentro em breve, recursos com que adquirir o essencial à nossa vida (“**Fim da operação xícara**”, *Jornal do Brasil*, 4/5/58, p. 3).

políticas favoráveis ao setor de serviços. Exalta-se o exemplo argentino, país cujas políticas de incentivo permitiram ampla expansão das atividades primárias:

No balanço governamental destes dois últimos anos não figura, com o destaque merecido, o crédito agrícola, quando o aproveitamento das nossas terras deveria ser uma das bases da economia brasileira. (...) Esta é a grande diferença entre as duas espécies de crédito: uma, a comercial, deixando lucros de altura para o estabelecimento bancário e com cifras bem visíveis: a outra, dando vantagens decisivas à economia do País, o que não se torna visível a um exame superficial ... A República Argentina deve o seu desenvolvimento econômico justamente à atenção que ali tem sido dedicada ao crédito agrícola, amparando todas as iniciativas e buscando todas as necessidades para que sejam prontamente atendidas. É pena, pois, que o balanço governamental não tenha dedicado maiores e mais decisivas atenções ao crédito agrícola (...). Deveria ser esta uma das principais metas colecionadas na exposição...<sup>54</sup>

No que se refere à possibilidade de atuação do Estado como formulador de planos econômicos, O JB apresentou opinião muito semelhante desde 1956, quando os debates acerca do tema se acirraram ainda mais. Segundo o material analisado, é possível perceber o amplo apoio dado por este veículo à prática do planejamento, prática, esta, tão execrada pelos neoliberais que a enxergavam um “como caminho da servidão<sup>55</sup>”.

Essa palavra [planejamento], de sentido e uso correntes na atualidade, entre nós existe, apenas, no dicionário. E, assim mesmo, muito pouco consultado pelos nossos governantes .... Um pequeno exemplo daquilo que significa, realmente, planejamento, foi nos dado pelo Coronel Newton Castelo Branco Tavares em brilhante conferência. Analisando a situação conjuntural de um dos países líderes da atualidade, frisou aquele militar que, ali, o planejamento é de tal maneira perfeito, realizado com tamanha eficiência e prontidão, que desde agora sabem-se quais os fins a atingir e quais os meios a empregar fixando-se, antecipadamente, os prazos de validade, as operações iniciais e finais que integram o de fortalecimento nacional. (...) Entre nós, o único esboço de plano foi o chamado e “finado” SALTE ... Era bom, ou mau? Como sabe? Jamais foi executado. Natimorto<sup>56</sup>.

Convém destacar o entusiasmo apresentado pelo JB em relação ao relatório produzido pela Comissão Mista Brasil-Estado Unidos. Em diversas passagens argumenta-se em favor da aplicação das recomendações feitas pela comissão,

---

<sup>54</sup> “O Crédito Agrícola”, *Jornal do Brasil*, 6/2/58, p. 3.

<sup>55</sup> Referência ao termo utilizado por Hayek e dá título ao seu mais conhecido livro.

<sup>56</sup> “Planejamento”, *Jornal do Brasil*, 18/10/56, p. 3.

exaltando-se o caráter técnico de seu trabalho e criticando a falta de atenção dada pelo governo à estas formulações.

No que tange à participação do capital estrangeiro na execução das metas traçadas pelo governo de Juscelino, o JB argumenta em favor do capital nacional e do tratamento igual que este deveria receber frente às facilidades concedidas aos empresários estrangeiros.

Nem sempre, na pressa em conseguir determinados objetivos dentro de prazos exíguos, essa norma de igualdade tem sido observada, concedendo-se aos que vêm de fora condições bem mais vantajosas, que os colocam imediatamente em posição de poder afastar qualquer tentativa de concorrência por parte da iniciativa indígena.

Assim como em relação à atuação do Estado, exalta-se a colaboração do capital estrangeiro em condições de igualdade com o capital nacional, fato por vezes esquecido pelo governo na execução do seu plano. Sendo assim, caberia ao empresariado brasileiro papel importantíssimo no processo de desenvolvimento nacional, não podendo ser relegado à segundo plano em prol de capitais provindos do exterior.

Em linhas gerais, seus argumentos foram favoráveis aos discurso de necessidade de avançar com o processo de expansão do parque industrial nacional para que possa granjear uma melhor colocação do país dentro das economias de capitalismo avançado. Dando voz ao discurso industrializante, em nenhum momento posiciona-se como contrário a expansão do setor, de maneira estrita, porém, apresenta algumas ressalvas ao papel secundário que é dado ao setor agrícola em detrimento de políticas de expansão da produção industrial.

Retomando a questão de alinhamento do jornal em termos de política econômica, este em muito se distânciava do posicionamento neoliberal, embora levante a “bandeira” do setor agrícola. Esta defesa, contudo, em muito se aproxima dos argumentos cepalinos, os quais embora garantam papel de destaque para a indústria, reclamam investimentos e melhora da produtividade no setor primário, fator indispensável para um crescimento econômico equilibrado. Podemos aproximar os argumentos defendidos pelo JB aos da chamada corrente desenvolvimentista do setor privado, com a ressalva de que para o jornal a

industrialização é vista como complementar no processo de desenvolvimento, e não como único fator responsável para a superação da condição de atraso do país.

### 2.3.3) O Globo

No que se refere ao jornal O Globo, é de extrema importância analisarmos alguns aspectos antes de adentrarmos à análise do material levantado. Como já fora levantado, os trabalhos que se propuseram a analisar este periódico o compreendem como “expressão do neoliberalismo”, conforme interpretação de Thomas Skidmore (1985), cristalizada e propagada ao longo dos anos, inclusive em trabalhos recentes, como o de Robert Bitencourt da Silva (2015), para quem “trata-se de jornal que, assim como em nossos dias, apresentava linha editorial politicamente conservadora e liberal, sob o ângulo econômico” (SILVA, 2015, p. 492). Tais interpretações, conforme buscamos demonstrar, são produzidas a partir de uma leitura linear dos editoriais e matérias publicados pelo jornal. Frente a isto, buscamos empreender uma análise que leve em consideração aspectos de política econômica diversos, que nos permitam mapear com maior precisão o alinhamento (ou não) do jornal OG às correntes de pensamento econômico propostas. Sendo assim, buscamos questionar uma simples adesão ao neoliberalismo, com o objetivo de lançar um novo olhar acerca dos argumentos apresentados por este periódico.

No que se refere ao processo de industrialização, os argumentos apresentados pelo jornal OG buscam legitimar o processo que então vinha ocorrendo. Posicionando-se em defesa da industrialização, exalta a substituição de produtos industrializados que antes tinham lugar na pauta de importações, e que agora podem ser fabricados pelo parque fabril brasileiro, e, assim, gerar economia de divisas que podem ser gastas com outros produtos. Ampliando-se a análise, percebe-se a visão positiva que o jornal possui do processo de industrialização por substituição de importações (ISI), algo relevante a se destacar:

O que merece registro todo especial é a produção no país de produtos básicos antes só possível de obter mediante compras no exterior. Além de representar uma ameaça para o abastecimento normal da indústria, essa dependência das compras externas criava problemas cambiais de difícil solução. Com a entrada em funcionamento da Fongra ambos os problemas serão resolvidos satisfatoriamente. Podendo produzir internamente os artigos em questão, o país terá garantia de suprimentos regulares e não estará mais obrigado a gastos cambiais excedentes às suas escassas disponibilidades de divisas. Por tais motivos, a recente entrada em serviço das instalações da Fongra, em Suzano, representa uma nova vitória no esforço industrial brasileiro. (...)A Fongra Produtos Químicos S.A. é o resultado da associação de dois grupos estrangeiros, um alemão e outro norte-americano, para montar no Brasil uma fábrica das mais modernas<sup>57</sup>.

Cabe ressaltar a circunstância de lançamento deste editorial, relacionado à inauguração da empresa de produtos Químicos Fongra. Sem dúvida, o OG foi um dos jornais que mais se beneficiaram da publicidade vinculada pelo setor industrial, em plena expansão, durante a década de 50. Embora não possamos estabelecer uma relação direta – de causa e consequência – é possível argumentar sobre o efeito produzido por estes anunciantes nos veículos de comunicação – iremos retomar esta questão nas considerações finais do capítulo.

No que tange à agricultura, esta obteve pouco espaço nos editoriais no OG em comparação com outros temas. Ainda assim, no editorial especial publicado em 1959, quando do dia de comemoração da independência, o jornal critica a postura adotada pelo governo em relação ao tema. O descaso com o qual o assunto é tratado e referido neste editorial como “a meta abandonada”, sendo esta, também, uma das causas do encarecimento de vida urbana e da escassez de gêneros alimentícios em diversas cidades. Segue o trecho:

Nesta semana, em que o Brasil vive mais um aniversário de sua independência política, O GLOBO tem a satisfação de oferecer ao público um documentário – expresso nas dezesseis páginas deste suplemento especial que reflete o esforço de uma Nação que luta contra o **subdesenvolvimento econômico**, que vai rasgando os seus próprios caminhos à custa de sacrifícios e suor. (...) No que diz respeito ao programa de industrialização, desenvolvido sem a preocupação de igualmente estimular o crescimento físico da agricultura – que é a grande meta abandonada! – há que

---

<sup>57</sup> “Nova vitória industrial!”, O Globo, 1/07/58, capa.

criticar, por certo, as normas operacionais de aplicação dessa política, que resultaram no fenômeno do gigantismo dos meios de pagamento, acompanhado do cortejo inflacionário que, visivelmente, se traduz na desenfreada corrida entre salários e preços, a que estamos assistindo. Mas ao lado disso, não há como negar que o Brasil está se armando para enfrentar as dificuldades dos dias futuros com uma sólida base infra-estrutural. (...) *[Trecho destacado pelo autor.*

Conforme destacamos no trecho acima, o conceito de subdesenvolvimento econômico é utilizado pelo jornal para caracterizar a situação econômica do país. Vale atentarmos para o fato de que este conceito esteve diretamente relacionado à produção intelectual da corrente desenvolvimentista, conforme buscamos demonstrar no início deste capítulo. Sendo assim, cabe aqui indagarmos sobre a simples adesão ao neoliberalismo que algumas interpretações nos propõem. Embora alguns argumentos convirjam com o desta corrente, em grande medida seu posicionamento está muito mais próximo dos apresentados pelos desenvolvimentistas do setor privado. Além da defesa da industrialização e da preponderância do setor privado em relação aos investimentos, outro ponto muito caro à todos os desenvolvimentistas nos ajudam nesta conclusão: o planejamento.

Quanto às políticas de planejamento econômico, o jornal apresentou uma postura, por vezes, controversa. Embora tenha defendido a necessidade de organizar as forças produtivas em prol do desenvolvimento nacional, e tenha tecido diversos elogios ao trabalho realizado pela CMBEU, a partir de 1958 o posicionamento do jornal acerca do tema passa a ser mais negativo, carregado de críticas ao governo de Juscelino.

Ainda em 1955, critica duramente a figura de Juscelino Kubitschek, ainda que não por suas propostas em si, já que no mesmo editorial enaltece o trabalho da CMBEU, mas pela falta de novidades no discurso do então eleito Juscelino, conforme o trecho:

O ilustre Sr. Juscelino Kubitschek tem conduzido sua campanha numa verdadeira falência de imaginação. Não traz nada de novo, é um repetidor enfadonho de todos os velhos truques do passado, fala uma linguagem inçada de lugares comuns. (...) Se o Sr. Kubitschek não se limitasse a ler e decorar as “receitas” dos seus assessores ou a repetir erradamente os seus conceitos, saberia que justamente mais de vinte

projetos, elaborados com a maior perfeição pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, dorme no Banco Internacional, que ainda não concedeu os recursos para leva-los a cabo<sup>58</sup>.

Percebe-se que o ponto principal da crítica é a própria figura política de Kubitschek, desprestigiado frente ao OG pela sua incapacidade de apresentar novas soluções, aliás, de não apenas repetir propostas que já haviam sido formuladas anteriormente. No ano seguinte, já em 1956, o editorial do jornal busca atentar para as metas “inatingíveis e fantasiosas” do presidente, ressaltando o papel do Conselho de Desenvolvimento, órgão gerado exclusivamente para administrar a execução das metas, como responsável por tornar factível as propostas de Juscelino. O principal objetivo aqui é alertar para o que o jornal chama de “ilusão inflacionária”, ou seja, o processo de inflação que se desencadearia caso a base de financiamento das metas fosse a emissão de papel-moeda, e não a atração de novos investidores nacionais e estrangeiros. Segue o trecho:

O Conselho do Desenvolvimento, que tem a missão de coordenar o programa, até aqui multiforme, do novo Governo, deverá, a nosso ver, empenhar-se sobretudo em reduzir o monumento imaginário dos bons propósitos à escala modesta, mas efetiva, da realidade. Não se trata de substituir uma política inspirada por uma política mesquinha. Não se trata, tampouco, de substituir ideais de grandeza e de liberdade econômica por objetivo da mediocridade e do conformismo. A verdadeira grandeza é acima de tudo viável. Tudo que é inatingível pertence ao domínio arbitrário e fácil da fantasia, o não pode ser considerado à altura de uma orientação política salutar<sup>59</sup>.

Quando da publicação do “Programa de Metas”, em 1958, o jornal se diz “decepcionado” com o que fora publicado pelo governo, principalmente pelo fato de a educação não ser prioridade entre as demais metas do governo. Segue o trecho:

Embora saibamos que nem sempre é fácil estabelecer-se a escala de preferência para a aplicação de recursos do erário, uma vez que, na programação do progresso geral do país, ocorrem simultaneamente as mais variadas e imperiosas necessidades de interesse público, confessamos que fomos tomados de profunda decepção ao examinar o programa de metas do Presidente Juscelino. Anunciadas essas metas pelas “manchetes” da custosa propaganda oficial, como um “programa de obras definidas, destinadas a alterar a fisionomia econômica e social

---

<sup>58</sup> “O Sr. Kubitschek e o programa de metas”, O Globo, 23/05/55, capa.

<sup>59</sup> “Um programa baseado em possibilidades reais”, O Globo, 17/02/56, capa.

do país e acelerar o seu progresso”, estávamos certos de encontrar, no topo da relação, como o primeiro dos objetivos prioritários, selecionados pela argúcia dos eminentes conselheiros presidenciais, a meta de incremento da educação<sup>60</sup>.

Em outro trecho, Eugênio Gudín é citado: “Ainda recentemente, não um educador, mas um eminente economista, o Sr. Eugênio Gudín, advertiu que ‘o mais danoso dos nossos pontos de estrangulamento é o da educação, que deve figurar, com alta prioridade, no programa de desenvolvimento econômico<sup>61</sup>’”.

Evidente, ao que parece, a desqualificação do Plano de Metas, quando feita pelo OG, remete diretamente à figura de Juscelino Kubitschek, e não ao conteúdo programático proposto em seu plano econômico. Embora levante-se os temas de saúde e educação, ambas deixadas em segundo plano pelo presidente, em nenhum momento há maior discordância quanto às medidas que vinham sendo realizadas com o propósito de ampliar o parque industrial nacional e alterar a estrutura produtiva do país,

## 2.4) Conclusões do capítulo

O quadro abaixo busca sintetizar alguns pontos acerca do posicionamento dos jornais em relação à aspectos relevantes da política econômica do governo Kubitschek.

	<b>OG</b>	<b>UH</b>	<b>JB</b>
<b>Industrialização</b>	Completamente a favor do processo de industrialização	Indispensável para superar a condição de subdesenvolvimento do país.	Entendida como complementar ao setor agrário.
<b>Agricultura</b>	Complementar ao processo de industrialização, mas esporadicamente lembrada em seus editoriais.	Os argumentos a favor deste setor concentram-se na necessidade de baratear o custo de vida, não o entende como setor dinâmico da economia nacional.	Entende como fundamental as inversões no setor agrícola. Foco nas políticas de proteção e promoção do setor cafeeiro

<sup>60</sup> “Meta nº 30”, O Globo, 19/04/58, Capa.

<sup>61</sup> “Meta nº 30”, O Globo, 19/04/58, capa.

<b>Planejamento</b>	Favorável, basta termos em vista as declarações em relação à CMBEU. Críticas políticas a partir de 58.	Favorável ao planejamento econômico	Favorável ao planejamento
<b>Capital estrangeiro</b>	Necessário para o desenvolvimento do país	Apenas em acordo com os interesses nacionais	Em condições de igualdade com o capital nacional
<b>Atuação do Estado</b>	Necessária em setores onde não entre em conflito com o setor privado	Fundamental para promover o desenvolvimento	Em conjunto com a iniciativa privada, nunca a excluindo

Um primeiro ponto que vale destacar diz respeito à pluralidade de argumentos que fora possível encontrar a partir da análise do material recolhido. Muito além do mero rótulo atribuído por parte da historiografia aos veículos aqui analisados, a qual identifica o OG como representante das ideais neoliberais, o JB como um jornal liberal-conservador e o UH como apoiador incondicional do governo JK, percebe-se que seus posicionamentos nos permitem explorar outras hipóteses. No que se refere ao UH, é visível a aproximação deste jornal com os postulados teóricos desenvolvimentistas nacionalistas, conforme buscamos apresentar. O JB, por sua vez, apesar de se autoproclamar como liberal e conservador, defende posições muito próximas as dos teóricos cepalinos, embora interprete de maneira muito própria algumas recomendações daquela instituição. Por fim, destaca-se o OG, que em muito se aproxima daquilo que Bielschowsky identificou como “desenvolvimentista não-nacionalista”, se distanciando de uma simples adesão aos postulados neoliberais, conforme cristalizado pela historiografia (SKIDMORE, 1985; SILVA, 2015). Para aprofundar esta comparação, iremos apresentar no capítulo seguinte um breve panorama sobre o pensamento de Eugenio Gudín, o qual, ao servir de baliza do pensamento neoliberal brasileiro, irá nos permitir compreender melhor as posições aditadas pelos jornais. Porém, uma dúvida ainda persiste: como podemos tentar compreender o posicionamento dos jornais até agora apresentados?

Retomamos aqui o aporte teórico de Bourdieu. Conforme apresentamos no capítulo anterior, o sociólogo francês buscou compreender as relações e interações entre os diferentes campos de produção de bens simbólicos. Nosso foco consiste em compreender, neste capítulo, aquilo que Bourdieu denominou de “constrangimentos

estruturais” para se referir ao efeito exercido por/sobre um campo de produção. Campo de produção Ideológica como espaço de produção de visão de mundo, ou seja, de produção de sentidos com os quais se torna possível compreender a realidade objetiva, potencializada em períodos de intensas mudanças sociais tais quais as que tiveram lugar durante o período aqui estudado.

Sem dúvida a industrialização beneficiou também as empresas jornalísticas. O valor arrecadado com anúncios aumentou vertiginosamente durante a década de 50, gerando uma série de transformações no próprio espaço da imprensa e transmutando os anúncios na principal fonte de renda destes periódicos. Não se pode afirmar, é claro, nem mesmo auferir o grau de impacto deste processo na tomada de posição dos jornais acerca de temas como política econômica durante o governo de Juscelino, mas podemos, porém, buscar interpretar essa nova relação entre a mídia e o setor industrial a partir do conceito desta abordagem. Desta forma, fica evidente o motivo pelo qual os argumentos dos jornais não necessariamente convergem com os das principais correntes econômicas de então. O posicionamento dos jornais tem de levar em consideração uma série de outros fatores, muito além da teoria econômica, mas que envolvem as relações entre estes periódicos, seus concorrentes, anunciantes, leitores, etc.

Desta maneira, interpretamos o posicionamento dos jornais. No caso da UH, há a necessidade de combinar a sua adesão ao governo JK e as demandas do campo econômico e da parcela da população com a qual o periódico mais se identifica, no caso, as camadas populares e trabalhadoras. Desta maneira, o jornal se vê relativamente confortável, na medida em que pode conciliar estes três fatores: governo, empresariado industrial e interesses operários através do apoio ao esforço de industrialização. Entretanto, o projeto desenvolvido por JK, com base na intervenção do Estado mas com forte aporte do capital estrangeiro, coloca sempre o jornal numa situação paradoxal: apoiar a entrada deste capital, mas conciliá-la com a linha doutrinária “nacionalista” com a qual procura se identificar no campo jornalístico. Já o caso de OG, percebe-se, nitidamente, uma situação contrária: inicialmente apoiador do processo de industrialização, pelos benefícios econômicos e reforço de sua condição como empresa jornalística, o jornal demonstra uma forte resistência política ao governo JK; desta maneira, embora não querendo criticar diretamente a industrialização do país que o beneficia, não deixa de apontar falhas e incongruências no projeto do governo, desde os descasos com a agricultura, até os efeitos inflacionários, não deixando de mencionar as lacunas no programa relativas ao ausência

de investimentos na educação. Por fim, o JB também vê-se na circunstância de conciliar pontos diferentes: tradicionalmente defensor da “vocação agrária do Brasil”, passa por transforma es em sua linha editorial que, no longo prazo, irão força-lo a mudar de posi o doutrinária<sup>62</sup> em dire o ao desenvolvimentismo. Na nossa presente pesquisa, identificamos esta tensão, com editoriais nos quais o jornal endossa o posicionamento tradicional a favor da agricultura e, em outras, apresenta-se comprometido doutrinariamente com o planejamento, embora isso não se reflita numa defesa explícita da industrializa o.

Em suma, no próximo capítulo, analisaremos a posi o dos jornais em questões mais específicas da política econômica de JK para ver até onde estas pressões e contradi es tencionam o discurso de cada jornal.

---

<sup>62</sup> Com efeito, como demonstram algumas pesquisas, nos anos 1960 o jornal irá se aproximar e muito da ala nacional-desenvolvimentista, defendendo a industrializa o planejada e a Política Externa Independente que lhe dava apoio em termos de inser o internacional. Quanto a isso, ver: MARTINS, Luis Carlos dos Passos; AZEVEDO, A. S. . Brasil e a Questão Cubana: a Política Externa Independente na visão da grande imprensa. In: MARTINS, Luis C. P.; BIAZETO, B.H.. (Org.). Revolu o Cubana em Perspectiva: EUA, Brasil e a Guerra Fria na América Latina. 1ed.Porto Alegre: Editora All Type Ltda, 2014, v. 1, p. 70-90.

### 3) A indústria automobilística e o desenvolvimento nacional

Símbolo do crescimento econômico americano na década de 20, o automóvel apenas se popularizaria na América do Sul a partir da segunda metade do século XX. Embora os primeiros veículos importados já houvessem chegado à tempo em solo brasileiro, dificuldades estruturais, como estradas de rodagem, e o alto custo de compra e reposição de peças tornavam os automóveis artigos de luxo de um país essencialmente agrário. Visando expandir o horizonte de seus negócios, algumas montadoras iniciam um processo de desbravamento do mercado automobilístico no Brasil, ainda nos anos 20, porém se limitavam a importação de peças para reposição e comercialização de veículos.

Nos anos 1920, a General Motors e a International Harvester também iniciaram operações em território nacional. Durante 30 anos essas operações limitaram-se à importação de peças para a montagem de caminhões e também de alguns carros, como o lendário Ford Pé-de-Bode, de 1929. Direta ou indiretamente os mais de 300 mil carros de passeio que, em 1955, trafegavam pelas cidades e pelos mais de 400 mil quilômetros de estradas de terra, tinham sido importados (SALOMÃO & SILVA, 2002, p. 70).

Com o mundo convulsionado pós-crise de 29 e com seus esforços voltados para a guerra, a expansão do setor automobilístico somente seria retomada após findado o conflito, em 1945. Recuperando-se aos poucos dos prejuízos causados pelos confrontos, a partir de 1950 as grandes companhias automobilísticas europeias e americanas já passariam a contar com níveis de produção ainda mais elevados do que os anteriores à 1930. No Brasil, contudo, foram três os principais obstáculos que atravancavam a expansão do setor neste período: a falta de infraestrutura para rodagem; a insuficiente oferta de componentes essenciais para a produção de um veículo automotor e; o alto custo das peças de reposição. Conforme Faro e Silva (2002): “A precariedade da rede de estradas, intransitáveis em boa parte do ano por causa das chuvas, e também a baixa confiabilidade do sistema de peças de reposição eram comumente apontadas como barreiras ao estabelecimento de uma indústria automobilística no país” (FARO & SILVA, 2002, p. 75).

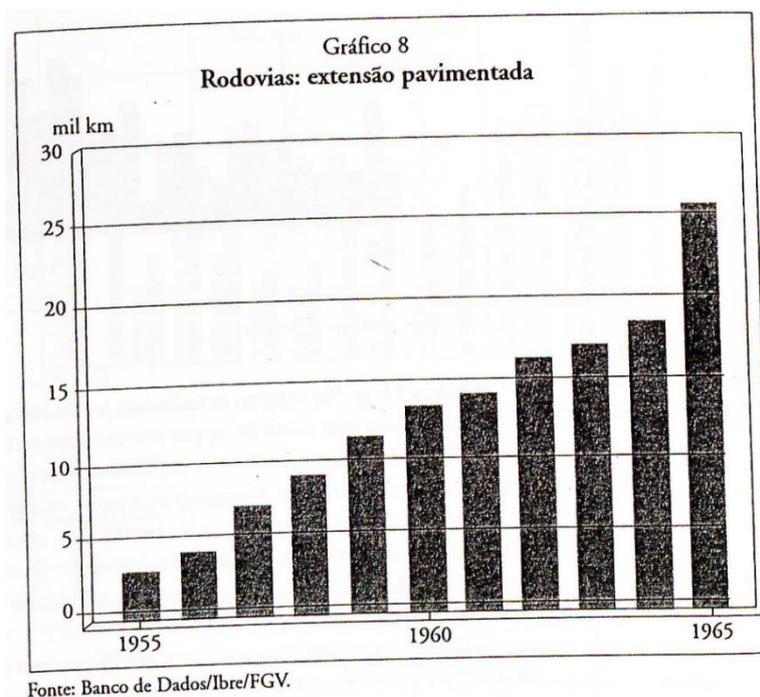
No que se refere à primeira, os dados disponíveis revelam a precariedade das estradas de rodagem no país durante este período, sendo uma ínfima parte, apenas, que possuía pavimentação asfáltica. Neste sentido, Juscelino buscou, a partir do Plano de

Metas, estabelecer um compromisso com a expansão da rede rodoviária brasileira e com a melhoria dos trechos já existentes. Além disso, buscou construir o chamado “cruzeiro rodoviário”, com o qual interligaria os quatro cantos do país através de estradas que cortassem o território em direção Norte-Sul e Leste-Oeste. O ponto de partida deste cruzeiro seria Brasília, ponto de encontro entre as principais rodovias do Brasil e que cumpria um importante papel neste sentido. Em seu Plano de Metas duas foram dedicadas à essa questão:

A **meta 8** prevê a pavimentação asfáltica de 5.000 km de rodovias. Em 1956, a rede asfaltada federal era de 920 km; em 1960 estará aumentada para 5.920 km. A **meta 9** prevê a construção de 12.000 km de novas rodovias de primeira classe. A rede federal era de 10 .000 km em 1956, ficando assim aumentada, em 1960, para 22.000 km (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1958, p. 45) [grifos do autor].

O gráfico abaixo ilustra o significativo aumento da malha rodoviária nacional e também sua continuidade após o governo de Juscelino. Fica claro, assim, que o modelo proposto foi levado adiante pelos sucessores de JK, os quais expandiram seus projetos iniciais e alteraram definitivamente a matriz de transportes nacionais.

## Gráfico II – Rodovias Pavimentadas



Disponível em: (gomes, 2002)

Mesmo com o problema de rodagem resolvido, ainda restavam outras questões a serem equacionadas pelo então Presidente. Por exemplo: “Os planos das duas companhias, FNM e Mercedes-Benz, porém, eram retardados pela insuficiência da oferta de metais não-ferrosos, em particular cobre, chumbo e zinco, necessários aos empreendimentos. Em compensação, a disponibilidade de metais ferrosos era mais que folgada” (FARO & SILVA, 2002, p. 70).

Ainda em 1955, antes do governo de Juscelino e do estabelecimento do grupo executivo da Indústria automobilística (GEIA), em 1956, outras empresas, entre elas a Mercedes-Benz, constituída no Brasil em 1954, já estavam investindo para dar ao país caminhões com índices crescentes de nacionalização (FARO & SILVA, 2002, p. 70).

Mensagem remetida ao congresso, no dia 15 de março de 1956, longa mensagem que incluía um capítulo referente ao problema os transportes:

A importância que passou a adquirir, no País, o transporte rodoviário, a curta e longa distância, vem criar a necessidade urgente de ser instituída, entre nós, a indústria automobilística, em bases amplas e

definitivas. A decisão governamental, em pugnar pela implementação da indústria automobilística, a curto prazo, é firme e definitiva (KUBITSCHKEK, apud. GATTÁS, 1981, p. 189).

### **3.2) O Grupo Executivo para Indústria Automobilística (GEIA)**

O Grupo Executivo criado por Juscelino para administrar a meta referente ao setor automobilístico pode ser entendido como uma atualização da política administrativa que já vinha sendo adotado por Getúlio Vargas nos anos 50. No seu segundo governo, o presidente Vargas criou a Comissão de Desenvolvimento Industrial (23 de julho de 1951), ligada diretamente ao poder executivo. Buscando desenvolver ferramentas de gestão ligadas de forma mais específica a cada setor, foram criadas subcomissões responsáveis pelo desenvolvimento de setores específicos, tais como a Subcomissão para a Industrialização de Materiais não Ferrosos e a Subcomissão para a Fabricação de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis. Esta última, presidida pelo Comandante Lúcio Martins Meira (que posteriormente viria a presidir o GEIA), estabelecia diretrizes para a ampliação da produção nacional de veículos automotores no país, algo inédito para este setor<sup>63</sup>.

Estrutura semelhante fora adotada por Juscelino Kubitschek quando de sua posse. O Conselho de desenvolvimento, criado por Juscelino ainda nos primeiros dias de seu governo, encaminhou para o Presidente, em 27/04/1956, uma exposição de motivos solicitando autorização para constituir uma comissão, cuja finalidade era efetivar estudos concernentes à industrialização automobilística no país, sob a presidência do ministro da Viação e Obras Públicas, Lúcio Martins Meira. Juscelino concedeu despacho favorável a medida e solicitou que dentro de 30 dias fosse entregue seu relatório e as suas conclusões. Baseado no documento então produzido, Kubitschek assinou o decreto nº 39.412, de 16 de junho de 1956, o qual estabelecia as normas para as diretrizes da política governamental para o setor automobilístico<sup>64</sup>, e criando Grupo Executivo da Indústria

---

<sup>63</sup> “Da Subcomissão de Jipes, Caminhões e Automóveis, presidida pelo Comandante Lúcio Martins Meira, faziam parte, originalmente, como membros: Euvaldo Lodi, José Loureiro da Silva, Luís Dumont Villares, Jorge de Souza Rezende, Alberto Pereira de Castro, Cel. Av. Joelmir Campos de Araripe Macedo, Evaldo Lopes, Mariano Ferraz e J. O. Knaak de Souza. Houve, posteriormente, modificações nesse quadro. O Secretário Executivo dessa Subcomissão era o Eng. Eros Orosco” (GATTÁS, 1981, p. 78).

<sup>64</sup> Em seu livro de memórias, Kubitschek relembra sua memorável decisão: “Meu despacho de 27 de abril, autorizando a constituição de um grupo de trabalho para equacionar o problema da indústria automobilística, estourara como uma bomba. Trinta dias para a apresentação dos estudos e sugestões definitivos! O Ministro da Viação, com. Lúcio Meira, procurara-me para mostrar a exiguidade do prazo.

automobilística (GEIA), responsável por administrar os assuntos relacionados às metas do setor (GATTÁS, 1981).

A meta que tratava do setor automobilístico, conhecida posteriormente pelo número 27 dentre as demais metas do plano, estabelecia como objetivo:

**Tabela 2 – Produção estimada**

Caminhões	185.800
Jipes	66.300
Utilitários	57.600
Automóveis	68.000
<b>TOTAL:</b>	<b>377.700</b>

Fonte: (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1958, p. 88).

Um dos aspectos principais da meta em questão era conduzir um acelerado processo de nacionalização dos carros produzidos, ou seja, de participação de equipamentos e componentes fabricados no próprio país.

No final de 1960, as 11 fábricas que compunham a indústria automobilística, somadas, tinham capacidade para produzir 215 mil unidades, em turno único de trabalho, com um índice de nacionalização de 98%. A arrancada do setor pode ser dimensionada através do grau de diversificação da produção. Ao término da gestão Kubitschek eram fabricados 11 tipos de caminhões médios, leves e pesados; seis tipos de automóveis de passeio; três tipos de jipes; quatro tipos de utilitários; e três tipos de ônibus (FARO & SILVA, 2002, p. 94).

---

Respondi-lhe que, de fato, suas razões eram válidas, mas, se me revelasse liberal no que dizia respeito aos prazos, o Programa de Metas não seria executado. Repeti-lhe a decisão, que já havia anunciado aos norte-americanos, de que no dia 31/12/1957 atravessaria a avenida Rio Branco dirigindo o primeiro automóvel de fabricação nacional. Naquela época, o Brasil tinha condições de importar 15 mil automóveis por ano, e o total de veículos no país era de cerca de 600 mil unidades. Apesar das reclamações dos círculos interessados, o grupo de trabalho fora criado no prazo fixado e, na reunião do Conselho de Desenvolvimento do dia 8/6, que presidi, o com. Meira fez uma exposição das conclusões a que haviam chegado aqueles técnicos e apresentou um projeto de decreto sobre a matéria, através do qual eram criadas as condições cambiais e financeiras que regulariam as inversões e estimulariam o rápido estabelecimento de fábricas de jipes e caminhões no país. O projeto, convertido em decreto, após ligeiras alterações, foi imediatamente por mim assinado. (...) Estava dado o primeiro passo. Dali em diante estaríamos na fase nitidamente executiva, com a elaboração dos projetos específicos e a fixação dos objetivos que deveriam ser alcançados. Com a criação do GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística – teve início a era tecnológica no Brasil” (KUBITSCHECK, 1978, p. 1112).

As montadoras que se instalaram no país atraídas pelo Plano de Metas e que participaram do edital publicado pelo GEIA foram, no setor de automóveis e utilitários: FNM (empresa estatal), Simca, Toyota, Vemag (grupo brasileiro), Volkswagen e Willys Overland. No que se refere à produção de caminhões, haviam: FNM, Ford, General Motors, International Harvester, Mercedes-Benz e Scania-Vabis. Embora algumas empresas já contassem com representação no Brasil, como é o caso da Ford, esta se dava apenas no âmbito de importação e comercialização de veículos, e não na produção e montagem dos mesmos (LEOPOLDI, 2002).

**Tabela 3 – Montagem de veículos automotores**

Anos	Montagem de veículos automotores: automóveis e caminhões			
	Capacidade instalada		Produção efetiva	
	Automóveis	Caminhões	Automóveis	Caminhões
1957	11.853	18.847	10.845	19.855
1958	50.200	33.830	25.521	35.608
1959	81.040	57.590	48.679	47.564
1960	116.520	82.660	81.753	51.325

Fonte: Almeida, 1972:55-80.

Disponível em: (GOMES, 2002)

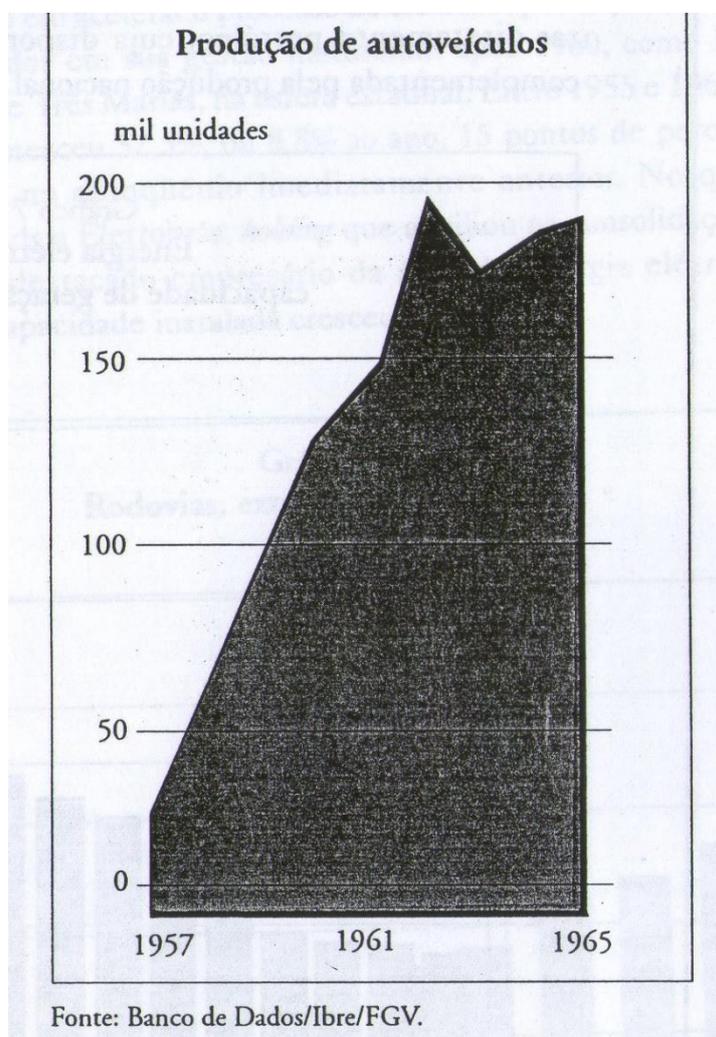
Como já fora dito anteriormente, foram muitos os esforços dedicados pela GEIA – e pelo presidente Juscelino, enquanto grande entusiasta do setor – para a implementação e consolidação da indústria automobilística em solo brasileiro. Cabe destacarmos:

Os incentivos dados às empresas que se propuseram a fabricar veículos no país foram enormes. A determinação de Juscelino de dirigir, ainda presidente, o primeiro automóvel brasileiro pela avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, gerou uma série de facilidades aos empréstimos estrangeiros reserva de mercado através da tarifa de 1957, taxa de câmbio preferencial para a importação de equipamentos fora do regime

da Instrução nº 113, importações de equipamentos sem cobertura cambial (Instrução nº 113), facilidades cambiais para remessas de lucros para o exterior, financiamento do BNDE e isenção tarifária (LEOPOLDI, 202, p. 130).

Embora não tenha atingido integralmente a meta de nacionalização, os objetivos da meta 27, responsável pelo setor automobilístico, foram superados em 17,2% em relação ao que havia sido previsto. O gráfico abaixo nos ajuda a compreender a escalada na fabricação de veículos automotores no país no período em questão, com destaque para a continuidade e aprofundamento do processo nos governos militares da década de 1960.

**Gráfico 3 – Produção de automoveis**



Disponível em: (GOMES, 2002)

### 3.3) Eugênio Gudín: um interprete do Brasil

Neste t3pico buscaremos apresentar alguns aspectos importantes acerca do pensamento econ3mico de Eug3nio Gudín, com foco nos coment3rios tecidos pelo autor em rela33o a ind3stria automobilística, assunto no qual temos nos concentrado neste capítulo. Necess3rio se faz atentarmos para o limite cronol3gico da exposi33o que pretendemos realizar, tendo a vista a longevidade do autor, falecido aos cem anos de idade (1886 – 1986), e do car3ter ininterrupto de sua produ33o. Sendo assim, focamos os textos escritos na d3cada de 50 e, mais precisamente, dentre os anos de 1956-61, perío3o em que Juscelino Kubitschek ocupou o cargo de presidente.

Iniciaremos abordando um dos principais objetos de discuss3o no perío3o: o planejamento econ3mico. No que se refere a este assunto, um grande debate se inicia ainda na primeira metade da d3cada de 1950, ap3s a 5ª Confer3ncia da Cepal, em Quitandinha (RJ). Assim como j3 fora dito, este ciclo de confer3ncias foi um marco nas discuss3es a respeito de planejamento econ3mico na Am3rica Latina devido à publica33o do texto “T3cnicas de programa33o<sup>65</sup>”, primeiro escrito te3rico elaborado pela Comiss3o sobre o assunto. Logo ap3s o t3rmino do evento, o debate se estenderia pelos jornais cariocas a partir da publica33o de uma s3rie de cinco colunas, escritas por Eug3nio Gudín no jornal Correio da Manh3, sob o título “A mística do planejamento”<sup>66</sup>. Nestes textos, Gudín buscava demonstrar a nocividade contida na pr3tica do planejamento, buscando argumentos em autores como Hayek e Von Mises. No trecho que segue, Gudín classifica como inútil qualquer tentativa de planejamento que vise organizar a produ33o e o ritmo de crescimento de um país:

A ideia b3sica desse planejamento (programa33o chamada) reside na escolha de uma taxa de dura33o de crescimento da renda nacional, isto é, no planejamento de um sistema de investimentos tendentes a propulsionar as diferentes produ33es do país, de modo a imprimir à economia um ritmo de crescimento pré-determinado. A constru33o de

---

<sup>65</sup> Segundo Roberto Pereira Silva: “O documento da Cepal, —Estudio preliminar sobre la tecnica de programacion del desarrollo economicol, apresentado no Rio de Janeiro na sess3o de 6 de abril de 1953, divide-se em duas partes. A primeira, —Esboço de uma t3cnica de programa33o, com um total de 119 folhas, exp3 os principais conceitos e ferramentas da programa33o desenvolvidos pela Comiss3o. A segunda parte —Aplica33o das proje33es por setores a um caso concreto, dedica-se exclusivamente à economia chilena, somando 279 folhas” (SILVA, 2015, p. 114).

<sup>66</sup> Os artigos foram publicados nos dias: 29/05/1953; 02/06/1953; 06/06/1953; 09/06/1953; e 11/06/1953, todos na p3gina 2 (1º caderno), espaço de publica33o regular de Gudín.

“modelos” de desenvolvimento desse tipo é uma fantasia de planejamento inútil, pedante e aberrante do senso comum<sup>67</sup>.

Fica clara a aversão do economista pela ideia de um desenvolvimento planejado, conforme proposto pela Cepal em texto anteriormente citado. Tal qual os economistas da Escola Austríaca, Gudin via com desconfiança a intervenção estatal na economia, embora o autor adotasse uma posição muito mais flexível do que economistas como Von Mises, para os quais era impensável qualquer atuação do estado na esfera econômica. Mises apontava os perigos que este tipo de prática representava as liberdades individuais e ao sistema democrático, servindo como porta de entrada para regimes de exceção. Eugenio Gudin, assim como os austríacos, foi um grande crítico do Welfare State, conforme podemos ver no trecho que segue:

Disse o eminente e conhecido professor HAYEK (O Caminho da servidão) que “o socialismo está morto; foi substituído pelo Estado Providencial (Welfare State)”. (...) O que se discute, porém, no caso do Estado Providencial, não é o conflito com a Democracia e sim a sua compatibilidade com o regime da livre iniciativa privada e dos incentivos inerentes a este regime (GUDIN, 1959, 251-2).

A concepção de Eugênio Gudin sobre o papel da indústria sempre esteve presente em suas obras. O conceito de indústria infante, retirado da obra do economista germânico Friedrich List<sup>68</sup>, é utilizado por Gudin ao analisar a proteção necessária ao crescimento e fortalecimento da indústria nascente. Porém, o economista brasileiro argumenta que a fase de amadurecimento do setor industrial nacional já havia sido superada, estando o Estado a subsidiar e proteger um setor que já deveria ter se tornado independente e maduro, capaz de competir no mercado internacional e oferecer bens de qualidade e quantidades suficientes para atender o mercado interno – em concorrência com produtos importados. Sendo assim, a intervenção estatal ao invés de promover o crescimento e fortalecimento do parque industrial nacional, estava, ao contrário, criando distorções nocivas ao próprio setor, tendo em vista que a reserva de mercado, operada via restrição de importações, acabava por criar uma indústria artificial – conceito que iremos retomar em seguida.

Esta história não é porém nova. A “VALORIZAÇÃO” do produto industrial nacional é coisa antiga. Quem primeiro a levantou, como “uma proposição científica”, foi um Sr. Manoilescu, romeno, que foi

---

<sup>67</sup> GUDIN, Eugenio. “A Mística do Planejamento II”, *Correio da Manhã*, 2/06/1953, p. 2.

<sup>68</sup> Ver: (LIST, 1983)

até ministro do Comércio em sua terra e que publicou um livro, pelas alturas de 1930<sup>69</sup> (GUDIN, 1959, p 216).

No que se refere à indústria automobilística, o autor mostrou-se contrário ao modelo pelo qual o setor vinha se estabelecendo no país. Ainda que em seus textos, publicados quando do início do processo, ou seja, em 1956, o autor apresente certa expectativa em relação a produtividade técnica oriunda do setor, meses depois mudaria o tom e passaria a enxergar de maneira totalmente diferente este processo. No que se refere ao primeiro ponto, temos que:

Deve-se dizer que, DO PONTO DE VISTA DA TÉCNICA, nunca uma indústria foi tão integralmente “transplantada” do estrangeiro para aqui, com maquinaria, organização, pessoal e técnica, como o está sendo a Indústria Automobilística. Só posso portanto fazer votos para que a Indústria Automobilística, assim originalmente “transplantada”, consiga realizar em seu conjunto o que apenas alguns estabelecimentos isolados de outras indústrias têm até hoje conseguido: alta produtividade técnica (GUDIN, 1959, p. 212).

#### Cabe destacar o sentido

Vamos supor que um brasileiro pretenda adquirir um veículo automóvel, pagando com sacas de café. Se a troca se realizar com um americano, terá o brasileiro de dar-lhe 40 (quarenta) sacas de café a 50 dólares por saca, para inteirar os 2.000 dólares, que é o quanto custa o veículo automóvel. Se, porém, o brasileiro não puder realizar livremente a troca com o americano e só puder fazê-lo com outro brasileiro, isto é, dentro do país, então o seu negócio será muito pior. Ele terá nada menos de 240 (duzentos e quarente) sacas de café a Cr\$ 2,500,00 cada saca, para inteirar os Cr\$ 600.000.000, que é o quanto custa o veículo automóvel (GUDIN, 1959, p. 216).

Em seus textos, Gudin se referiu à indústria automobilística como “indústria artificial”, buscando ressaltar seu caráter não natural em decorrência do tratamento

---

<sup>69</sup> Gudin continua: “Inútil acrescentar que a proposição do Sr. Manoilescu foi desde logo arrasada pelo Professor Viner, em um celebre artigo no “*Journal of Political Economy*”, de 1932, e pouco depois no livro “Teoria do Comercio Internacional”, do Professor Haberler. Mas apesar disso foi o livro de Manoilescu traduzido para o português e largamente distribuído pelo “Centro das Indústrias de São Paulo”. E a “proposição científica” de Manoilescu volta à baila, mais ou menos disfarçada, cada vez que se quer defender a tese da industrialização a qualquer preço” (GUDIN, 1959, p. 218).

especial que fora dado ao setor dentro das políticas do governo Kubitschek. Na verdade, o autor buscou este conceito na obra de David Ricardo, com o intuito de apresentar argumentos contrários ao modelo de industrialização que vinha sendo promovido por Juscelino. De uma maneira geral, o conceito refere-se ao fato deste tipo de indústria não corresponder às “vantagens comparativas” uma vez que sua produção subutilizaria os fatores produtivos abundantes encontrados no país, causando prejuízos nas relações comerciais do país com o restante do mundo. A forma mais apropriada de se obter as vantagens do comércio internacional seria, segundo Ricardo, a produção de produtos no qual o país pudesse dispender fatores abundantes, ou seja, no caso brasileiro, produtos primários.

O interessante em abordarmos estes aspectos do pensamento de Eugenio Gudin diz respeito a contraposição que podemos empreender a partir do material levantado na pesquisa com os jornais. Retomando as correntes de pensamento econômico que apresentamos no capítulo dois, devemos ter em vista que o autor aqui em questão pode ser considerado como maior expoente da corrente neoliberal no Brasil. Seu posicionamento contrário intervenção do estado na economia, assim como sua ênfase no desenvolvimento agrícola do país, nos permitem questionar os argumentos apresentados pelos jornais, assim como as produções bibliográficas produzidas sobre o assunto. Nosso objetivo em introduzir este tópico antes da análise dos jornais é justamente levantar algumas questões acerca do posicionamento dos mesmos: podemos considerar a adesão de algum dos jornais analisados aos postulados da corrente neoliberal? Os argumentos apresentados pelo OG convergem com os escritos de Eugenio Gudin? Qual o limite da adesão dos jornais às teorias econômicas?

Adiantamos um dos pontos de grande discussão – e pluralidade de abordagens – no período: o problema do financiamento dos gastos públicos. Nos deteremos neste aspecto no tópico seguinte, tendo em vista sua relevância tanto nos postulados teóricos produzidos então como também nas discussões sobre os limites de expansão do modelo industrial no Brasil.

#### **3.4) Políticas de estabilização e o impasse com o Fundo Monetário Internacional**

Um dos grandes desafios enfrentados pelo governo Kubitschek, no intuito de levar adiante os objetivos previstos no seu Plano de Metas, diz respeito as fontes de financiamento. Embora a articulação de investimentos previstos no plano delegasse ao setor privado o papel de protagonista nos investimentos necessários, as inversões que deveriam ser realizadas pelo poder público tiveram impacto significativo nas contas públicas. Vale lembrar que grande parte dos dispêndios não se refere apenas a investimentos diretos, mas sim a subsídios e desonerações oferecidas como incentivo para atrair grandes empresas para o país, como no setor automobilístico, por exemplo.

A tabela a seguir apresenta os resultados do balanço de pagamentos do Brasil no período em questão. É possível perceber o aumento do déficit em conta corrente, ao passo que há, também, decréscimo no valor da balança comercial, causado em grande proporção pela desvalorização do preço do café no mercado internacional – movimento que se inicia ainda em 1956<sup>70</sup>. Passado o euforismo dos primeiros anos, já em 1957 os desequilíbrios nas contas do governo começam a causar apreensão, porém é apenas em 1958 que o então Ministro da Fazenda, José Maria Alkimim, cederia lugar à Lucas Lopes a frente do respectivo ministério.

---

<sup>70</sup> Para uma análise mais detalhada a respeito, ver: (MALAN, 1997)

Tabela 2  
**Balanço de pagamentos, 1956-61**  
 (US\$ milhões)

	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Balança comercial	437	107	65	72	-23	113
Serviços	-369	-358	-309	-373	-459	-350
Merc. e serviços	68	-251	-244	-301	-482	-237
Transf. unilaterais	-11	-13	-4	-10	4	15
Transações correntes	57	-264	-248	-311	-478	-222
Capitais	151	255	184	182	58	288
Erros e omissões	-14	-171	-189	-25	10	49
Saldo (superávit ou déficit)	194	-180	-253	-154	-410	115

Fonte: Relatórios do Banco Central, apud Doellinger et alii, 1977:33, 38 e 41.

Disponível em: (GOMES, 2002)

Após assumir como ministro da fazenda, Lucas Lopes propôs a adoção de medidas que visavam obter o equilíbrio das contas públicas através de um esforço de estabilização monetária, apresentando o PEM (Plano de estabilização Monetária) que, segundo Lopes, permitiria que o desenvolvimento do país se pudesse realizar em condições de equilíbrio econômico e social, sem prejuízo algum às metas estabelecidas por Kubitschek. Quanto ao PEM:

O programa foi dividido em duas fases: primeiro, de outubro de 1958 ao final do ano de 1959, processar-se-ia uma “fase de Transição e Reajustamento” durante a qual o governo reduziria “drasticamente o ritmo de incremento de preços” diminuindo, paralelamente, as distorções nos investimentos e melhorando os salários reais; segundo, a subsequente expansão dos meios de pagamento, tendo início em 1960, a partir da estabilidade de preço atingida, seria limitada estritamente ao montante necessário para cobrir o aumento do produto real. Tudo isso deveria ser alcançado sem que fosse, de modo algum, sacrificado o Programa de Metas, tido como “perfeitamente compatível” com o “programa de estabilização” (SKIDMORE, 1985, p. 217).

Vale lembrar, contudo, que um programa de estabilização monetária e reajustamento cambial foi apresentado a Kubitschek pelo grupo Lopes-Campos logo no início de seu governo. Este programa era, essencialmente, aquele que Guđin e Whitaker já haviam oferecido à Café Filho em 1955, inspirados no Relatório Bernstein, do FMI. Segundo Malan, “o programa que envolvia a manutenção do investimento público constante nos 2 primeiros anos do governo, não foi aceito por Kubitschek após consulta a vários assessores e a membros de seu Ministério” (MALAN, 1997, p. 79). Em linhas gerais, o PEM “defendia um rígido controle do orçamento e o combate à expansão da base monetária através de medidas radicais como o aumento de impostos, o controle das linhas de crédito do Banco do Brasil e a eliminação dos subsídios cambiais” (CPDOC).

A ideia de um plano de estabilização não era bem vista por alguns setores ligados ao governo, principalmente por que se temia que uma possível redução nos gastos previstos pelo governo iria afetar diretamente a execução das metas propostas. Segundo Malan:

Na verdade, havia o conflito entre os dois Programas. Em dezembro de 1958, o presidente do Banco do Brasil, Sebastião Paes de Almeida, se recusa aos empréstimos do Banco do Brasil os limites previstos pelo Programa de Estabilização, o que significou, na prática, o abandono da “primeira fase” do mesmo (MALAN, 1997, p. 90).

Os altos índices de inflação atingidos em 1959, assim como a incapacidade do governo em aumentar a arrecadação via impostos, faz com que se inicie as conversas com o Fundo Monetário Internacional na tentativa de obter um empréstimo para que se pudesse sanar algumas obrigações de curto prazo e manter o ritmo de execução do Plano de Metas. O papel de relevância desempenhado pelo FMI no cenário internacional não se dá apenas pelos fundos disponíveis para empréstimos pela própria instituição, relativamente baixos em certo ponto, mas sim pela necessidade de se obter o crivo desta instituição para a realização de transações com as principais agências financeiras do mundo. Sendo assim, uma sinalização positiva do FMI constituía-se como pré-condição para novos auxílios dos principais credores, tais como os bancos particulares norte-americanos e europeus e o governo dos Estados Unidos. Frente à difícil situação das contas

nacionais, o governo brasileiro tenta conseguir um aval para tomada de empréstimo no mercado internacional.

Frente ao desequilíbrio do balanço de pagamentos do ano de 1959, o governo brasileiro solicitava à organismos de financiamento internacional um empréstimo de US\$ 300 milhões. A solicitação deveria passar pelo crivo do Fundo Monetária, entidade encarregada de avaliar e julgar a viabilidade de tais solicitações e emitir parecer favorável ou não ao pedido. No caso da solicitação brasileira, a resposta do Fundo Monetário foi negativa, pois seu argumento solicitava, principalmente, a adequação (simplificação) das categorias cambiais em vigor no país. Tendo se arrastado por alguns meses, a tensão entre aquele organismo e o governo aumenta significativamente em junho, quando, coincidentemente, Lucas Lopes é afastado do seu cargo devido a problemas de saúde. Após o pronunciamento de autoridades e especulação em diversos jornais e outros meios de comunicação, “a controvérsia sobre a estabilização transformou-se logo em um debate geral sobre a estratégia adequada ao desenvolvimento do Brasil (SKIDMORE, 1985, p. 222).

As condições requeridas pelo FMI, assim como o próprio Plano de Estabilização, não agradaram à todos. Segundo seus críticos, os critérios adotados pelo fundo não levariam em consideração as especificidades de cada país. No Brasil, por exemplo, uma das principais exigências do Fundo era a simplificação do sistema cambial, ou seja, a simplificação do sistema de categorias para uma única faixa de negociação. Os defensores deste sistema, por sua vez, alegavam a necessidade da manutenção do sistema diferencial de categorias para a sobrevivência da indústria nacional e de outras atividades subsidiadas pelo sistema de ágios.

Em março de 1958, o Fundo Monetário Internacional (FMI) enviou uma missão ao Brasil com o propósito de avaliar a capacidade do país de honrar um empréstimo externo de US\$ 300 milhões, solicitado para cobrir os investimentos previstos no plano de desenvolvimento. O relatório elaborado pelo FMI sugeria uma série de alterações nos rumos da política econômica brasileira, entre elas a contenção dos salários, o respeito a tetos inflacionários, a revisão da política cambial e a suspensão de subsídios. Procurando adequar-se às exigências do principal avalista dos empréstimos internacionais, Juscelino deu sinais de que promoveria uma radical alteração nos rumos da política econômica ao substituir Alkmin por Lucas Lopes (CPDOC).

Ao lado disso, deve-se lembrar do crescimento significativo da inflação no período em questão, segundo Gabriel Palma:

As altas taxas de inflação provocaram o surgimento dos primeiros planos de estabilização do pós-guerra, para os quais teve-se de busca financiamento externo sob a supervisão do FMI (Fundo Monetário Internacional). A essa fonte de financiamento estava atrelada a condição de que os países latino-americanos açoitados pela inflação adotassem uma série de políticas macroeconômicas monetaristas, que não levavam em conta as fontes estruturais da inflação. Esses planos monetaristas de estabilização foram objeto de grande controvérsia na América Latina e receberam intensas críticas da Cepa (Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas) (Palma, 2005, p. 145-6).

Na esteira deste impasse, em junho de 1959, Kubitschek fez sua opção. No meio de uma efervescente atmosfera política, deu ordens a seus representantes em Washington para que rompessem as negociações com o FMI. Diante do dilema da escolha entre prosseguir o programa para a obtenção de suas metas e a necessidade de conter a economia doméstica, a fim de satisfazer os credores estrangeiros e os partidários brasileiros do programa anti-inflacionário, Kubitschek optou pelo primeiro caminho (SKIDMORE, 1985, p. 223).

### **3.5) As intemperes do desenvolvimento: a ruptura com o FMI nas páginas dos jornais**

#### **3.5.1) Última Hora**

No que se refere a posição adotada frente a publicação do Plano de Estabilização Monetária e ao rompimento de Juscelino com o FMI, podemos dizer que o jornal UH foi o que apresentou uma posição mais radical. Defendendo a primazia do desenvolvimento nacional em relação aos ajustes preteridos pelo Fundo Monetário, a argumentação deste periódico está centrada no ataque as chamadas “pressões colonialistas” representadas pelas exigências deste organismo internacional. No editorial intitulado “*A Nação está*

*com JK*”, defende que “o Brasil não é mais uma ‘Banana Republic’ para se sujeitar à orientação colonialista do quem quer que seja” (11 de junho, 1959, pág. 4). Seguindo esta mesma linha, publicações como “FMI: oposição e maioria apoiam JK contra pressão colonialista” (11 de junho, 1959, capa) e “O povo disse ‘sim’ ao ‘não’ de J.K.” (19 de junho, pág. 4), ditam o tom da abordagem do jornal. Destaca-se a utilização de conceitos e argumentos muito caros ao nacional-desenvolvimentismo, principalmente no que se refere à caracterização das forças colonialistas que tentam controlar o país. Porém seria esse discurso uníssono nas publicações do jornal?

Em diversas passagens o jornal traz à memória os efeitos nefastos causados na Argentina devido a adoção de políticas de estabilização preconizadas pelo Fundo Monetário, chegando a denominar como “política de frondização” as exigências feitas ao Brasil, em referência ao então presidente da Argentina, Arturo Frondizi. Segue o trecho:

O presidente Kubitschek resolveu não concordar com a política de frondização que o Fundo Monetário Internacional nos queria impor, isto é, a política que provocou, com rapidez impressionante, na Argentina, o colapso total de sua industrialização e das tentativas de desenvolvimento e emancipação econômica, ao mesmo tempo em que levou a nação à beira da guerra civil e da revolução social. Fez muito bem! (“*A Nação está com JK*”, 11 de junho, 1959, pág. 4).

Embora o jornal UH teça pesadas críticas às pressões colonialistas, através de seus editoriais busca deixar clara a reciprocidade de interesses nas relações entre Brasil e Estado Unidos e, assim como o OG, enfatiza a necessidade de deslocar as negociações para o terreno político, no qual caberia àquele país fornecer a ajuda necessária para que o Brasil superasse o momento conturbado no qual se encontrava.

A nós de ULTIMA HORA interessa exclusivamente encontrar a solução que atenda aos direitos e às necessidades do nosso país e que evite alargar o afastamento no caminho em que marcham juntos Brasil e Estado Unidos com objetivos comuns. (“*As provocações em torno do FMI só interessam aos que não desejam uma solução para crise!*”, 15 de junho, 1959, pág. 4).

Dessa forma, apresentou-se uma gama de argumentos que visavam legitimar o Brasil como bom parceiro comercial, com destaque para os benefícios que o capital estrangeiro encontra em terras nacionais e também ao atendimento dos prazos com que o país quita suas obrigações.

No que se refere ao ponto aqui abordado, pode-se perceber uma convergência muito maior do jornal UH com os postulados da corrente desenvolvimentista não nacionalista, ao contrário do que outras abordagens já buscaram demonstrar. A bandeira nacionalista defendida pelo jornal não significa necessariamente aversão ao capital estrangeiro e a manutenção de relações com países de capitalismo maduro. Ao contrário, o jornal UH apresenta de maneira muito direta a necessidade de se atrair investimentos estrangeiros para que se possa levar adiante o processo de desenvolvimento e industrialização pelo qual o país vem passando.

### 3.5.2) Jornal do Brasil

Nos deteremos agora na abordagem apresentada pelo JB no que se refere ao impasse com o Fundo Monetário Internacional. Conforme viemos apresentando, é de suma importância atentarmos para o posicionamento dos jornais no que se refere às políticas mais pontuais, pois o que a um primeiro olhar pode parecer alguma sutileza, se nos determos com maior atenção pode se revelar em uma potencial chave de leitura para o nosso objetivo. Aliado à isso, devemos ter em mente o contexto no qual o periódico está inserido, no caso do JB, em um profundo processo de reestruturação interna que, ao que nos parece, viria a alterar seus argumentos em relação importantes aspectos da política econômica. Seria este o caso em se tratando dos impasses do governo JK com o FMI? Tentaremos responder esta questão ao longo deste tópico.

Começamos nossa análise retomando um dos principais postulados teóricos do liberalismo – e de neoliberalismo, qual seja, a existência de uma teoria econômica que tenha validade frente às mais diversas realidades, ou melhor, que se aplique de maneira geral e explique o funcionamento dos mecanismos econômicos. Tendo isto em vista, podemos perceber a visão do JB a respeito do tema:

A principal crítica que podemos fazer ao FMI é a de que ele encara sob um ponto-de-vista exclusivamente técnico um problema que é social, econômico, político e até estratégico. As graves questões que afligem um país em fase de crescimento rápido mas tumultuário não podem ser resolvidas como se fossem problemas de matemática. A aplicação das medidas solicitadas pelo FMI para, entre outras coisas, conseguir-se a estabilidade financeira do Brasil, criando um clima favorável aos investimentos privados, pode causar exatamente o contrário do que se pretende. As perturbações sociais perigosas à tranquilidade do país, previstas pelo governo brasileiro para o caso de serem seguidas, à risca, as instruções do FMI, poderão criar – e de maneira definitiva – um clima absolutamente desfavorável aos investimentos privados<sup>71</sup>.

Nota-se a clara insatisfação como o jornal percebe as recomendações do Fundo Monetário, o qual, segundo este periódico, tenta aplicar um receituário genérico para resolver a situação brasileira. Esta postura adotada pelo JB em muito se aproxima do discurso heterodoxo, representado na América Latina, principalmente, pela Cepal, a qual reclama a existência de uma teoria que de conta de analisar o desenvolvimento dos países da região à sombra de suas especificidades e de sua configuração estrutural<sup>72</sup>. Estes aspectos ficam ainda mais evidentes no trecho a seguir:

Não se pode propor um remédio que seja capaz de matar o doente. O Brasil, com os todos os erros que lhe possa ser apontados, não é um campo de provas para teorias econômicas. O FMI exige as mesmas medidas a todos os países que o procuram, sem levar em conta as diferenças que existem entre povos, territórios sistemas políticos, potenciais econômicos e estágios de civilização<sup>73</sup>.

Para tornar ainda mais evidente o distanciamento do JB em relação ao neoliberalismo basta apenas lembrarmos da posição adota por Eugenio Gudín, o qual defendeu as políticas de austeridade fiscal e alteração cambial solicitadas pelo Fundo Monetário. Poderíamos, então, considerar o JB um jornal com um posicionamento mais próximo ao desenvolvimentismo do setor privado? Apontamos o seguinte trecho:

Para nós, brasileiros, a situação exige raciocínio, coragem e equilíbrio. Não podemos adotar medidas demagógicas ou puramente emocionais. Do FMI, a situação brasileira reclama uma atitude mais flexível e de acordo com a sua missão, que é a de ajudar os países que o procuram.

---

<sup>71</sup> “O remédio e o doente”, *Jornal do Brasil*, 13/06/1959, p. 3.

<sup>72</sup> Ver: (FURTADO, 1985).

<sup>73</sup> *Jornal do Brasil*, *idem*. 13/06/1959.

Maior flexibilidade e imaginação, porém, são exigidas, no momento, do Governo dos Estados Unidos, dadas as divergências profundas que existem entre o Brasil e os economistas do FMI. Afinal de contas, o Brasil é um aliado leal dos Estados Unidos e um dos pilares do esquema interamericano de defesa, num instante de crise mundial. Esta é a hora dos nossos amigos norte-americanos demonstrarem a amizade que sentem pelo Brasil, ainda que para isto tenham que abrir mão de certas posições no plano econômico e financeiro. Os técnicos e os demagogos não encontram a solução. Confiemos, portanto, na capacidade de ação dos homens que se estimam e respeitam. Não somos cegos. Precisamos dos Estados Unidos. Mas a recíproca também é verdadeira<sup>74</sup>.

Repara-se a solicitude com a qual o jornal defende uma maior aproximação com os Estados Unidos. Segundo o jornal, é de suma importância que a questão se resolva partir de uma negociação entre governos, já que as duas nações possuem uma longa parceria de negócios e deveriam estreitar ainda mais seu relacionamento. Porém, um dos pontos que chama atenção é a argumentação referente à importância do Brasil para o sistema interamericano de defesa, colocando em questão a parceria na qual os dois países estão inseridos. Para finalizarmos, destacamos a não adesão do jornal em fase de uma campanha que poderia colocar em cheque a política de desenvolvimento que vinha sendo executada por Juscelino, fato que, segundo pode-se entender, não agradava nem um pouco ao jornal.

### 3.5.3) O Globo

Por último, mas não menos importante neste tópico, iremos analisar o posicionamento do jornal O Globo. Identificado, segundo a bibliografia, como um jornal de orientação liberal, a argumentação em defesa a atitude de Juscelino põe em questão tal afirmação. Correndo o risco de toda a simplificação, embora já tenhamos nos detido quanto ao conceito de neoliberal na sessão anterior, podemos resumir em poucas palavras tal corrente como avessa a interferência do Estado na economia, privilegiando a alocação de recursos via mercado e a participação da iniciativa privada como setor dinâmico e hegemônico na economia. Sendo assim, cabe questionarmos se tal adesão pode realmente ser identificada nos editoriais publicados no período aqui estudado.

---

<sup>74</sup> Jornal do Brasil, *ibidem*. 13/06/1959.

No que se refere à interrupção das negociações com o FMI, o editorial a seguir já nos revela algo muito relevante. Embora seja considerado favorável às políticas recomendadas pelo Fundo Monetário, a análise do material levantado começa nos revelando um outro espectro. Segue o trecho:

Lógico, portanto, que, nesta hora, prestigiemos a decisão presidencial e nos unamos em defesa dos interesses brasileiros. As dificuldades atuais são normais da vida de uma nação e tanto mais fáceis de superar quanto mais firme a decisão de fazê-lo<sup>75</sup>.

Ao contrário do argumento pregado pelos neoliberais, especialmente os de Eugênio Gudin, o jornal considera errônea a possibilidade de equalizar os problemas financeiros da nação através de uma política de “austeridade”, a qual diminuiria o nível das atividades da economia e limitariam os gastos do governo com obras e subsídios. Segundo OG, a política de restrições impostas pelo FMI, ao invés de frear o aumento da inflação e o desequilíbrio no balanço de pagamentos do país, poderia exercer um efeito devastador sobre o conjunto da economia, pois não estariam de acordo com a realidade nacional.

Inicialmente dão eles predominância, com a qual não concordamos, aos aspectos puramente financeiros, em detrimento dos econômicos. Em outras palavras: desejosos de corrigir os desajustamentos financeiros, que não negamos, sugerem medidas que comprometeriam o nosso surto econômico, por eles mal estimado. Há grave desordem financeira que cabe corrigir; mas existe, por igual, flagrante progresso econômico que devemos preservar. Nem se pode aceitar a tese dos que imaginam possa continuar o desenvolvimento econômico em meio à desordem financeira, nem se deve admitir a opinião que a ordem financeira tenha ser implantada com o sacrifício do surto econômico em desdobramento<sup>76</sup>.

Já no dia 10 de junho, logo após o anúncio oficial de interrupção das negociações, o jornal OG é direto ao afirmar sua posição: “Aceitar as imposições do Fundo significaria comprometer o desenvolvimento econômico do Brasil e isto, logicamente, nenhum

---

<sup>75</sup> “Ação para vencer a crise econômica”, O Globo, 10/06/1959, capa.

<sup>76</sup> “Não pode o Brasil sacrificar o seu futuro”, O Globo, 5/06/1959, capa.

brasileiro poderá admitir” (“Ação para vencer a crise econômica”, 10 de junho, 1959, capa). Neste mesmo editorial, o jornal reitera sua posição em apoio a manutenção das relações com os Estados Unidos, deixando claro que tal “embaraço” com o Fundo Monetário em nada altera a relação entre os dois países, e que, ao contrário, o que houve foi apenas um deslocamento no plano das discussões, como segue:

A decisão tomada pelo Presidente da República de interromper as negociações com o Fundo Monetário Internacional correspondeu a uma exata defesa dos reais interesses do nosso país. Desde logo não se pode ver no gesto qualquer animosidade àquela organização internacional e muito menos um afastamento da nossa tradicional linha de amizade com os Estado Unidos. A rigor, como bem lembrou o sr. Kubitschek, o que houve foi um deslocamento das negociações, que passaram do terreno técnico, junto ao Fundo, para o terreno político, junto as autoridades de Washington<sup>77</sup>

O principal argumento deste periódico gira em torno da inadequação das propostas de estabilização apresentadas pelo FMI, as quais seriam de caráter “generalista” e não levariam em consideração as especificidades de cada país. É interessante destacar a proximidade de tal argumento com os pressupostos dos chamados economistas “heterodoxos” – embora não se possa fazer qualquer ligação entre o discurso do OG e tais intelectuais – ao destacarem a insuficiência da teoria ortodoxa em explicar os fenômenos particulares aos países subdesenvolvidos. Conforme o trecho do jornal OG:

Depois, não se pode aceitar a tese de que as crises ou as dificuldades financeiras de países de condições inteiramente diferentes possam ser resolvidas, como querem os técnicos do Fundo, aplicando um mesmo esquema. Cada país tem condições peculiares, aspectos próprios, situações específicas. Desconhecer essa realidade seria desastroso, tanto mais que exemplos atuais de aplicação do esquema do Fundo não são de molde a nos animar a ceder no particular (O Globo, ...)

Destaca ainda o OG, que o Brasil era “seu velho e bom aliado, o qual não deveria ser colocado no mesmo plano de pequenos países subdesenvolvidos que nada lhe podem oferecer(...)”.

---

<sup>77</sup> “Ação para vencer a crise econômica”, O Globo, 10/06/1959, capa.

### 3.6) A indústria automobilística sob a ótica da imprensa

Neste tópico procuraremos dar sequência à análise realizada nos parágrafos acima. Porém, nosso objetivo aqui será o de identificar o posicionamento dos jornais frente ao setor automobilístico em uma perspectiva mais ampla, não apenas nos referindo à políticas pontuais.

#### 3.6.3) Última Hora

Começaremos abordando o posicionamento do jornal UH. Como pretendemos aqui avaliar seus argumentos em relação ao setor automotivo, destacaremos dois aspectos a serem levados em consideração: o primeiro, que já viemos chamando atenção ao longo do trabalho, diz respeito ao entendimento de que este periódico teria uma posição nacionalista, avessa ao capital estrangeiro<sup>78</sup>; a segunda, refere-se ao modelo utilizado na implementação do setor automotivo no Brasil, levado a cabo a partir da atração de capital estrangeiro e empresas multinacionais, instaladas no país através de subsídios e desonerações oferecidas pelo governo federal. Estes apontamentos nos levariam a pensar, por dedução, se o posicionamento tomado pelo UH frente o processo em questão segue a lógica acima apontada. Vejamos primeiramente o seguinte trecho:

A ação positiva e clarividente do atual governo ao criar incentivos à implementação da indústria automobilística em grande escala, é um dos melhores exemplos de quanto pode realizar a iniciativa privada, quando bem orientada e quando vislumbra um quadro claro política econômica governamental<sup>79</sup>.

Como podemos ver, o jornal exalta a os incentivos criados pelo governo para promoção do setor automotivo no país, algo pouco condizente com uma política estritamente nacionalista para o setor, que privilegiaria um modelo voltado para o capital nacional. Outro ponto importante do trecho citado diz respeito à iniciativa privada que,

---

<sup>78</sup> Ver: (SODRÉ, 2012)

<sup>79</sup> “O que são as metas do presidente Juscelino Kubitschek”, 3/02/1958, p. 14.

segundo as palavras do próprio jornal, deve ser “bem orientada” e assim atingir feitos notáveis, tal como vinha ocorrendo com o setor automotivo.

Embora o jornal reconheça o papel delegado ao setor privado no processo em questão, devemos atentar para a importância do “bem orientar”, que, trocando em miúdos, pode ser entendido, neste contexto, como planejamento econômico. Conforme segue:

A política fixada pelo Governo numa série de decretos, que eliminaram o arbítrio administrativo no exame de cada projeto e a criação de um grupo de trabalho do Conselho de Desenvolvimento – o GEIA – armado de eficiente elemento humano, deram aos empresários a convicção de que o Governo cumpriria exatamente o que prometia, sem descriminalizações ou favoritismo<sup>80</sup>.

Sem dúvida, a indústria automobilística é vista com grande exemplo do desenvolvimento industrial brasileiro, e seu avanço é exaltado em diversas passagens pelo jornal UH.

Um exemplo? Aí está a indústria de automóveis. Nossa timidez e a espera pelos esquemas estrangeiros atrasaram essa indústria de pelo menos uma década. No momento em que o governo do Sr. Juscelino Kubitschek decidiu formular uma política nacional, oferecendo em troca apenas o mercado brasileiro, os investidores brigaram para chegar primeiro aos planos do GEIA. O Brasil pode e deve fazer um grande esforço para contornar as suas dificuldades financeiras, internas e externas, desde que esse esforço reverta integralmente em maior impulso aos programas de desenvolvimento econômico. Ele pode chegar, inclusive, até a redução de consumos menos essenciais. Mas o sacrifício talvez não seja tão grande como à primeira vista pode parecer<sup>81</sup>.

No que se refere às linhas de pensamento econômico, podemos inferir que há uma grande similitude entre o posicionamento contido no material levantado junto ao UH e os postulados teóricos da corrente que denominamos, com base na obra de Bielschowsky (2007) desenvolvimentismo não nacionalista. Embora, mais uma vez, devemos atentar para o fato de não haver nem um compromisso *strictu senso* com esta corrente, porém, em termos gerais, é a que apresenta mais pontos de intersecção com este jornal.

---

<sup>80</sup> Última Hora, Idem. 1958.

<sup>81</sup> ““Neutralidade econômica e financeira” para o Brasil!”, Última Hora, 20/08/1958, p. 3.

Nos encaminhando para o final deste tópico, cabe apenas citarmos um trecho onde o UH crítica diretamente a figura de Eugenio Gudin, o acusando de anti-industrialista - o que valeira a colonialista, segundo o jornal:

No plano dos problemas financeiros, o professor Gudin não perde o rumo e sugere, para contenção da espiral inflacionária, a drástica redução do volume das inversões governamentais aplicadas ao programa de metas. Considera ele que “o governo está tentando realizar objetivos além da nossa capacidade de poupança e dos recursos proporcionados pelo capital estrangeiro no país”. Assim, nada de indústria automobilística, nada de construção naval, nada de obras básicas. Para tudo! Eis o lema salvador para o problema crucial da inflação no Brasil. Revela o professor, além da mentalidade escandalosamente anti-industrialista – o que vale dizer colonialista – excessivo apego ao recurso do entesouramento, como fórmula deflacionária<sup>82</sup>.

A austeridade defendida por Eugenio Gudin é entendida pelo UH como avessa aos interesses industriais e com o alerta de que, se levada a cabo, seria o fim dos avanços do setor automobilístico. Como devem ter se posicionado os jornais JB e OG a respeito destas questões? A alcunha de neoliberal – e liberal – atribuída aos respectivos jornais terá os levado a convergir para aquilo que o UH denomina, em última instância, de colonialismo? Exploraremos estas questões nos tópicos seguintes.

### 3.6.2) Jornal do Brasil

O **JB**, por sua vez, mostrou-se mais receoso quanto ao futuro do setor automobilístico no país, ao menos nos primeiros anos de execução do plano econômico de Juscelino. Por diversas vezes, questionou a capacidade do mercado interno em absorver a produção estimada para o quinquênio, argumentando que a relação entre preços-salários médio era demasiada assimétrica para viabilizar a “popularização” dos veículos automotores a serem produzidos. Em editorial publicado ainda em 1958, traz o jornal:

---

<sup>82</sup> “**Radical Liberalismo econômico e cambial: aponta a conferência de comércio Exterior**”, Última Hora, 13/6/58, p. 5).

O exame do problema nos leva a uma observação que nada tem de irônica ou capciosa: teremos mercado para a produção que anunciam? Onde estão as estradas brasileiras para consumir tantos carros programados em série? Iremos exportá-los? Diante dessa produção anunciada, será o carro comum barato realmente a ponto de um homem de classe média que vive de salários poder adquiri-lo? Não há exagero em dizer que as respostas são negativas, pelo menos para um futuro próximo, e basta considerar que as desistências já começaram e o que restar se organizará em grupos e blocos de produção. E, assim, o mercado há de ser mantido em determinado preço. Este será, possivelmente, para milionários, não para o homem médio do Brasil, que sonhava com seu automovelzinho. Não vale a pena sonhar mais<sup>83</sup>.

Foi – talvez acima de tudo – o homem que barateou ousadamente seus modelos populares, ao mesmo tempo que elevava à níveis sem precedentes os salários de seus operários, tendo em vista, exatamente, capacita-los a possuir, cada um deles, o seu próprio automóvel. (...) A novel indústria automobilística brasileira precisa seguir o exemplo de Ford se quiser alcançar, proporcionalmente, o padrão de realizações de sua congênere norte-americana<sup>84</sup>.

A posição deste periódico se altera, ao menos pelo que nos foi possível analisar, a partir de 1959. A exportação de veículos brasileiros para países vizinhos, bem como os bons resultados alcançados internamente pelo setor, consolidou uma visão extremamente positiva em relação a indústria automobilística nacional, “um dos maiores motivos de orgulho do brasileiro”, conforme as palavras do próprio jornal.

Mais um carro de passageiros está prestes a ser lançado no mercado pela novel indústria automobilística nacional. Ao mesmo tempo, embarcaram para o Chile, no porto de Santos, os primeiros veículos automóveis fabricados no Brasil. A consolidação, em tempo que representa um recorde internacional dessa indústria em nosso País, - eis um dos maiores motivos de orgulho do brasileiro contemporâneo. Trata-se de demonstração irresponsável da capacidade criadora da iniciativa privada, quando encontra da parte do poder público o apoio indispensável, numa terra em que a interferência deste é onipresente e onipotente<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> “**Para milionários**”, Jornal do Brasil, 25/03/1958, p. 3.

<sup>84</sup> “**Automóveis**”, Jornal do Brasil, 17/04/1959, p. 3.

<sup>85</sup> “**Razão para otimismo**”, Jornal do Brasil, 26/02/1959, p. 3.

### 3.6.1) O Globo

Começaremos a análise a partir do posicionamento do jornal **OG**. Desde os anos iniciais do governo de Juscelino Kubitschek este periódico mostrou-se favorável a implementação do parque industrial automobilístico, pretendido pelo então presidente. Entendido setor chave para o desenvolvimento dos planos de industrialização, sua consolidação viabilizaria a expansão dos demais ramos do setor industrial, pois sua demanda fixa – e crescente – encorajava novos empreendimentos e garantiam maior certeza de um mercado aquecido para indústrias pesadas e leves, como o setor petroquímico e de componentes eletrônicos.

A implantação da indústria automobilística no país, ao contrário do que alguns pensam ou podem pensar, não se assenta em bases artificiais e em esforços prematuros. Antes, podemos afirmar que a regulamentação oficial existente vem suplementar condições naturais já estabelecidas por uma evolução anterior e apareceu na hora oportuna. Chegada a etapa de montagem a esse ponto, tornava-se necessário programar o desenvolvimento posterior, porquanto maiores percentagens de nacionalização somente seriam possíveis, se fossem instalados no Brasil equipamentos capazes de produzirem peças exigentes de mais alto nível técnico do que as até então fabricadas<sup>86</sup>.

No trecho citado, destacam-se dois aspectos: a negação das chamadas bases “artificiais” as quais, segundo o jornal, este setor não estaria ligado; e a referência a oportuna regulamentação oficial do setor. Quanto ao primeiro aspecto, voltaremos a abordá-lo com maior atenção mais adiante. Já em relação a dita “regulamentação”, é interessante ressaltarmos o fato de o **OG** ver com bons olhos a intervenção do estado neste setor, cujo processo de estabelecimento vinha sendo conduzido perante a gestão do órgão executivo (GEIA) dentro do programa de metas de Juscelino Kubitschek.

Fica evidente a defesa que o **OG** faz da indústria automobilística frente as críticas que vinham sendo dirigidas ao setor. Em editorial publicado ainda em 1958, o título sugestivo, “Lucros sociais da indústria automobilística”, busca apresentar as benesses promovidas a partir da sua constituição, conforme o trecho:

---

<sup>86</sup> “**Bases em que se assenta a implantação da indústria automobilística nacional**” (12 de julho, 1957, p. 2)

Segundo o Conselho do Desenvolvimento, em 1960, a indústria automobilística já estará realizando uma produção aproximada de 75 bilhões de cruzeiros. Portanto, o equivalente a todo o seu investimento, em grande parte oriundo do exterior, e por isso repetimos, com reduzida concorrência de fatores de origem interna. (...) É preciso que se insista em que uma das contribuições fundamentais da indústria automobilística do país é cobrir, de forma líquida, suas próprias demandas dos principais fatores produtivos (capital e técnica), suprindo a carência interna desses elementos. (...) Haverá quem duvide do lucro social derivado dessa indústria? Pelo menos os seus críticos ainda não apresentaram cálculos e argumentos lógicos que invalidem os números e neguem os fatos acima<sup>87</sup>.

Mesmo frente a duras críticas, levantadas principalmente pelo processo inflacionário acelerado que ocorre em 1959, o OG mantém-se firme na defesa do setor, responsável direto, segundo o jornal, pelo desenvolvimento industrial nacional e pela assimilação tecnológica, possível graças a transferência de tecnologia necessária para a produção dos veículos automotores. Conforme o jornal, “cada dia se afirma e se evidencia mais a oportunidade da indústria automobilística. Fruto essencialmente da iniciativa privada, revelou-se fundamental à economia do país sob todos os aspectos<sup>88</sup>”. E segue, no mesmo editorial, com uma longa lista buscando apresentar todos os pontos positivos desta indústria:

**ANTIINFLACIONÁRIA** – Entrando em produção em prazo surpreendentemente curto, já está suprindo o mercado principalmente com unidades de carga a preços bastante inferiores, pelo menos 20 a 30% aos dos similares importados. (...) A numerosa frota de caminhões que só assim se poderia adquirir (200 mil unidades no triênio 1958-1960) terá decisiva influência na baixa dos fretes.

**BALANÇO DE PAGAMENTOS** – Notoriamente a produção local vem atender por enquanto apenas parte de uma procura incontida. Não fosse, pois, a indústria automobilística nacional, a pressão sobre o balanço de pagamentos seria violenta. Só no quinquênio 1956-1960, a produção nacional será de ordem de 1 bilhão de dólares, com 50% de economia efetiva. E a partir de então a poupança efetiva de divisas corresponderá à considerável parcela de cerca de 90%, passando daí por diante a meta a ser de 100%.

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** – A técnica de nossa indústria automobilística, assimilada do exterior, representa mais de 60 anos de

---

<sup>87</sup> **Lucro Social da indústria automobilística** (1 de julho, 1958, p. 2)

<sup>88</sup> “**Decisivas vantagens da indústria automobilística para o país**”, O Globo, 9/07/1959, p. 2.

intensa e cumulativa experiência. Só com capital e técnica criados internamente, o processo duraria decênios. Para isso teremos instalado aqui, em poucos anos, o mais dinâmico parque industrial cuja influência se desdobrará em dois leques opostos: no sentido do consumo e do suprimento. Será a consolidação do desenvolvimento econômico, estimulando uma infra-estrutura dez vezes maior para o país nos próximos 10 a 20 anos. E seu caráter essencialmente dinâmico será poderoso fator neutralizador dos efeitos de uma possível crise do café<sup>89</sup>.

É claro o entusiasmo com o qual OG retrata os benefícios da expansão do setor automotivo no Brasil. Sem dúvida, este periódico foi o que, entre os três aqui analisados, defendeu com maior ênfase a bandeira deste setor. Cabe a nós avaliarmos esta adesão à sombra do que já foi apresentado até aqui. Embora alguns trabalhos ainda insistam em rotular este periódico como neoliberal<sup>90</sup>, esta não resiste a uma análise mais detalhada acerca de seus posicionamento frente à questão de política econômica, principalmente no período compreendido por este trabalho (1956-1961). Tendo em vista o quadro teórico das diferentes correntes ideológicas, a linha argumentativa deste jornal nos parece muito mais próxima do desenvolvimentismo, ou mais especificamente, desenvolvimentismo do setor privado. Conforme tentamos demonstrar ao longo deste trabalho, a aproximação com uma determinada linha de pensamento não indica qualquer compromisso em seguir de maneira coerente este caminho, basta termos em vista que por diversos momentos o jornal utiliza autores neoliberais para embasar seu posicionamento.

---

<sup>89</sup> Prossegue ainda o jornal: “TÉCNICA E CAPITAL – Nunca o país recebeu acervo tão grande de capital e técnica do exterior, sob a forma de participação direta ou de financiamento. Por outro lado, eram extraordinários o capital e a técnica já instituídos anteriormente em mais de 300 empresas fabricantes de peças e partes complementares. (...). Somando-se todas as demais vantagens, será considerável o resultado positivo do confronto entre custo e lucro social. SISTEMA DE CRÉDITO – (...) Será enorme portanto o impulso que dará, com base real, ao nosso corpo de crédito, em termos de intensos negócios e de suprimento correspondente de fundos”. (O Globo, *Idem*. 09/07/1959).

<sup>90</sup> Ver: (SILVA, 2015).

### 3.7) Considerações Finais

Diferente do que havíamos apresentado no capítulo anterior, buscamos com este terceiro capítulo atentar para questões ligadas de maneira mais estrita à indústria automobilística, com o intuito de mapear os argumentos defendidos pelos jornais acerca do assunto. Buscamos, com isso, identificar possíveis padrões de posicionamento na imprensa jornais no que se refere à diferentes tópicos. Contudo, cabe questionarmos, em linhas gerais, como é possível compreender o posicionamento dos jornais levando em consideração uma possível adesão destes veículos à diferentes linhas de pensamento econômico. Não pretendemos com isso esgotar o assunto, porém lançar mão de um questionamento que amplie nossa compreensão sobre a dinâmica de inserção dos jornais nos debates do período em questão.

	<b>OG</b>	<b>UH</b>	<b>JB</b>
<b>GEIA</b>	Favorável à atuação deste Grupo Executivo e seu desempenho	Entendido como órgão indispensável para a manutenção da setor	Favorável as atividades do grupo
<b>Ind. automobilística</b>	Vista como fundamental à economia do país	Identificada como símbolo do desenvolvimento da indústria nacional	Entendido como setor chave do desenvolvimento nacional
<b>Protecionismo</b>	Necessário para a formação e fortalecimento do setor	Indispensável para o desenvolvimento da indústria nacional	Não foi possível definir sua posição,
<b>Rompimento com FMI</b>	Apoiou a decisão de Juscelino em não aceitar as condições impostas pelo Fundo	Defendeu o rompimento, classificando como colonialista as pressões exercidas pelo FMI	Defesa da posição adotada por JK, com ênfase na necessidade de fortalecer as relações com os EUA.
<b>Plano de Estabilização Monetária</b>	Apoiou em grande parte as pautas contidas no PEM	Contrário ao PEM e ao atendimento das solicitações do FMI	Favorável a maioria das pautas contidas no PEM

Salientamos de início alguns posicionamentos que nos chamam atenção. O jornal Última Hora, por exemplo, embora seja identificado por grande parte da historiografia como um jornal nacionalista, esteve em defesa do setor automobilístico em todos os editoriais analisados. Deve ter em vista que o modelo de instalação deste setor levado a cabo por Juscelino Kubitschek, favoreceu a entrada de capital estrangeiro bem como de empresas destinadas a atuar na produção de veículos. Sendo assim, a primeira vista, seria uma posição ao menos incômoda se levássemos ao pé da letra a classificação deste jornal como “nacionalista”, conforme esta corrente, com o qual o jornal buscava se aproximar, definia a participação do capital estrangeiro no país.. No que se refere ao JB, mostrou um discurso muito semelhante aos demais periódicos, mostrando, principalmente, que houvera mudanças a partir do seu processo de reformulação, iniciado em 1956. Muitos dos seus argumentos se alinham às ideias desenvolvimentistas e, mais principalmente, a algumas recomendações da Cepal – mais especificamente aquelas voltadas ao setor agrário -, embora faça uma leitura por vezes muito particular deste aporte teórico<sup>91</sup>. Por último, temos que o jornal OG fora o mais ferrenho defensor do setor automobilístico dentre os jornais aqui analisados. Considerado de orientação neoliberal, defendeu questões como planejamento econômico, protecionismo ao setor, subsídios e desonerações e, no caso do rompimento com o Fundo Monetário, adotou uma postura muito semelhante à defendida pelo jornal UH, argumentando em defesa da manutenção do desenvolvimento econômico do país, ameaçado pelas políticas de austeridade recomendadas por aquele organismo.

Como podemos entender esta convergência dos jornais no que diz respeito à indústria automobilística, ainda que se definam como defensores de correntes econômicas variadas? Segundo nosso entendimento, para compreendermos este tipo de questão temos que explorar aspectos que ultrapassam o limite da esfera econômica, conforme nos apresenta Pierre Bourdieu. O campo de relações no qual estes jornais estão inseridos exerce sobre eles uma série de pressões que acabam moldando a tomada de posições frente aos mais diferentes assuntos. A necessidade de lidar com “diferentes linhas de força”, como possíveis ligações com partidos ou grupos políticos, anunciantes, acionistas, leitores e os próprios interesses dos jornais como empresas jornalísticas, pode nos ajudar a esclarecer o que, em um primeiro momento, poderia parecer incoerência teórica no

---

<sup>91</sup> No artigo “INTEGRAÇÃO ECONÔMICA LATINO-AMERICANA: A CEPAL NA IMPRENSA BRASILEIRA (1950)” fica clara a apropriação e significação muito própria dada pelo JB ao receituário cepalino. Ver: (MARTINS; GANSTER, 2015)

posicionamento dos jornais. Bourdieu nos alerta quanto a necessidade de pensarmos nosso objeto de pesquisa de maneira relacional, ou seja, a partir das relações que nosso objeto estabelece no meio em que está inserido. Nos caso dos nossos jornais, é fundamental termos em mente os conflitos internos ao campo jornalístico para entendermos a tomada de posição de cada veículo, haja vista que este buscam se apresentar como produtores da visão mais legítima sobre o real. Com efeito, interesses políticos de jornais como a Última Hora leva o mesmo a sempre procurar um eixo de aproximação com o governo JK, mesmo que isso implique em flexibilidade na postura mais “nacionalista” que deveria manter frente aos leitores. Da mesma forma, manter uma boa relação com os anunciantes leva o jornal a não desdenhar dos investimentos estrangeiros que impactam no mercado publicitário no período.

No caso do JB, estas questões estão mais prementes: jornal que se caracteriza pela independência política e ligação a uma visão liberal ortodoxa, não pode negligenciar a nova realidade de desenvolvimento brasileiro mediante a industrialização planejada. Primeiro, porque entraria na contramão da euforia do período, que via na industrialização e na indústria automobilística não apenas crescimento econômico, mas também um meio para a “independência” e o “orgulho nacional”. Por outro lado, este mesmo jornal seria objeto de uma mudança drástica em sua linha editorial, adotando com pioneirismo, o modelo norte-americano de imprensa. Decorre daí, provavelmente, o início de uma “guinada ideológica” em direção ao nacional-desenvolvimentismo, até porque tal mudança como empresa jornalística estava diretamente ligada às possibilidades de crescimento do mercado jornalístico que a industrialização permitia.

Por fim, o caso do Globo apresenta uma questão interessante: ao longo dessas páginas notamos como o jornal não demonstra simpatias políticas com o governo e, ao mesmo tempo, não deixa de apresentar afinidades com princípios liberais. De outro lado, é um entusiasta defensor da industrialização e da indústria automobilística proposta por JK. Até onde esta pesquisa nos permite perceber, o jornal parece que está em uma forte tensão entre interesses políticos e interesses como empresa jornalística que o leva a oscilar, em determinados momentos, por campos opostos. De qualquer maneira, estudos comparando outros momentos poderiam nos esclarecer melhor o caminho que está sendo seguido pelo jornal em termos de alinhamento doutrinário, tendo em vista a ligação ao liberalismo que irá tentar se identificar na reconstrução de sua memória posteriormente.

De qualquer forma, parece que nenhum dos periódicos estudados deseja ficar marcado como um opositor ao desenvolvimento econômico do período, talvez porque se beneficiam dele, talvez porque não queriam ficar marcados com a pecha de antinacionalistas ou antidesenvolvimentistas, como podemos notar pelas palavras que abundam a sua análise do processo, como “progresso” e “modernidade”. Além disso, devemos salientar, como apontam alguns estudos (ORTIZ, 1988), que são os resultados macroeconômicos do processo de desenvolvimento dos anos de 1950 que vão permitir, pela primeira vez no Brasil, a construção de um “mercado de bens simbólicos”, condição necessária, segundo Bourdieu, para que empresas voltadas à produção cultural, dentre elas os jornais, adquiriam um mínimo de autonomia econômica via relações mercadológicas e, assim, possam pleitear uma menor dependência em relação ao campo político.

Entretanto, deve-se salientar, essas outras perguntas exigem novas pesquisas, especialmente as que abordem com profundidade as relações dos jornais, em termos de orçamento e participação nos negócios, para que se possa compreender cada vez mais a imbricada relação entre os meios de comunicação e o campo de produção no qual está inserido.

## CONCLUSÃO

Chegando ao fim deste trabalho, podemos fazer algumas considerações gerais sobre o que temos visto até aqui. Cabe ressaltar que neste último tópico, buscaremos apresentar uma análise comparativa entre os resultados obtidos no capítulo dois e no capítulo três, com o objetivo de abordar as relações existentes entre o posicionamento dos jornais a questões mais amplas e seus argumentos acerca do processo de instalação da indústria automobilística, uma política setorial de grande impacto no governo de Juscelino Kubitschek.

Destarte, chamamos atenção para uma questão levantada em diferentes momentos deste trabalho, qual seja, a fragilidade de análises baseadas em uma leitura linear do posicionamento dos jornais, ou ainda mais grave, o entendimento de uma adesão mecanicista dos jornais a postulados de teoria econômica. Ao contrário disto, tentamos demonstrar como o posicionamento da imprensa pode variar conforme a questão a que se refere. O caso do rompimento com o Fundo Monetário serve para elucidar nosso argumento. Embora o JB e OG referenciem, por vezes, a necessidade de conter o aumento de gastos públicos, no episódio envolvendo o Fundo, estes jornais se posicionaram a favor da interrupção das negociações com o referido organismo em detrimento das reivindicações que haviam sido feitas, as quais, segundo os periódicos, teriam como efeito a interrupção do desenvolvimento nacional.

Embora considerado um jornal neoliberal, o OG apenas em raros momentos se aproxima dos argumentos defendidos por Eugenio Gudín, maior expressão desta corrente no período. Com efeito, encontramos “ecos” da fala “guidiana” em diversas passagens do jornal, especialmente quando se refere de maneira crítica aos efeitos negativos do processo de desenvolvimento levado adiante pelo governo. Ao mesmo tempo, a defesa da industrialização como meio para superar o subdesenvolvimento é um argumento tipicamente desenvolvimentista. Aliás, o uso do termo subdesenvolvimento é de extrema relevância, tendo em vista que sua formulação e uso são associados aos economistas heterodoxos e em nada se aproxima da corrente neoliberal. No caso da indústria automobilística, o jornal fez ampla defesa e propaganda dos benefícios ocasionados pelo advento deste parque industrial. Vale lembrarmos os moldes no qual esta indústria fora introduzida no Brasil, no caso via planejamento (Plano de Metas) e intervencionismo

(subsídios e desonerações), fato em nenhum momento criticado pelo OG. Interpretamos essa dualidade não como uma inconsistência do jornal, mas como forma de lidar com pressões distintas que sobre ele se exercem: como empresa jornalística, a necessidade de contribuir para consolidar, um mercado de bens simbólicos, de outro lado, um possível distanciamento político com o governo que sustenta o processo de industrialização que o torna possível. Da mesma forma, consideramos razoável levantar a hipótese para futuras pesquisas que o jornal apresenta uma transição de uma posição nacional-desenvolvimentista mais clara, como visto em outras pesquisa (MARTINS, 2010), para um nacional-desenvolvimentismo não nacionalista ou mesmo para o liberalismo. O que só poderia ser comprovado com novas investigações.

Na mesma linha, porém de maneira muito mais discreta, o JB apoiou o processo de instalação do setor automobilística, marcando posição, também, no episódio com o FMI. É interessante problematizarmos o JB em face às transformações pelas quais este periódico vinha passando e que, segundo se pode constatar, viria a deslocar o significativamente o eixo central de seus argumentos. Como já salientamos, este jornal é o mais desvinculados politicamente dos partidos e governos, tendo em vista a sua própria forma peculiar de financiamento, via classificados. Entretanto, podemos perceber como ele começa a transitar de sua posição tradicional ligada à ortodoxia, especialmente em termos da famosa “vocação agrária” do Brasil, para um apoio doutrinário ao desenvolvimentismo, como a presença do suporte   indústria automobilística, bem como ao próprio planejamento econômico, bandeira nitidamente desenvolvimentista, permitenos perceber. Ao nosso entende, essas mudanças justificam-se pelas transforma es do jornal em curso como empresa de comunica o – e assim defensora da cria o de um mercado de bens simbólicos - e, ao mesmo tempo, pela sua preocupa o de não ficar distanciado de todas as mudanças que o processo econômico aponta, especialmente quando vemos que o tema econômico envolve questões como progresso, modernidade e mesmo patriotismo.

Por último mas não menos importante, vale retomarmos o que já dizemos nos capítulos anteriores a respeito do UH que, apesar de ser entendido como um jornal nacionalista, por diversas vezes defendeu a necessidade de utilizar capital estrangeiro sob certas condi es, ou seja, realizar inversões sob orienta o estatal em setores que demandem investimentos. Esta posi o em muito se aproxima do chamado desenvolvimentismo nacionalista. Vale aqui uma explica o semelhante: o apoio ao

governo JK e o próprio crescimento econômico do país – que, como vimos, repercute no próprio crescimento do jornal como empresa jornalística – explicam a adesão do jornal a este modelo de desenvolvimento, com forte participação do capital estrangeiro. Com efeito, coube ao jornal utilizar-se de sua capacidade de gerar significado à realidade para combinar as diferentes pressões que sofria, cujo resultado foi uma aproximação doutrinária a um modelo de desenvolvimento muito próximo ao desenvolvimentismo não-nacionalista proposto por *Bielschowsky*.

Destacamos outro ponto importante e que diz respeito à inserção dos jornais no debate público. Devido a sua grande difusão na sociedade e seu poder de fazer circular informações no meio público, os jornais se apresentam como importantes agentes no jogo político, exercendo papel de destaque principalmente a partir dos anos 1950, conforme destaca Barbosa (2007). Vale questionarmos o papel destes jornais em relação a chamada estabilidade política a que se refere Benevides (1976). Além dos atores destacados pela autora, nos parece de suma importância inserir neste modelo a atuação da grande imprensa que, conforme já fora demonstrado em outras ocasiões, como o trágico episódio de suicídio de Getúlio e, ano mais tarde, o golpe civil-militar que irrompe em 1964 e conta com apoio de certos setores da imprensa. Conforme Bourdieu (2006), a imprensa se constitui enquanto espaço privilegiado de difusão e circulação de ideias, operando no e pelo conflito com outros campos e pela lógica de disputas internas. Sendo assim, é interessante nos questionarmos a respeito dos fatores que levam a determinadas tomadas de posição que, insistimos, não podem ser analisados sem levar em consideração as relações destes periódicos com os demais espaços do mundo social.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que a intenção deste trabalho nunca foi a de esgotar o tema em questão e que, ao contrário, um dos nossos objetivos era o de justamente, levantar novas questões e possibilidades de pesquisa, o que acreditamos ter realizado ao longo das páginas do trabalho que por aqui se encerra.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br.>>. Acesso em: 15/07/2016.

BARBOSA, Marialva, **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARRERAS, Maria José. **Pedagogia da sedução: os publicitários e os anúncios de automóvel no Brasil dos anos 1956-1973**. Tese – Programa de pós-graduação em comunicação social – PUCRS, 2002.

BAUMMANN, Kellen; **Por trás de uma tampinha de Coca-Cola, um mundo de coisas boas: o American way of life nas páginas de O Cruzeiro e Manchete (1950-1959)**, Tese defendida junto ao Programa de História da Pontifícia Universidade Econômica do Rio Grande do Sul. 2006. Acesso em: 12 de julho”

BENEVIDES, Maria V. **O governo Kubistchek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Eugênio Gudín**. In: *Estudos Avançados*, v. 15, n 41, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro – ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

BORGES, Maria Angélica. **Eugênio Gudín: capitalismo e neoliberalismo**. São Paulo: EDUC, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_ **A economia das trocas linguísticas**: 2ª ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_ **A economia das trocas simbólicas**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_ **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_ **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_ **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana. PRADO, Maria Ligia. (Org.) **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, 2015.

CRUZ, Helena. PEIXOTO, M. (2007). “Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa”, in: **Projeto História**, São Paulo, no 35, p. 1- 411, dez.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

FARO, Clóvis de. SILVA, Salomão Q. A década de 50 e o programa de metas, In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). **O Brasil de JK**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FERREIRA, Marieta. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves (et. al.). (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FONSECA, Pedro C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, Ricardo. (Org.). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, e as políticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. 31ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GATTÁZ, Ramiz. **A indústria automobilística e a 2ª revolução industrial no Brasil: origens e perspectivas**. São Paulo: Prelo, 1981.

GOMES, Angela de Castro. Qual a cor dos anos dourados. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). **O Brasil de JK**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GREMAUD, Amaury Patrick (et. al.) (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUDIN, Eugenio. **Inflação – importação e exportação – café – crédito – desenvolvimento – industrialização**. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

HAFFNER, Jacqueline. **A Cepal e a industrialização brasileira (1951-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LAFER, Celso. **JK e o programa de metas: processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LATINI, Sydney A. **A implementação da indústria automobilística no Brasil: da substituição de importações ativa à globalização passiva**. São Paulo: Alaúde, 2007.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1961). In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). **O Brasil de JK**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOVE, Joseph. Ideias e ideologias econômicas na América Latina. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina: a América Latina após 1930: ideias, cultura e sociedade**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2011.

MALAN, Pedro S. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: **O Brasil republicano, tomo III: economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MARTINS, Luis C. P. **A grande imprensa liberal da Capital Federal (RJ) e a política do segundo governo Vargas (1951-1954):** conflito entre projetos de desenvolvimento nacional. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda:** a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Reginaldo. **Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal.** São Paulo: Ática, 1995.

MORAES, Roque. GALIAZZI, Maria do Carmo. (Org). **Análise textual discursiva.** 2ª ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2007

MOREIRA, Vânia M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucília. FERREIRA, Jorge. (org) **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. O Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

ORENSTEIN, Luiz. SOCHACZEWSKI, Antonio C. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo Paiva. **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana (1989-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

PALMA, José Gabriel (et. al.). As economias latino-americanas, 1950-1990. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina:** a América Latina após 1930: economia e sociedade. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2005.

PREBISCH, R. **O Desenvolvimentismo Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais.** In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta anos do pensamento da Cepal. Rio de Janeiro Record, 2000.

RIBEIRO, Ana P.G. *Clientelismo, corrupção e publicidade:* como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? In: **Ciberlegenda**, n. 8, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/ana1.htm>>

SALOMÃO, Ivan C. **O desenvolvimento em construção**. Um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Economia. Porto Alegre. 2013.

SHAPIRO, Helen. **Engines of growth the state and transnational auto companies in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SILVA, Pedro Augusto. **A classe média vai ao paraíso: JK em Manchete**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002;

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

TARDE, G. **A Opinião e As Massas**. Coleção Tópicos. São Paulo. Martins Fontes, 1992.

TAVARES, Maria da conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WACQUANT, Loic. **Esclarecer o *habitus***. *Revista Educação Santiago*. Ano 10, nº16, dez. 2017.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.